



BLOGS

Estadão Verifica

Checagem de fatos e desmonte de boatos

As informações e opiniões formadas neste blog são de responsabilidade única do autor.

Preço da gasolina é composto por 15% de impostos federais, diferentemente do que alega postagem

Publicação viralizou no Facebook ao afirmar que o custo alto do combustível era culpa dos governadores; na realidade, paga o consumidor tributos da União e dos Estados

Pedro Prata

07 de julho de 2021 | 13h44

O preço da **gasolina comum** é influenciado tanto por **tributos federais** como por **estaduais**, diferentemente do que afirma uma postagem falsa no Facebook. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o valor do combustível é composto pela cobrança das refinarias (média de 27,7% do preço), impostos federais (15,5%) e estaduais (28,3%), além de custos e margem de lucro da revenda (13,1%).

A postagem analisada mostra a nota fiscal de um posto onde o cliente abasteceu o veículo com R\$ 100 em combustível. O documento supostamente aponta que não foi cobrado nenhum imposto federal, ao passo que o tributo estadual teria correspondido a R\$ 47,93 do total.

“**Gasolina cara**, a culpa é do governador”, acusa a legenda. Esta postagem foi compartilhada ao menos 12 mil vezes no Facebook.

LEIA TAMBÉM



Cinco perguntas para se fazer ao receber um conteúdo duvidoso e evitar espalhar desinformação

O *Estadão Verifica* apurou que a nota fiscal em questão foi cancelada pelo posto e não tem valor.





Nota fiscal eletrônica foi invalidada pelo emissor e, portanto, é juridicamente nula. Foto: Reprodução

A primeira pista que temos para analisar a veracidade da nota fiscal é a data: 18 de março de 2021. Naquele mês, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) **zerou por dois meses os tributos federais para o diesel**, atendendo a um pedido de caminhoneiros após a Petrobras anunciar aumento no preço nas refinarias para o combustível.

Como a nota fiscal diz “gasolina comum”, perguntamos ao Ministério da Economia se a medida foi estendida a este combustível, mas a pasta negou. “Não houve desoneração do etanol e da gasolina”, informou.

Utilizamos a ferramenta de monitoramento de redes CrowdTangle para achar postagens semelhantes. A mais antiga encontrada foi publicada em 23 de março, cinco dias após a emissão da suposta nota. Nela, é possível ver um pedaço do documento que não aparecia na outra publicação e que mostra uma chave de acesso para consulta no site da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz/BA).

No site, a nota aparece como “cancelada pelo emitente”. A assessoria de comunicação da Sefaz disse que o cancelamento é feito pelo emissor da nota e que “torna juridicamente inútil a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e)”.

TALISMA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LDA
CNPJ: 17.018.886/0001-01
AV EUNAPIO PELTIER DE QUEIROZ, S/N, , CENTRO, REMANSO, BA

GASOLINA COMUM (Código: 1)	VI. Total
Qtde.:15,901 UN: LT Vl. Unit.: 6,289	100,00

Qtid. total de itens: 1

Valor a pagar R\$: 100,00

Forma de pagamento: Valor pago R\$:

3 - Cartão de Crédito 100,00

Informação dos Tributos Totais Incidentes (Lei Federal) 47,93

Informações gerais

EMISSÃO NORMAL

Número: 264345 Série: 1 Emissão: 18/03/2021 07:54:33-03:00 - Via Consumidor

Protocolo de: **Nota cancelada pelo emitente**

Amplante de Produção - Versão XML: 4.00 - Versão XSLT: 2.03

Chave de acesso

Consulte pela Chave de Acesso em <http://nfe.sefaz.ba.gov.br/servicos/nfce/default.aspx>

Chave de acesso:
2921 0317 0188 8600 0101 6500 1000 2643 4517 4685 9344

Consumidor

Consumidor não identificado

Informações de interesse do contribuinte

MD5 :043D5371AC2ED28190559150408E63EC ; ;Val. Aprox. Tributos R\$: 0,00 Federal, 47,93 Estadual, 0,00 Municipal. Fonte: IBPT ;nBico:1 vEncln:1322180,349 vEncFin:1322196,250;;Vendedor: 39 - CARLOS ADRIANO DOS SANTOS LUNA Itens: [1];Operador: LEIVISON VINICIOS;Vendedor: CARLOS ADRIANO DOS SANTOS LUNA

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

Foto: Sefaz/Reprodução

O *Estadão Verifica* não conseguiu entrar em contato com o posto de combustíveis onde a nota foi emitida, na cidade de Remanso.

Composição do preço dos combustíveis

O petróleo passa por uma cadeia de produção até chegar aos postos de combustíveis. Os custos de cada etapa (refinarias, distribuidoras e postos) impactam no preço cobrado na bomba. Além disso, soma-se ao valor total os impostos estaduais (ICMS) e federais (PIS/Pasep, Cofins e Cide).

A ANP se ampara em dados do Ministério de Minas e Energia para calcular o preço médio dos valores praticados nos postos em cada região. O dado mais recente é o de novembro de 2020.

Veja o peso de cada fator sobre o preço final da gasolina na região Nordeste:

 A Flourish chart

O primeiro fator que compõe o do litro da gasolina comum é o preço nas refinarias. A Petrobras informa que o valor cobrado pelo petróleo nas refinarias sobe e desce de acordo com a influência do mercado internacional. Com isso, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar também interfere. Segundo a empresa, é necessário variar o valor cobrado nas refinarias para poder **“competir de forma eficiente no mercado brasileiro”** com os concorrentes importadores.

Das refinarias, a gasolina passa pelas distribuidoras antes de chegar aos postos de combustível. Por isso, entram no preço final da gasolina as despesas operacionais de cada empresa. Outra influência é da margem de lucro da redistribuição e revenda.

Mais um fator importante para se compreender a composição do preço da gasolina é o acréscimo de etanol, obrigação legal desde 1993. Atualmente, a gasolina comum contém 27% de etanol e o preço do combustível entra na conta de quanto você paga para abastecer o carro.

Por fim, é preciso colocar na ponta do lápis o peso dos tributos estaduais e federais. Os Estados recebem pelo ICMS; este valor equivale em média a 28,3% do preço final dos combustíveis no País. Em novembro, os tributos estaduais pesavam menos na região Norte (26,3%) e mais na região Centro-Oeste (29,3%).

O governo federal cobra PIS, Cofins e Cide. No dado mais recente da ANP, o peso dos tributos

federais era em média de 15,5%, tendo menor impacto na região Centro-Oeste (15%) e maior na região Sul (15,8%).

O preço dos combustíveis tem papel importante na inflação e na satisfação da população. A alta no diesel já levou a uma greve de caminhoneiros que tirou o sono do então presidente Michel Temer. Por isso, o tema pode ser alvo de desinformação para atacar ou defender algum governo.

Este boato foi checado por aparecer entre os principais conteúdos suspeitos que circulam no Facebook. O Estadão Verifica tem acesso a uma lista de postagens potencialmente falsas e a dados sobre sua viralização em razão de uma parceria com a rede social. Quando nossas verificações constatam que uma informação é enganosa, o Facebook reduz o alcance de sua circulação. Usuários da rede social e administradores de páginas recebem notificações se tiverem publicado ou compartilhado postagens marcadas como falsas. Um aviso também é enviado a quem quiser postar um conteúdo que tiver sido sinalizado como inverídico anteriormente.

Um pré-requisito para participar da parceria com o Facebook é obter certificação da [International Fact Checking Network \(IFCN\)](#), o que, no caso do Estadão Verifica, ocorreu em janeiro de 2019. A associação internacional de verificadores de fatos exige das entidades certificadas que assinem um [código de princípios](#) e assumam compromissos em cinco áreas: apartidarismo e imparcialidade; transparência das fontes; transparência do financiamento e organização; transparência da metodologia; e política de correções aberta e honesta. O comprometimento com essas práticas promove mais equilíbrio e precisão no trabalho.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

- [Cinco perguntas para se fazer ao receber um conteúdo duvidoso e evitar espalhar desinformação](#)
- [Post engana ao afirmar que preço do gás só não caiu significativamente por causa dos governadores](#)
- [Extensão da validade de doses da Janssen doadas para o Brasil segue decisões científicas](#)

Tudo o que sabemos sobre:

[fake news \[notícias falsas\]](#)

[gasolina](#)

COMENTÁRIOS

Os comentários são exclusivos para assinantes do Estadão.

 [ASSINE O ESTADÃO](#) ▶

[JÁ SOU ASSINANTE >](#)

Tendências:

[Monitor da CPI da Covid: entenda as investigações](#)

[CPI da Covid: acompanhe o que já aconteceu e o que vai acontecer](#)

[Orçamento secreto: Leia todas as reportagens do 'Estadão' sobre o esquema](#)

[Prisão em CPI é fato raro; entenda o que diz a lei](#)

[Veja todas as checagens sobre coronavírus publicadas pelo Estadão Verifica](#)

Solicitação de isenção de IPVA e ICMS para taxistas e PNE será feita apenas por meio eletrônico



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Como forma de facilitar a vida do contribuinte, a partir do próximo dia 12 de julho, os pedidos de isenção de **IPVA** (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e de **ICMS** (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) para veículos destinados ao uso por taxistas e por Portadores de Necessidades Especiais (PNE) serão feitos exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-Bahia), ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do **Governo do Estado**. Para isso, é necessário utilizar o módulo de petição eletrônico para usuários externos que funciona dentro do sistema, o que irá evitar o deslocamento do contribuinte até uma unidade de atendimento presencial e tornar o processo mais confortável, rápido e eficiente.

Toda a relação de documentos necessários para solicitar a isenção dos impostos, a base legal que determina quem tem direito ao benefício, assim como o requerimento que deve ser preenchido pelo contribuinte

estão disponíveis no site da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), pelo endereço www.sefaz.ba.gov.br. Para encontrar o que precisa, basta ao usuário clicar no banner Carta de Serviços, no alto da página: as opções estão listadas em ordem alfabética, mas também é possível digitar palavras-chave para fazer a busca.

De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, a solicitação via SEI irá agilizar a análise dos processos. 'Atualmente a Sefaz-Ba recebe por mês cerca de 1,2 mil solicitações de isenção de **IPVA** e **ICMS** para taxistas e Portadores de Necessidades Especiais e com certeza o envio dos processos pelo sistema é o método mais eficiente e prático para atender a essa demanda. Além disso, pelo SEI, é possível acompanhar todo o trâmite do processo sem precisar sair de casa, somente pela tela do computador', assinala. O peticionamento eletrônico dos processos de isenção do **IPVA** e do **ICMS** é um projeto liderado pelas secretarias estaduais da Administração (Saeb), gestora do SEI, e da Fazenda, responsável pela cobrança desses impostos.

Para peticionar um processo de isenção do **IPVA** e do **ICMS** no SEI, o primeiro passo é acessar o endereço <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/> e clicar no link 'Acesso Externo', voltado para quem não é servidor do Estado. Em seguida é preciso colocar o e-mail e a senha para entrar no sistema, no caso daqueles que já estão cadastrados, e ir até o módulo peticionamento para iniciar um novo processo. Na sequência, é só escolher o tipo do processo, nesse caso são os de isenção do **IPVA** e do **ICMS** para taxistas e PNE.

Passo a passo para quem não é usuário

Caso o contribuinte não seja ainda usuário externo do sistema, é preciso acessar o site <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/>, clicar em 'Acesso Externo', e depois em 'Clique aqui se você ainda não está cadastrado'. Na sequência, será necessário preencher um formulário eletrônico e, após contato do sistema via e-mail, concluir o cadastramento.

Os solicitantes que possuem certificado digital podem utilizá-lo para assinar eletronicamente o Termo de Concordância e Veracidade (TCV) por meio do Assinador Serpro, um aplicativo que pode ser baixado gratuitamente e que permite validar o termo e conferir a assinatura digital. Neste caso, basta enviar cópia digital do documento de identificação e do comprovante de residência, juntamente com o TCV assinado eletronicamente, para o e-mail usuarioexterno.seibahia@sefaz.ba.gov.br.

Para quem não tem certificado digital, a conclusão desta etapa pode ocorrer via Correios ou de forma presencial. Se a opção for encaminhar a documentação pelos Correios, é preciso incluir cópias autenticadas do documento de identificação e do comprovante de endereço e ainda o Termo de Concordância e Veracidade (TCV) preenchido e com assinatura autenticada. Caso prefira dirigir-se ao endereço da Secretaria da Fazenda que consta no próprio site (2ª Avenida, 260 - CEP 41.745-003, CAB, Salvador-Bahia), o contribuinte deve ter em mãos o original e uma cópia do documento de identificação e do comprovante de endereço, além do Termo de Concordância e Veracidade preenchido e assinado.

Com a documentação entregue, seja ela de forma remota ou presencial, o contribuinte poderá acessar o

sistema com o nome de usuário e a senha criados no momento de realização do pré-cadastro no portal. Estas e outras informações podem ser encontradas de forma mais detalhada no Manual do Usuário Externo do SEI e no Manual de Peticionamento Externo do SEI, disponíveis no portal do sistema.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS,IPVA

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)	
Data: 08/07/2021	Programa: Notícias
Assunto: Pedidos de <u>isenção de IPVA e ICMS</u> serão feitos exclusivamente por meio do SEI-Ba.	

Data: 08/07/2021

Hora: 10:40:10

Emissora: Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)

Programa: Notícias

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Pedidos de **isenção de IPVA e ICMS** serão feitos exclusivamente por meio do SEI-Ba.



Solidariedade motivou ganhadora do milhão a participar da Nota Premiada Bahia

8 julho 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Foi com o intuito de ajudar entidades filantrópicas de Feira de Santana que a ganhadora do prêmio do milhão da Nota Premiada Bahia, [sorteado na última quarta-feira \(30\)](#), decidiu se cadastrar na campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado. Ela conta que, desde a inscrição no [site da campanha](#), passou a inserir o CPF na nota fiscal em todas as compras e a incentivar familiares e amigos a fazerem o mesmo.

“Descobri que através do CPF na nota eu poderia realizar a doação, que era meu objetivo. Passei a sempre colocar o CPF e estimei todo mundo a colocar o CPF na nota fiscal também. Falei com minha irmã, meus primos, meus amigos”. Ela lembra que sempre dava o mesmo conselho: “cadastre o CPF para ajudar as instituições, não custa nada”.

Como o foco em participar da campanha era apoiar as entidades, a vencedora não se recordava da possibilidade de se tornar milionária pelo simples ato de pedir o CPF na nota. “Eu tinha esquecido da premiação, sabia que tinha os prêmios, mas não me lembrava que chegavam até esse valor de R\$ 1 milhão, até porque não era o meu intuito principal quando eu colocava o CPF na nota”.

Avisos da intuição

Apesar de não ter ficado na expectativa para ser sorteada, ultimamente a intuição dava sinais de que coisas boas estavam por vir. Profissional da área de publicidade, ela achou que poderia ser uma oportunidade melhor de trabalho. “Minha intuição vinha dizendo que algo de muito bom iria acontecer. Eu achava que seria um emprego fixo, pois nunca tinha trabalhado de carteira assinada e comecei a trabalhar agora. Já estava muito feliz fazendo o cálculo do quanto eu iria poder poupar do salário por mês quando veio esta grata surpresa. De uns dois meses para cá, minha vida mudou muito e o prêmio veio coroar estas transformações. Sempre foi meu sonho juntar R\$ 1 milhão”, conta.

Disciplinada com as finanças, a ganhadora não pretende fazer diferente agora que se tornou milionária. “Meu intuito é fazer investimentos. Pretendo aplicar o valor do prêmio, vou ter que estudar sobre isso pra entender direito como fazer, e viver do rendimento para poder ajudar minha família. Eu sei que, apesar de ser um valor muito alto, não é inesgotável. Se não tiver organização financeira, pode ser mal utilizado. Por isso, minha intenção é fazer com que esse dinheiro renda para que eu possa ter uma vida tranquila”, planeja.

Solidariedade

Um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Essas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

Quando se cadastrou, a vencedora escolheu duas instituições para apoiar, mas devido a problemas cadastrais, a entidade social foi considerada inativa junto ao Programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Atualmente, está apoiando apenas a Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, que é da área de saúde. “Estou em busca de outra entidade da área social para compartilhar minhas notas fiscais”, afirmou.

Ao contrário do que ocorria com os cupons em papel, que exigiam das instituições uma logística complexa e custos altos para implantação de urnas em um número restrito de estabelecimentos, com a NFC-e a doação passou a acontecer de forma automática a cada compra em que o CPF cadastrado for incluído na nota. Cada instituição passou a ter a sua própria urna digital online. “Isso é especialmente benéfico para as pequenas instituições, que podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras”, explica o coordenador de Educação da Sefaz-Ba, André Aguiar.

Com mais de 616 mil participantes, desde fevereiro de 2018 a campanha já premiou ao todo 1.679 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 609 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para essas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Participação

É muito simples participar da Nota Premiada Bahia para concorrer a prêmios mensais de até R\$ 100 mil e especiais de R\$ 1 milhão. Basta se cadastrar uma única vez no [site da campanha](#) e, a partir desta etapa, colocar o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos de toda a Bahia.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Solidariedade motivou ganhadora do milhão a participar da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bahia

Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Foi com o intuito de ajudar entidades filantrópicas de Feira de Santana que a ganhadora do prêmio do milhão da **Nota Premiada Bahia**, sorteado na última quarta-feira (30), decidiu se cadastrar na campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**. Ela conta que, desde a inscrição no site da campanha, passou a inserir o CPF na nota fiscal em todas as compras e a incentivar familiares e amigos a fazerem o mesmo.

'Descobri que através do CPF na nota eu poderia realizar a doação, que era meu objetivo. Passei a sempre colocar o CPF e estimulei todo mundo a colocar o CPF na nota fiscal também. Falei com minha irmã, meus primos, meus amigos'. Ela lembra que sempre

dava o mesmo conselho: 'cadastre o CPF para ajudar as instituições, não custa nada'.

Como o foco em participar da campanha era apoiar as entidades, a vencedora não se recordava da possibilidade de se tornar milionária pelo simples ato de pedir o CPF na nota. 'Eu tinha esquecido da premiação, sabia que tinha os prêmios, mas não me lembrava que chegavam até esse valor de R\$ 1 milhão, até porque não era o meu intuito principal quando eu colocava o CPF na nota'.

Avisos da intuição

Apesar de não ter ficado na expectativa para ser sorteada, ultimamente a intuição dava sinais de que coisas boas estavam por vir. Profissional da área de publicidade, ela achou que poderia ser uma oportunidade melhor de trabalho. 'Minha intuição vinha dizendo que algo de muito bom iria acontecer. Eu achava que seria um **emprego** fixo, pois nunca tinha trabalhado de carteira assinada e comecei a trabalhar agora. Já estava muito feliz fazendo o cálculo do quanto eu iria poder poupar do salário por mês quando veio esta grata surpresa. De uns dois meses para cá, minha vida mudou muito e o prêmio veio coroar estas transformações. Sempre foi meu sonho juntar R\$ 1 milhão', conta.

Disciplinada com as finanças, a ganhadora não pretende fazer diferente agora que se tornou milionária. 'Meu intuito é fazer investimentos. Pretendo aplicar o valor do prêmio, vou ter que estudar sobre isso pra

entender direito como fazer, e viver do rendimento para poder ajudar minha família. Eu sei que, apesar de ser um valor muito alto, não é inesgotável. Se não tiver organização financeira, pode ser mal utilizado. Por isso, minha intenção é fazer com que esse dinheiro renda para que eu possa ter uma vida tranquila', planeja.

Solidariedade

Um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Essas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

Quando se cadastrou, a vencedora escolheu duas instituições para apoiar, mas devido a problemas cadastrais, a entidade social foi considerada inativa junto ao Programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. Atualmente, está apoiando apenas a Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, que é da área de saúde. 'Estou em busca de outra entidade da área social para compartilhar minhas notas fiscais', afirmou.

Ao contrário do que ocorria com os cupons em papel, que exigiam das instituições uma logística complexa e custos altos para implantação de urnas em um número restrito de estabelecimentos, com a NFC-e a doação passou a acontecer de forma automática a cada compra em que o CPF cadastrado for incluído na nota. Cada instituição passou a ter a sua própria urna digital online.

'Isso é especialmente benéfico para as pequenas instituições, que podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras', explica o coordenador de Educação da Sefaz-Ba, André Aguiar.

Com mais de 616 mil participantes, desde fevereiro de 2018 a campanha já premiou ao todo 1.679 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 609 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para essas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Participação

É muito simples participar da **Nota Premiada Bahia** para concorrer a prêmios mensais de até R\$ 100 mil e especiais de R\$ 1 milhão. Basta se cadastrar uma única vez no site da campanha e, a partir desta etapa, colocar o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos de toda a Bahia.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Fonte

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Emprego | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

COMÉRCIO Evento, que começou ontem, acontece até o dia 19 deste mês em Salvador e em outros municípios baianos

Liquida Bahia chega à 10ª edição com a participação de 5,5 mil pontos de venda

MARJORIE MOURA

A 10ª edição da Liquida Bahia começou ontem em Salvador, região metropolitana e municípios do interior, numa realização da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador. A ação vai até o dia 19/7, alcançando tanto lojas de rua como shoppings, perfazendo mais de 5,5 mil pontos de venda.

“Realizaremos uma grande campanha de alcance estadual, colaborando para puxar as vendas num ano em que o comércio ainda sofre os impactos da pandemia de Covid-19. Tudo será feito dentro dos protocolos e em segurança, permitindo ao consumidor economia em suas compras e renda para as lojas, que têm lutado para manter seus negócios”, afirma o presidente da FCDL Bahia, Pedro Failla.

Para o presidente da CDL Salvador, Alberto Nunes, “é um momento importante para ações de incentivo às vendas. O lojista entende e abraça a Liquida Bahia, por isso sempre temos uma grande adesão que certamente vai se converter em bons resultados para todos”, avalia.

Cada R\$ 50 em compras, com qualquer meio de pagamento, dá direito a um cupom para concorrer aos prêmios da edição. Se as compras forem feitas utilizando as maquininhas da Rede ou Rede Pop, o mesmo valor dá direito ao dobro de cupons. Já os pagamentos feitos com cartões Mastercard com as maquininhas da Rede ou Rede Pop dão direito ao triplo de cupons pelos mesmos R\$ 50.

A participação necessita de um cadastro simples pelo site da campanha, o appliedbahia.com.br, acessível pelo celular, por computadores e tablets.

Prêmios da campanha

Os prêmios para o consumidor no sorteio desta edição são um automóvel zero-quilômetro, Fiat Strada, modelo Endurance, cabine plus, motor 1.4; cinco motocicletas modelo Honda Pop 100; e 10 televisores do tipo Smart TV, de 50 polegadas.

Vendedores também concorrem a prêmios: nos cupons premiados cujas vendas foram feitas com cartão Mastercard, nos terminais Rede ou Rede Pop, o vendedor responsável recebe um cartão pré-pago de R\$ 1 mil. Serão 10 contemplados no total.

A FCDL Bahia fará o sorteio dos prêmios, em sua sede, no dia 28/7, às 11h, com transmissão ao vivo pelo canal oficial no YouTube, acessível pelo site www.fcdl-ba.com.br. Conforme determina o regulamento, o sorteio será feito em duas etapas, com as regionais e uma segunda etapa, com os cupons de todo o estado.

Alta das vendas

Dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia, analisados pela Superintendência de Estudos Econô-

micos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento, concluíram que as vendas no comércio varejista baiano registraram em maio de 2021 crescimento de 29,4%, em relação a igual mês do ano passado.

No cenário nacional, a expansão nos negócios foi de 16%, na mesma base de comparação. Frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, as vendas no estado

decretaram uma queda de 10,5%. No mês de maio, as vendas de comércio varejista no Brasil cresceram 2,9%, expandindo-se para o Brasil (1,4%). No acumulado do ano, a taxa foi positiva em 9,5%.

De acordo com a SEI, o crescimento das vendas do varejo baiano em maio pode ser atribuído ao receio menor dos consumidores à medida que conhecem o impacto da pandemia na economia. Além disso, o mês de maio é considerado pelos analistas de mercado a segunda melhor data para as vendas no setor, devido à comemoração do Dias das Mães. Apesar do período ainda atípico, a retomada do auxílio emergencial, o avanço do processo de imunização no país e o dinamismo do mercado de trabalho impulsionaram as vendas nesse mês.

“Todo este cenário fez o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subir. Em maio, o crescimento foi de 3,7 pontos, passando para 76,2. Vale ressaltar ainda que as vendas do varejo baiano vêm apresentando crescimento desde abril e a Bahia segue líder na geração de emprego formal no Nordeste. Em maio foram gerados 10 mil postos de trabalho com carteira assinada, de acordo com Novo Caged”, afirma o vice-governador João Leão, secretário do Planejamento.



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Cada R\$ 50 em compras dá direito a 1 cupom para concorrer aos prêmios da Liquida

“Tudo será feito dentro dos protocolos, permitindo ao consumidor economia e renda para as lojas”

PEDRO FAILLA, pres. da FCDL Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICA DOURADA

PREGÃO PRESENCIAL SRP 25/21. Menor valor global. Objeto: locação de câmeras para videomonitoramento de áreas urbanas do município. Dia 21/07/21 às 14h. Edital: americadourada.ba.gov.br. Informações: na CPL, tel. 7436922000 ou e-mail: licitacoes@americadourada.ba.gov.br. Améfrica Dourada/Ba, 09/07/21. Daniely Aragão Sousa. Pregoeira.

FIEB PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30864626.2021.CPLSFIEB.PE.0102.SENAISD
Objeto: Registro de preços para fornecimento de materiais de pintura.
Abertura: 20/07/2021 às 09h (horário local).
Retirada do Edital, a partir do dia 09/07/2021, no site do Portal de Compras: <https://compras.fieb.org.br>
Mais informações através do e-mail: suprimentos@fieb.org.br
Salvador, 09/07/2021
Pregoeiro

SINLOBA - SINDICATO DOS LOTÉRICOS ASSEMBLHADOS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados todos os permissionários lotéricos do Estado da Bahia filiados ou não para a realização da Assembleia Geral Extraordinária Virtual, nos termos do art.23, C do Estatuto do SINLOBA, a ser realizada no dia 15 de julho do corrente ano, através do aplicativo ZOOM Cloud Meeting, com a primeira convocação para as 18:30h e a segunda às 19:00h com qualquer quorum, quando se discutir a seguinte pauta: 1 - Instalação do Processo Eleitoral para o Triênio 2021/2024; 2 O que ocorrer.
OBSERVAÇÕES: Destaca-se, desde já, que a modalidade virtual foi escolhida face à pandemia da Corona Virus COVID-19; No dia designado, será enviado o link de acesso, apenas com a finalidade dessa assembleia, para que os participantes acessem. O ideal é que os lotéricos que desejem participar da assembleia entrem com no mínimo 15 minutos de antecedência, a sala estará aberta a partir das 18:10h, para facilitar a identificação e acesso de todos; É lícito aos Senhores Lotéricos se fazerem representar na Assembleia, ora convocada por procuradores, munidos com procurações específicas original e assinada a caneta azul entouce com cópia do contrato social na sede do Sinloba ou enviadas para o e-mail sinloba@sinloba.org.br, pelo sócio administrador da Loteria, com firma reconhecida ou acompanhada de cópia do RG do outorgante para conferência, até às 17h da data da assembleia.
Eduardo Alves de Jesus, Presidente do Sinloba, 09 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA

CNPJ N.º 13.912.084/0001-81
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2021 - O Município de Coribe - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei n.º 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93, fará realizar pregão para registro de preço para futuras e eventuais contratações de empresa especializada em serviços de limpeza e desentupimento de fossas, rede coletora de esgoto, sumidouras e caixas de gorduras em edificações de poder público e lotadoiros do Município de Coribe - Bahia, abertura no dia 23/07/2021 às 09h30min. O edital completo encontra-se na sede desta Prefeitura, sito à Rua Bandeirantes, 285, Centro. Informações: (77) 3480.2130, demais atos www.coribe.ba.gov.br. Coribe - Bahia, 08 de julho de 2021.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2021 - O Município de Coribe - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei n.º 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93 e alterações, fará realizar pregão presencial para contratação de empresa para prestação de serviços de publicações institucionais em jornal de grande circulação no estado da Bahia para o Município de Coribe, abertura no dia 23/07/2021 às 09h30min. O edital completo encontra-se na sede desta Prefeitura, sito à Rua Bandeirantes, 285, Centro. Informações: (77) 3480.2130, demais atos www.coribe.ba.gov.br. Coribe - Bahia, 08 de julho de 2021.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 041/2021 - O Município de Coribe - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei n.º 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93, fará realizar pregão eletrônico para contratação de empresa para gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, gasolina comum, diesel e diesel S10 nos veículos próprios ou locados em postos credenciados por intermédio de sistema de cartão magnético e monitoramento de frota do Município de Coribe - Bahia, abertura no dia 23/07/2021 às 14h30min. O edital completo encontra-se na sede desta Prefeitura, na Rua Bandeirantes, 285, Centro. Informações: (77) 3480.2120/2130, e no site www.coribe.ba.gov.br e www.comprasnet.gov.br - UASG 926606. Coribe - Bahia, 08 de julho de 2021. Gesandro Soares de Carvalho - Pregoeiro.

ESPORTE CLUBE BAHIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os Presidentes da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Bahia, no uso de suas atribuições estatutárias, convocam todos os associados do Clube a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 24 de julho de 2021, com primeira convocação às 12:30h, segunda convocação às 13:00h e encerramento às 17:00h, com transmissão através do canal da TV Bahia no youtube e votação eletrônica à distância por sistema controlado e auditado por empresa independente.
A AGE ocorrerá integralmente por meio eletrônico, com votação à distância (on-line). Os procedimentos para participação e votação estão disciplinados no Regulamento do Voto à Distância nas Assembleias Gerais e seu respectivo Aditivo Transiônico, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo e disponíveis no site do clube: <https://www.esportecb.com.br/conselho-deliberativo/>.
A Assembleia Geral irá deliberar sobre o seguinte item de pauta: Aprovação da proposta de compra do Centro de Treinamento Osório Villas-Boas (Fazendão) negociada pela empresa MRV ou qualquer outra provida mais vantajosa que seja apresentada antes da formalização do negócio.
Para participar dessa Assembleia Geral os associados em pleno gozo de seus direitos deverão proporcionar a regularização de eventuais pendências financeiras perante a CAS e confirmar/atualizar seus dados de e-mail e número de celular no portal do Sócio Esquadrão até o dia 11/07/2021, não sendo possível a inclusão de novos sócios que venham a se regularizar após essa data, como dispõe o art. 2º do Adito Transiônico ao Regulamento do Voto à Distância. No dia 06/07/2021, o clube divulgou em seu site oficial uma lista prévia de sócios aptos a participar dessa Assembleia, oportunizando que os associados nela não constantes tenham eventuais pendências até o dia 11/07/2021, como assinalado no parágrafo anterior. Já no dia 14/07/2021, o clube divulgou, também em seu site oficial, a lista final dos sócios que poderão participar dessa Assembleia.
Os associados aptos, constantes na lista final a ser divulgada no dia 14/07/2021, receberão, preferencialmente por SMS ou alternativamente por e-mail, a senha para terem acesso ao sistema de voto eletrônico neste mesmo dia 14/07/2021. Aquelles que não identificarem o recebimento da senha por quaisquer desses meios deverão entrar em contato com a CAS até o dia 21/07/2021 para serem orientados acerca do processo de “recuperação de senha” no sistema de votação, como dispõe o art. 3º do Adito Transiônico ao Regulamento do Voto à Distância.
Demais esclarecimentos acerca dos procedimentos que envolvem a regularização da Assembleia Geral, assim como sobre os documentos para consulta, serão divulgados pelos veículos de comunicação oficiais do Clube.
Salvador, 09 de julho de 2021.
Guilherme Cortizo Bellintani
Presidente do Esporte Clube Bahia
Leonardo Carvalho Martinez
Presidente do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 026/2021 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/21, NO DIA 22/07/21 ÀS 09:30H OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TOCO COM CESTO AEREO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE CAPIM GROSSO-BAHIA EDITAL SITE: ACESSOINFORMACOAO.COM.BR/BA/CAPIMGROSSO/#DIARIO-OFFICIAL. 08/07/21. NARJARA SOUSA DE OLIVEIRA. PREGOEIRA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJUBA

AVISO DE LICITAÇÃO A Prefeitura Municipal de MACAJUBA torna público aos interessados que se realizará a licitação: Modalidade: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 028/2021. Tipo: Menor Preço. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TÔNERS, RECARGAS E TINTAS PARA IMPRESSORAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MACAJUBA. Sessão de Abertura: 22/07/2021, às 09:00h. Local: www.licitacoes-e.com.br. Informações: telefone: (74) 3259 2126. COD. Licitação-e-: [nº 882531]; Luciano Pamponet de Sousa - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2021. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 042-2021. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PARALELEPIPEDOS, INTERTRAVADO, AREIA FINA, AREIA GROSSA, E ASSENTAMENTO DE MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO E DESMONTE DE ROCHA DE TERCEIRA CATEGORIA PARA ATENDER A DEMANDA DESTA MUNICIPI. Empresa adjudicatária: **GRAUS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ: 34.731.268/0001-15**, com uma proposta no valor GLOBAL de R\$ 1.359.599,31 (Um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos). Assinada da Ata: 02/07/2021. Vigência: 02/07/2022. Lapão - BA.
Márcio Antônio Messias da Silva - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Homologação do resultado do PE 16/20. Objeto: Aquisição de mobiliário para escolas, mobiliário para sec. de assistência social e totem para álcool gel e tapetes sanitizado para as escolas. Vencedores: Lote I - Loja da Fabrica Comercio de Moveis Ltda, CNPJ 35.807.941/0001-16, valor R\$ 209.400,00 e lote II - valor R\$ 79.500,00; Lote III - Macale Transporte e Comercio EIRELI ME, CNPJ 19.018.615/0001-73, valor R\$ 19.889,90. Homologação o resultado do PE SRP 20/21. Objeto: aquisição de material didático. Vencedora: Maskate Distribuidora de Produtos de Papel e Armar, CNPJ 73.693.665/0001-00, valor R\$ 570.000,00. Homologação o resultado do PE 25/21. Objeto: aquisição de vidros diversos com instalação. Vencedora: Paulo Marques da Silva, CNPJ 14.999.652/0001-96, lote 1 - valor R\$ 315.000,00. Homologação o resultado do PE SRP 26/21. Objeto: aquisição de material pente e equipamentos odontológicos. Vencedora: J L Multiplos Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda, CNPJ 26.084.880/0001-15, lote 1 - valor R\$ 249.988,07; e lote II - valor R\$ 189.894,05. EXTRATOS DE CONTRATOS: PE 16/20. Contrato 261, 262/21. Contratante: PMRB. Contratado: Loja da Fabrica Comercio de Moveis Ltda, CNPJ 35.807.941/0001-16. Lote I - valor R\$ 209.400,00, lote II - valor R\$ 79.500,00; Macale Transporte e Comercio EIRELI ME, CNPJ 19.018.615/0001-73, lote III - valor R\$ 19.889,90. Vigência: até 31/12/21. PE 25/21. Contrato 273/21. Contratante: PMRB. Contratado: Paulo Marques da Silva, CNPJ 14.999.652/0001-96; Lote I - valor R\$ 315.000,00. Vigência: até 31/12/21. Ruy Barbosa/BA, 14 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI - BA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/2021 - O Município de Jaborandi - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei n.º 10.520/02, Decreto Municipal n.º 1.280/13 e Lei n.º 8.666/93 e alterações, fará realizar Pregão Eletrônico para registro de preços para futuras e eventuais contratações de caminhões caçamba, pipa e máquinas para recuperação de estradas vicinais para atendimento as demandas do Município de Jaborandi, abertura no dia 20/07/2021 às 09h30min, fica prorrogado por dia 22/07/2021 às 09h30min. Edital em até 24 na Sede e no comprasgovernamentais.gov.br - UASG 966585. Informações: (77) 3683.2138/2212, www.ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/jaborandi.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 036/2021 - O Município de Jaborandi - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei n.º 10.520/02, Decreto Municipal n.º 1.280/13 e Lei n.º 8.666/93 e alterações, fará realizar pregão para registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção (cimento, pedra, pó de pedra, paralelepipedo, meio fio, areia lavada, brita) destinados à manutenção, reforma e construção de calçamento, para atender as necessidades da Secretaria de Viação, Obra e Urbanismo do Município de Jaborandi, Bahia, abertura no dia 23/07/2021 às 09h30min. O edital completo encontra-se na sede desta Prefeitura, sito à Av. Francisco Moreira Alves, 01, Centro. Informações: (77) 3683.2138/2212, demais atos www.ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/jaborandi.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2021 - O Município de Jaborandi - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei n.º 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93 e alterações, fará realizar Pregão Presencial objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de publicações institucionais em jornal diário de grande circulação no estado da Bahia para o Município de Jaborandi, abertura dia 23/07/2021 às 14h30min. O edital completo encontra-se na sede desta Prefeitura, sito à Av. Francisco Moreira Alves, 45, Centro. Informações: (77) 3683.2138/2212, demais atos www.ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/jaborandi. Jaborandi - Bahia, 08 de julho de 2021. Marcos Antônio Matos da Silva - Prefeito

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2021 - SEC/COMF
Abertura:20/07/2021, às 10h00min. (Horário de Brasília). Objeto: Contratação de empresa para execução de Serviços Técnicos para Apoio na Supervisão/fiscalização de obras e de serviços de manutenção, e na análise/supervisão de estudos e/ou projetos de arquitetura e engenharia, objetivando intervenções em edificações administrativas e escolares existentes e a construir da rede estadual de ensino do Estado da Bahia, sob a supervisão da Secretaria de Educação do Estado da Bahia-SEC, através da Coordenação Executiva de Infraestrutura de Rede Física-COINF. Família: 07.35. Local da contratação: www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: copel@educacao.ba.gov.br, telefone (71) 3115-8966 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 12:00h e das 13:30h às 18:00h, no endereço da Secretaria da Educação, 5ª avenida, nº 550, térreo, sala 05 - Centro Administrativo da Bahia-CAB. CEP: 41.745-004. Salvador/BA, 07/07/2021. Marcelo Simões da Silva - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/21. Dia 09/08/21 às 9h. Objeto: construção do Espaço Educativo Urbano Integral no município, Termo/Convênio 202103124/2021, conforme projeto, especificações e orçamento aprovado pelo FNDE. Edital: www.canarana.ba.gov.br. Informações: tel. 74999528552 ou e-mail: licitacoes@canarana.ba.gov.br. Canarana/Ba, 09 de julho de 2021. Eduardo Seixas Pimenta. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA

TOMADA DE PREÇOS 02/21. Menor preço global. Objeto: serviços relativos a manutenção preventiva, corretiva, adequações e reforma de prédios públicos municipais na Sede, Zona Rural e Distritos, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos/ferramentas. Dia 27/07/21 às 10h. Edital: <http://www.pmbrazil.org.br/diariooficial/ba/priteranovaweb/licitacoes>. Informações: na CPL, tel. 7532382061/2062 ou e-mail: licitacao@terranova.ba.gov.br. Terra Nova/Ba, 07 de julho de 2021. Eder São Pedro Menezes. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 83/21. ID: 882654. Objeto: fornecimento de peças e equipamentos de manutenção de máquinas pesadas para veículos que estão a serviços no município. Abertura de propostas: às 8h de 21/07/21. Sessão pública: às 9h de 21/07/21. Menor preço por lote. Edital: <http://pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br/diario> e www.licitacoes-e.com.br. TOMADA DE PREÇOS 04/21. Objeto: reforma nas dependências do Estádio Municipal Waldomiro Borges para instalação da Sec. de Esporte e Lazer. Dia 27/07/21 às 9h30. Edital: <http://www.ipmbrasil.org.br/portallmunicipio/ba/pmjequie/>. Informações: na CPL, Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, de 8 às 12h, tel. 7335268000 / 7335268042. Jequié/Ba, 08 de julho de 2021. Diego Amaral de Macedo. Presidente Copel.

bradesco LEILÃO SOMENTE ONLINE 21 IMÓVEIS FECHAMENTO: 26/07/2021 a partir das 20h00

Imóveis localizados: BA GO MA MG MT PA PE PR RO SC SP

▼ A VISTA COM 10% DE DESCONTO - PARCELAMENTO EM 12 MÊSES IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS

LOTE 01 - PORTO SEGURANÇA TERRENO C/ 50.000,00m²
Estrada das Chácaras, no lugar denominado Corrego do Taípe
DISTRITO DE ARRIAL/ AJUDA LANCE MÍNIMO: R\$ 1.120.000,00

Lances "on-line", "condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: www.banco.bradesco/leiloes
(11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 055/2021. Tipo: Maior oferta. Objeto: contratação de instituição financeira, pública ou privada para prestação de serviços bancários de pagamento de vencimentos, salários, proventos e/ou similares dos servidores ativos da secretaria municipal de saúde do município de Lapão-BA. Data: 22/07/2021 às 09:00h na sala de licitações. Edital disponível no link <http://lapao.ba.gov.br/transparencia/compras/licitacoes> - Informações: Fone: (74) 99926-3809 email: cpl@lapao.ba.gov.br. Lapão-BA, 08/07/2021. Ivanilson Carvalho Rocha - Pregoeiro.

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Professores no Estado da Bahia - SINPRO-BA, por seu Coordenador Geral, no uso de suas atribuições, CONVOCA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE ESTEJAM ATUANDO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, associados ou não, para participação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12 de julho de 2021, com Primeira Convocação às 17h, com 50% dos interessados, ou Segunda Convocação, às 17h30min, com qualquer quorum, a ocorrer de forma virtual, pela plataforma Zoom Cloud Meetings, através de link a ser disponibilizado no Instagram (@sinprobahia) e no site da entidade (www.sinpro-ba.org.br), às 15h do dia de sua realização, com abertura da sala virtual prevista para as 16h45min, para informar, discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Avaliar a situação relativa ao não retorno das atividades letivas presenciais ou semipresenciais nas escolas; 2. Referendar e manter as decisões da assembleia realizada em 05 de julho de 2021; 3. Discutir, avaliar e deliberar sobre a Data-Base 2021 (reajustes salariais relativos a maio/2020 e maio/2021); 4. O que ocorrer. Por este Edital, o SINPRO-BA informa que os professores participantes receberão instruções, no ato da assembleia, a partir da sua mesa diretora, sobre as regras da assembleia e como fazerem a sua identificação na plataforma, assim como sobre a forma de registro de presença, com disponibilização obrigatória, de nome completo, CPF, telefone de contato e escola(s) em que leciona, tal como nas assembleias presenciais, para efeito dos registros e formalidades necessárias. Também por este Edital, o SINPRO-BA informa que a forma de votação dos temas será apresentada pela mesa diretora da assembleia durante o curso do processo. Salvador-Ba, 09 de julho de 2021. Alysston Mustata - Coordenador Geral do SINPRO-BA.

SOLD EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 22 de julho de 2021, às 08h45min. 2º LEILÃO: 29 de julho de 2021, às 15h30min. (horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E/OU ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública, datado de 10 de outubro de 2017, firmado com o FIDUCIÁRIO Marcus Vinicius Santos Fontes, CNH nº 051535954507 DETRAN/BA e CPF nº 016.402.745-98, residente e domiciliado em Salvador/BA, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 350.306,83 (trezentos e cinquenta mil e trezentos e seis reais e oitenta e três centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel pertencente pelo Apagamento 603 do Edifício Torre Norte Bico B, integrante do empreendimento denominado Condomínio Vila Jardim, situado na Rua Carinhanta, nº 49, no Pernambuco, no subdistrito de São Caetano, zona urbana de Salvador, com 19,98m² de área comum, 54,19m² de área privativa, e fração ideal de 25,80m², e possuindo ainda o direito a uma vaga de garagem de nº 21 localizada no pavimento G-1, com 3,20m² de fração ideal, 2,48m² de área comum e 10,35m² de área privativa, melhor descrito na matrícula nº 95632 do 03º Cartório de Registro de Imóveis de Salvador/BA. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 626.3594. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 224.604,80 (duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos e quatro reais e oitenta centavos) - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (www.soldsuperbid.net) e no SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net) e se habilitar com antecedência de 24 horas antes do início do leilão. Em virtude da pandemia da COVID-19 o evento será realizado exclusivamente on line através da Loja SOLD LEILÕES (www.soldsuperbid.net) e do SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). Forma de pagamento e demais condições de venda VEJA A INTEGRAL DESTA EDITAL NA LOJA SOLD LEILÕES (www.soldsuperbid.net) E NO SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). Informações: 11-4950-9400 / imoveis.sr@superbid.net (17130 - Dissê)

COVID-19 Medida é tomada com 58% do público vacinado com 1ª dose e após queda de taxas de ocupação de leitos de UTI Salvador entra na fase verde de retomada de atividades e vacina a partir de 40 anos

RODRIGO AGUIAR

A prefeitura de Salvador anunciou a entrada da capital a partir de hoje na fase verde do plano de reabertura das atividades econômicas. A decisão de flexibilizar ainda mais as medidas de enfrentamento à pandemia foi tomada após entendimento entre o prefeito Bruno Reis (DEM) e o governador Rui Costa (PT), devido à queda das taxas de ocupação de leitos de UTI e avanço da vacinação.

De acordo com a gestão municipal, 58% do público-alvo já recebeu pelo menos uma dose da vacina contra a Covid-19. Com isso, será retomado na capital o funcionamento, em horário li-

vre e todos os dias, de teatros, parques de diversão, quadras e campos públicos municipais. Os parques públicos podem funcionar, mas de segunda a sábado. O acesso às praias estará permitido de segunda a sábado, também sem restrição de horário – com exceção da praia do Porto da Barra, que estará liberada de terça a sábado.

Um novo decreto estadual modifica o horário do toque de recolher, que será das 0h às 5h. Voltam a funcionar centros culturais, museus e galerias de arte, das 10h às 20h; espaços de eventos sociais (casamentos, aniversários, bodas, formaturas e afins), espaços de eventos infantis e circos, das 10h às 23h. Haverá novo horário de funciona-

mento do comércio de ruas, das 9h às 19h; shopping centers, centros comerciais e similares, das 10h às 22h; e restaurantes, bares e semelhantes, das 11h às 23h30.

Prossigue da mesma forma o funcionamento de atividades na construção civil, das 7h às 17h; escritórios ad-

ministrativos (contabilidade, consultoria e similares) e de advocacia, das 10h às 19h; autoescolas, das 10h às 20h; barbearias, salões de beleza e similares, das 9h às 20h; e cinemas, das 10h às 23h.

Ocupação de leitos

Pelo terceiro dia seguido, a ocupação de leitos de UTI adulto para pacientes com Covid-19 não superou 60% em Salvador. Pelos dados da Secretaria Municipal da Saúde, a ocupação foi de 60% na terça-feira (6), reduziu para 52% na quarta-feira (7) e fechou em 58% ontem. A última vez em que isso ocorreu foi entre os dias 18, 19 e 20 de novembro, quando a taxa ficou entre 53% e 58%. Ontem, até o fechamento da repor-

tagem, 11 pacientes com Covid-19 haviam sido regulados, ou seja, transferidos das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) para hospitais. No dia anterior, o número foi de 18 regulados.

Além dos últimos números relativos à ocupação de leitos, a prefeitura também mencionou o avanço da vacinação ao decidir seguir na reabertura. Nos últimos dias, o prefeito Bruno Reis já havia anunciado um evento-teste com 500 pessoas, todas vacinadas com pelo menos uma dose, no final de julho. A expectativa da prefeitura é pela retomada de shows em agosto. No estado, o movimento também é de queda na ocupação dos leitos de UTI Covid. Pelo último

boletim da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), a taxa de ocupação em leitos deste tipo é de 67%.

Vacinação

Com a chegada de mais doses de vacina à Bahia, a prefeitura de Salvador anunciou que retomará hoje a aplicação da primeira dose por faixa etária, suspensa desde a última terça. Com isso, não haverá aplicação de segundas doses ou da primeira dose para grupos prioritários. Parte das pessoas com 40 anos será contemplada pela campanha hoje. Das 8h às 12h, serão vacinados aqueles com idade igual ou superior a 41 anos nascidos até 9 de julho de 1980. Das 13h às 16h, será a vez das pessoas de 40 anos ou mais nascidas até 9 de setembro de 1980.

A Secretaria Municipal da Saúde também segue aplicando a dose única para a população de rua, das 8h às 16h. O cadastro desse público já foi feito pela Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre).

Novo lote

A Bahia recebeu ontem um novo lote com 111.150 doses da vacina da Pfizer. Para hoje, são aguardadas mais 61.800 doses da Coronavac, em voo com previsão de chegada às 9h35. A Sesab informou que os imunizantes da Pfizer serão destinados para a primeira aplicação, enquanto as doses da Coronavac serão divididas: metade vai para a primeira aplicação e a outra metade para quem precisa completar o esquema vacinal. Da atual remessa, só terão direito aos imunizantes os municípios que aplicaram no mínimo 85% das doses recebidas anteriormente. Esta foi uma decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), instância deliberativa da saúde que reúne representantes dos 417 municípios e o estado.

Com a carga de ontem e a prevista para hoje, a Bahia totaliza 9.333.930 doses de vacinas recebidas, sendo 3.422.000 da Coronavac, 4.698.900 da AstraZeneca/Oxford, 958.230 da Pfizer e 254.800 da Janssen.



Olga Leiria / Ag. A TARDE

Pelo 3º dia seguido, ocupação de leitos de UTI adulto não chega a 60%

Busca pela 2ª dose da vacina continua pequena

BRUNO BRITO*

Devido ao baixo número de aplicações de segundas doses da vacina contra a Covid-19, o Ministério da Saúde lançou uma campanha incentivando a imunização completa. No Brasil, segundo o órgão, 3,5 milhões de pessoas estão com a segunda dose atrasada. Já na Bahia, são mais de 160 mil pessoas com o esquema vacinal incompleto, enquanto na capital o número supera 20 mil. Diante desse cenário, se reforça a importância de a população buscar a segunda dose do imunizante.

De acordo com o ministério, a campanha idealizada pelo órgão, contará com peças publicitárias divulgadas em veículos de mídia, com o intuito de reforçar a necessidade de completar o esquema vacinal.

“A imunização é a principal arma para conter o caráter pandêmico. As vacinas que temos, com exceção de uma delas, a Janssen, necessitam

de duas doses. É fundamental que a população volte para tomar a segunda, pois só assim a imunização estará completa”, disse o ministro Marcelo Queiroga, em nota divulgada pelo Ministério da Saúde, em seu site oficial.

Na Bahia, segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), até ontem, 168.247 pessoas estavam com o esquema vacinal incompleto. Deste total, 127.603 pessoas estavam com a segunda dose da CoronaVac em atraso, enquanto 40.644 pessoas ainda não tomaram a segunda dose da vacina de Oxford.

Em Salvador, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), até ontem, 22.727 pessoas estavam com a segunda dose em atraso. Destes, 12.477 faltam completar o esquema vacinal com a Coronavac e 10.250, com a vacina de Oxford.

Na manhã de ontem, a reportagem de A TARDE observou baixo movimento no PAF Ondina, em que são apli-



Uendel Galter / Ag. A TARDE

Pela manhã, só 8 pessoas foram ao posto do Barradão

cadadas as segundas doses da vacina de Oxford, com apenas três pessoas indo completar o esquema vacinal, por volta das 8h30.

Situação semelhante no Barradão, local em que são aplicadas as segundas doses da CoronaVac. Até o final da manhã, apenas oito pessoas haviam recebido a segunda dose do imunizante. Ao todo, segundo o vacinômetro

da SMS, apenas 460 aplicações de segundas doses foram realizadas ontem.

Mas a Sesab e a SMS não informaram, até o fechamento desta matéria, quais iniciativas serão adotadas para reduzir o número de pessoas com o esquema vacinal incompleto contra a Covid-19.

*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Bahia registra mais 79 óbitos pela Covid-19

DA REDAÇÃO

Na Bahia, nas últimas 24 horas, foram registrados 3.088 casos de Covid-19 e 2.804 pessoas recuperadas pela doença. O boletim epidemiológico da Sesab, ontem, também registrou 79 óbitos. Apesar de as mortes terem ocorrido em diversas datas, a confirmação e registro foram realizados ontem. Dos 1.147.552 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.111.853 já são considerados recuperados, 11.125 encontram-se ativos e 24.574 tiveram óbito confirmado.

O boletim epidemiológico contabilizou ainda 1.385.711 casos descartados e 233.964 em investigação até a tarde de ontem. Na Bahia, 51.154 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19. O número total de óbitos por Covid-19 na Bahia desde o início da pandemia é de 24.574, representando uma letalidade de 2,14%.

Dentre os óbitos, 55,77% ocorreram no sexo mascu-

lino e 44,23% no sexo feminino. Em relação ao quesito raça e cor, 54,97% corresponderam a parda, seguidos por branca com 22,37%, preta com 15,35%, amarela com 0,42%, indígena com 0,15% e não há informação em 6,75% dos óbitos. O percentual de casos com comorbidade foi de 60,31%, com maior percentual de doenças cardíacas e crônicas (72,70%).

Regulação

Às 12h de ontem, 15 solicitações de internação em UTI Adulto Covid-19 constavam no sistema da Central Estadual de Regulação. Outros 11 pedidos para internação em leitos clínicos adultos Covid-19 estavam no sistema.

Com 5.295.783 vacinados contra a Covid-19 com a primeira dose, dos quais 1.946.959 receberam também a segunda aplicação, e mais 172.118 vacinados com o imunizante de dose única, a Bahia é um dos estados do País com o maior número de imunizados.

Dólar tem maior alta semanal em 3 meses

MERCADO O dólar comercial emendou ontem sua oitava alta consecutiva, de 0,29%, e encerrou o dia a R\$ 5,255 na venda. É o maior valor de fechamento desde 26 de maio, quando a moeda norte-americana alcançou os R\$ 5,313. Com isso, a divisa acumulou alta semanal de 4%, a maior desde a semana de 26 de março (4,67%). O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira (B3), caiu 1,25%, a 125.427,77 pontos, acumulando baixa de 1,72% na semana.

O movimento do dólar segue tendência no mercado

internacional, com investidores procurando aplicações mais seguras. Segundo Dan Kawa, CIO da TAG Investimentos, há expectativa de um crescimento mais fraco no mundo no segundo semestre, com a disseminação da variante delta do coronavírus. Com essa tendência, aumenta a procura por dólares, o que faz a cotação da moeda subir.

No Brasil, todos os olhares estavam voltados, ontem, para Brasília. Como não há sinais muito preocupantes sobre os indicadores econômicos e a pandemia "parece

estar começando a arrefecer" no país, Mehanna Mehanna, sócio diretor da Phi Investimentos, a desvalorização do real reflete o aumento nas tensões políticas.

"Vale destacar que, nos últimos

A moeda norte-americana avançou, ontem, 0,28%, a R\$ 5,2538

sete dias, sem contar a valorização de hoje (ontem), o dólar recuperou toda a queda que teve no mês de junho, e o desempenho que a gente teve nesses pregões destoou de outros mercados emergentes", disse Mehanna Mehanna.

Vale destacar que, nos últimos sete dias, sem contar a valorização de hoje, o dólar recuperou toda a queda que teve no mês de junho, e o desempenho que a gente teve nesses pregões destoou de outros mercados emergentes. Mehanna Mehanna, da Phi Investimentos.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2544	R\$ 5,2554
Dólar Turismo	R\$ 5,28	R\$ 5,427
Euro turismo	R\$ 6,257	R\$ 6,43

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	125.427,77	-1,25%

POUPANÇA

9/7/2021	0,1559%
----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

Mensalidades de planos de saúde individuais terão redução de até 8,19%

SEU BOLSO A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) definiu pela primeira vez na história, ontem, que o plano de saúde individual vai ficar mais barato. Com a decisão, a agência prevê uma queda máxima de 8,19% nos contratos para 8,1 milhões de beneficiários até 1º de maio de 2022. O percentual negativo de reajuste não vale para planos de saúde coletivos, como os empresariais, e os por ade-

são, em que os consumidores contratam em grupo.

Segundo a ANS, as operadoras de saúde que operam planos coletivos "costumam seguir os reajustes feitos pelos planos individuais", embora não tenham esse vínculo. "Foi uma medida justa visto que houve redução de atendimento em 2020. Nosso objetivo é promover a defesa do interesse público", afirmou Rogério Scarabel

Barbosa, diretor da ANS.

De acordo com Paulo Rebelo, diretor da ANS, a decisão se deve à queda de 82% para 74% no uso de serviços médicos pelos usuários no ano passado, como cirurgias e exames. Apenas as consultas médicas, por exemplo, registraram um recuo de 25% nas ocorrências em 2020, em relação a 2019.

Segundo a ANS, a queda na sinistralidade ocorreu

pelo isolamento social imposto pela pandemia. Rebelo destacou que, apesar do aumento de gastos com internações e procedimentos realizados pela covid-19, os planos reduziram seus gastos com consultas e atendimentos ambulatoriais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a redução é positiva, mas afeta um número pequeno de consumidores.

INFLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO

Pesquisa O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), medido pelo IBGE, registrou inflação de 2,46% em junho deste ano. É a maior taxa mensal da série histórica iniciada em 2013. Em maio, a taxa ficou em 1,78%. Já em junho de 2020, o índice havia ficado em 0,14%.

#Segundou NO CORREIO*

TODAS AS SEGUNDAS ÀS 19H NO INSTAGRAM @CORREIO24HORAS

12 JUL

FAVELAS: TRANSFORMANDO "EXCLUSÃO" EM STARTUPS.

Gilson Rodrigues

Presidente do GIO Favelas

Entrevista com **Joca Guanaes**

ECONOMIA

RMS tem a segunda maior inflação do país em junho

CUSTO DE VIDA O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial da inflação, calculado pelo IBGE, ficou em 0,86%, em junho, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Houve desaceleração em relação à taxa de maio (1,12%), mas foi a maior inflação para um mês de junho na RMS desde 2015, quando o índice havia ficado em 1,03%, e igual à registrada em junho de 2018. O índice da RMS foi ainda o segundo mais alto dentre as 16 áreas investigadas separadamente pelo IBGE, abaixo apenas da Região Metropolitana de Recife (0,92%) e acima do verificado no país como um todo (0,53%).

Com o resultado do mês, o IPCA na RMS

0,86%

foi a taxa de inflação na RMS, em junho, segundo o IBGE. No primeiro semestre do ano, o índice ficou em 4,13%

tem alta de 4,13% no acumulado no primeiro semestre de 2021. Está acima do índice nacional (3,77%) e chega bem próximo ao acumulado em todo o ano passado – de janeiro a dezembro de 2020, o IPCA da RMS havia aumentado 4,31%.

Nos 12 meses encerrados em junho, a inflação na RMS fica em 7,84%. Seguiu acelerando em relação aos 7,65% registrados nos 12 meses encerrados em maio, embora ainda se mantenha abaixo do acumulado no país como um todo (8,35%).

Dentre os nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA, oito apresentaram altas em maio, na RMS. Apenas comunicação (-0,09%) teve variação negativa média dos preços.

Com o maior aumento, o grupo transportes (1,46%) também exerceu a principal pressão inflacionária no

mês, puxado pelo aumento dos combustíveis (2,14%). A gasolina (2,22%) seguiu em alta pelo segundo mês consecutivo e foi novamente o item que individualmente mais contribuiu para o aumento do custo de vida em geral, na RMS, em junho.

O segundo maior aumento em junho, na RMS, veio do grupo habitação (1,36%), também puxado mais uma vez pela energia elétrica (2,49%), mas com influência relevante também do gás de botijão (2,41%).

A energia teve a terceira alta seguida e, apesar de ter desacelerado frente ao aumento de maio (que havia sido de 10,54%), foi a segunda principal pressão inflacionária individual da RMS em junho. Acumula aumento de 3,78% no primeiro semestre de 2021 e de 19,15% nos 12 meses encerrados em junho.

Produção da indústria baiana registra a sexta queda seguida

RETRAÇÃO O ano de 2021 tem se mostrado complicado para a indústria baiana. De acordo com pesquisa do IBGE, divulgada ontem, em maio, a produção do setor encolheu 2,1% frente a abril – o sexto recuo consecutivo para o estado nesse comparativo e o pior desempenho para um mês de maio desde 2018 (quando a queda havia

sido de -13,4%). Frente a maior do ano passado, a queda é ainda maior: 17,7%.

Ao todo, só em 2021, a queda acumulada do setor é de 16,3%. Já nos 12 meses terminados em maio, o encolhimento é de 9,3%. "A nossa indústria é muito concentrada em segmentos que produzem insumos para outras indústrias. A indústria baiana sente

muito rápido os choques na economia nacional", afirma Rafael Sales, consultor econômico da casa de pesquisa econômica Arazul Capital.

O recuo na produção na comparação com maio de 2020 se deu por conta da quinta queda seguida na indústria de transformação (-19,6%).

*WENDEL DE NOVAIS

CONSÓRCIO VIA BRASIL ARREMATÁ RODOVIA

CONCESSÃO O sistema rodoviário BR-163/230/MT/PA, considerado o mais importante para o agronegócio brasileiro, foi arrematado em leilão, ontem, pelo Consórcio Via Brasil, que foi o único a apresentar proposta pela concessão da via. O trecho de mais de 1 mil quilômetros liga o estado de Mato Grosso a portos no Pará, entre Sinop (MT) e Itaituba (PA). Ele forma um dos principais corredores para o escoar a produção de grãos do Centro Oeste e da região Norte do país.

SUPERMERCADOS

5,32%

é a alta real nas vendas, no acumulado de janeiro a maio deste ano, no setor de supermercados do país. Em maio, na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um crescimento de 2,88%, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), divulgada ontem.

IBGE PREVÊ SAFRA DE GRÃOS RECORDE NA BAHIA ESTE ANO

AGRICULTURA A sexta estimativa para a safra baiana de cereais, leguminosas e oleaginosas (também conhecidos como grãos) em 2021, prevê, em junho, que a produção deve chegar a 10.474.922 toneladas neste ano. Com isso, deverá ser 4,1% superior à safra recorde de 2020 (10.063.245 toneladas). A previsão de junho se manteve rigorosamente igual à de maio. Os dados são do IBGE.

O grão que deverá contar com a maior safra em 2021 no estado é a soja, cuja previsão para o ano é de 6.834.000 toneladas, 12,6% a mais que a safra 2020, que foi de 6.070.000 toneladas. Este aumento entre um ano e outro se dá, tanto por conta do crescimento de 4,9% da área plantada, que passou de 1.620.600 para 1.700.000 hectares, quanto pelo aumento de 7,3% no rendimento médio, que passou de 3.746 para 4.020 kg/hectare.

A segunda maior previsão da safra baiana de grãos em 2021 é a do milho (1ª safra), cuja estimativa é de 1.900.000 toneladas, 5,5% a mais que a safra de 2020, que foi de 1.800.200 toneladas.

O aumento se dá exclusivamente por conta do crescimento de 12,8% na área plantada, passando de 363.500 hectares em 2020, para 410.000 na previsão atual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2021 DISPENSA Nº 042/2021 CONTRANTE: O MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA – BA. CONTRATADA PEDRO HENRIQUE COSTA DOS SANTOS CPF: 094.570.415-18. OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento da CASA DE APOIO À SAÚDE do Município de Teolândia. VALOR MENSAL DE R\$ 700,00 (setecentos reais) COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) DATA DA ASSINATURA: 05 DE JULHO DE 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA
CNPJ N: 16.444.150/0001-24
EXTRATO APOSTILAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
O Prefeito Municipal de Ourolândia – Bahia autoridade competente torna pública o primeiro termo de apostilamento:
Contrato nº 185/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE OUROLÂNDIA-BAHIA. Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI. Objeto: Este termo tem por objeto acrescentar dotação orçamentária na cláusula segunda, do contrato nº 185/2020, vinculado a Convite nº 004/2020, que versa sobre a contratação de empresa para a prestação de serviços na pavimentação de ruas na sede e interior do município de Ourolândia, tais como: pavimentação ampliação da rua 2 Portelinha, conforme abaixo:
UNIDADE GESTORA: 03.03.00 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA. PROJETO ATIVIDADE: 1036 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS. ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONE: 44 – CESSAÇÃO ONEROSA. Assinatura: 04/01/2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
O Prefeito Municipal de Ourolândia – Bahia autoridade competente torna pública o primeiro termo aditivo:
Processo Administrativo nº 113/2020. Contrato nº 185/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE OUROLÂNDIA – BAHIA. Contratada: EMR CONSTRUTORA EIRELI. Objeto: Este termo tem por objeto aditivo a prazo constante da Cláusula Quinta, do Contrato nº 185/2020, vinculado ao Convite nº 004/2020, que versa sobre a contratação de empresa para a prestação de serviços na pavimentação de ruas na sede e interior do município de Ourolândia – Bahia, tais como: pavimentação ampliação da rua 2 Portelinha. Fundamentação Legal: Art. 57, incisos II da Lei Federal nº 8.666/93. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.03.00 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA. PROJETO ATIVIDADE: 1036 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS. ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 44 – CESSAÇÃO ONEROSA. Assinatura: 15/03/2021. Vigência: 16/03/2021 a 16/06/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMADINA
CNPJ N: 14.147.466/0001-29
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 012-2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO 094/2021
A Prefeitura Municipal de Almadina, por intermédio do seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 002/2021 de 06 de janeiro de 2021, torna público aos interessados que se fará o Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 013/2021 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I, TRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS.
O EDITAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO: www.licitacoes.com.br ou www.almadina.ba.gov.br REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002. SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS NÓRMAS QUE REGEM A MATÉRIA. O PREGÃO SERÁ REALIZADO EM SESSÃO PÚBLICA ONLINE POR MEIO DE RECURSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA INTERNET, ATRAVÉS DO SITE LICITAÇÕES-É.
Licitação Banco do Brasil nº: 881943
Recebimento das propostas: 12/07/2021 - 08:00hrs. Recebimento das propostas até: 22/07/2021 - 09:00hrs. Abertura das propostas: 22/07/2021 - 09:00hrs. Início da sessão de disputa de preços: 22/07/2021 - 09:30hrs
Informações pelo email: licitagma@outlook.com, ou na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Euzebio Ferreira, 26, Centro CEP 45640-000 Almadina – BA, onde poderá ser adquirido o edital. Almadina, 08 de julho de 2021. DALTON LUIZ ALMEIDA FILHO - PREGOEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 013-2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO 095/2021
A Prefeitura Municipal de Almadina, por intermédio do seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 002/2021 de 08 de janeiro de 2021, torna público aos interessados que se fará o Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 013/2021 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALMADINA-BA NO EXERCÍCIO DE 2021, CONFORME ANEXO I, conforme especificações constantes no edital e termo de Referência e modelo de Proposta, anexos do edital, através de Registro de Preços.
O EDITAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO: www.licitacoes.com.br ou www.almadina.ba.gov.br REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002. SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS NÓRMAS QUE REGEM A MATÉRIA. O PREGÃO SERÁ REALIZADO EM SESSÃO PÚBLICA ONLINE POR MEIO DE RECURSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA INTERNET, ATRAVÉS DO SITE LICITAÇÕES-É.
Licitação Banco do Brasil nº: 881944
Recebimento das propostas: 12/07/2021 - 08:00hrs. Recebimento das propostas até: 22/07/2021 - 09:00hrs. Abertura das propostas: 22/07/2021 - 09:00hrs. Início da sessão de disputa de preços: 22/07/2021 - 10:30hrs
Informações pelo email: licitagma@outlook.com, ou na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Euzebio Ferreira, 26, Centro CEP 45640-000 Almadina – BA, onde poderá ser adquirido o edital. Almadina, 08 de julho de 2021. DALTON LUIZ ALMEIDA FILHO - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA
PREGÃO ELETRÔNICO 015/2021-SRP A PM de Correntina-BA (UASG 983485), através do seu Prefeito, torna público, a todos, que está aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 015/2021-SRP objetivando a futura contratação de empresas para fornecimento de medicamentos que serão destinados à manutenção da Secretaria de Saúde deste Município, conforme descritos no Anexo I – Termo de Referência do Edital, utilizando o critério de Menor Preço por Grupo para julgamento das propostas. Edital nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br, www.correntina.ba.gov.br e www.correntina.ba.io.org.br. Entrega das propostas: a partir de 08/07/2021, às 8h, no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Bases legais: leis federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, leis complementares nº 123/2006 e nº 147/2014, Lei Municipal nº 853/2010 e pelos decretos federais nº 3.555/2000 e nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 572/2020 e demais legislações pertinentes. As demais fases deste PE serão publicadas no Site www.correntina.ba.io.org.br. Informações: (77) 3488-3247. Nilson José Rodrigues-Prefeito.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA
CNPJ 13.504.675/0001-10
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convidados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 19 de julho de 2021, às 09h00, na sede social, localizada na 4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, a fim de discutirem e deliberarem as seguintes ordens do dia:
1) eleição de membro do Conselho de Administração.
Salvador, 09 de julho de 2021.
Cicero de Carvalho Monteiro
Presidente do Conselho de Administração

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL
A ATACADÃO S.A , CNPJ: 75.315.333/0001-09 TORNA PÚBLICO QUE ESTÁ REQUERENDO À SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH A LICENÇA AMBIENTAL DE Regularização da Estação de Tratamento de Efluente Sanitário, PARA Operação da Estação de Tratamento de Efluente sanitário LOCALIZADA NA Avenida Santos Dumont No 5893, Bairro Portão, LAURO DE FREITAS/BA.

Josias Almeida Gonzalez

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES

@donaldsongomes

O FOCO É AQUI

Dois em cada três lares nordestinos ainda vivem sem uma das maiores comodidades da vida moderna, a máquina de lavar roupas. Não por acaso, a região é o foco de uma campanha de relacionamento da Consul. Aqui estão 10 milhões dos 19 milhões de lares brasileiros sem o utensílio. Como comparação, enquanto o Nordeste tem 37% dos lares com máquinas de lavar, no restante do país o número é de 66%. O cenário é explicado tanto por fatores econômicos, quanto culturais, constatou uma pesquisa exclusiva realizada pela Whirlpool, dona da marca Consul. No restante do país, o ato de lavar roupa está associado quase exclusivamente à limpeza, mas por aqui tem a conotação de um "ato de carinho", explica Allyne Magnoli, diretora de Marketing da Whirlpool.

REGIONALIDADE

As peças publicitárias terão quatro sotaques diferentes. Uma das vozes da campanha será da jornalista e influenciadora Maíra Azevedo, a Tia Má. No último ano, as vendas de eletrodomésticos da marca cresceram 16%, segundo a diretora de Marketing da Whirlpool

Melhor que 2019

O comércio baiano registrou um faturamento de R\$ 9,7 bilhões em maio. O volume de recursos representou uma alta de 57,3% em relação ao mesmo mês de 2020, segundo levantamento da Fecomércio-BA com base nos dados da PMC, do IBGE. E mais, o estudo aponta ainda que a atividade registrou um crescimento de 7,9%, mesmo na comparação com maio de 2019, um ano antes da pandemia do novo coronavírus. O resultado supera as expectativas. A Fecomércio-BA projetava uma alta de 0,5% para alguns setores específicos relacionados ao Dia das Mães. O desempenho mensal é o melhor desde o ano de 2017.

Expansão

A Rede Mater Dei de Saúde, que está construindo um novo hospital em Salvador, anunciou uma frente de expansão nacional e crescimento com a aquisição de 70% do capital social do Grupo Porto Dias, proprietário de duas unidades hospitalares (Hospital Porto Dias e Porto Quality) e duas unidades de diagnóstico em Belém (PA). Para consumir a operação, a companhia pagará R\$ 800 milhões em caixa e emitirá 27.272.728 ações, em favor dos acionistas do Grupo Porto Dias. A negociação inclui também termos e condições para a aquisição futura dos 30% de participação remanescentes da família Porto Dias.

Lojas próprias

A Shineray do Brasil anunciou que vai abrir quatro lojas de fábrica nos estados de São Paulo, Ri, Minas e Pernambuco. Segundo a empresa, o investimento de R\$ 1 milhão faz parte dos planos para ampliar a participação do mercado. Em cinco anos, a empresa projeta a presença em todos os estados do país. A Shineray diz que as unidades vão operar em conjunto com os mais de 200 pontos de vendas que a empresa já tem no país.

“Nos surpreendeu porque para a mulher nordestina, lavar roupas tem relação com a ancestralidade dela, reflete garra, mas é um ato de carinho também”

Allyne Magnoli
Diretora de Marketing da Whirlpool

9,7

Bilhões de reais foi o faturamento do comércio baiano no último mês de maio

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Bolsonaro e Fernández ‘duelam’ sobre Mercosul

CÚPULA Os presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro, e da Argentina, Alberto Fernández, “duelaram” ontem na abertura da cúpula de chefes de Estado do Mercosul, que marca a passagem da presidência do bloco das mãos dos argentinos para os brasileiros. Com visões antagônicas sobre os principais pontos de impasse atuais do bloco, os dois defenderam suas posições nos discursos iniciais, alfinetando a outra parte.

Fernández usou a palavra “consenso” várias vezes em sua fala, evocando que se trata da “espinha dorsal” do tratado de criação do Mercosul, que completou 30 anos em 2021. O presidente brasileiro argumentou que usar como veto a regra que determina que as decisões do bloco devem ser consensuais terá efeito de consolidar um ceticismo quanto ao Mercosul.

Pelas regras do Mercosul, mudanças no bloco só podem ser feitas se houver consenso entre os quatro membros. Para o Brasil, isso na prática funciona como um veto da Argentina, que é contrária às medidas de “modernização” defendidas pelo governo brasileiro e pelo Uruguai.

Bolsonaro deixou claro que a prioridade da presidência brasileira do bloco,

que se estende pelos próximos seis meses, será perseguir a flexibilização de regras. Os governos dos quatro integrantes do bloco sul-americano, que tem ainda Paraguai e Uruguai, se revezam na presidência a cada seis meses.

O clima de embate entre os dois presidentes demonstrado ontem apenas enfatiza a falta de ânimo entre os membros do Mercosul, que vêm se desentendendo desde o início do ano. Anteriormente, durante reuniões preparatórias, o clima “azedou” depois que o Uruguai anunciou que partiria em busca de novos parceiros fora do bloco. Pelas regras do Mercosul, apenas são aprovadas tratativas comerciais bilaterais que não incluem a redução da tarifa externa comum (TEC), cobrada pelo bloco na importação de outros países.

A revisão da TEC é outro ponto que divide o grupo.



Bolsonaro quer flexibilizar regras

‘Caguei para a CPI’, diz presidente sobre carta

COMISSÃO O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que não responderá à carta que cobra manifestação oficial dele sobre o caso Covaxin. O documento, entregue no Palácio do Planalto, foi assinado pelos senadores Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Roldão Rodrigues (Rede-AP). “Hoje (ontem), o Omar, o Renan e o saltitante fizeram uma festa lá embaixo na Presidência, entregaram documento, pô, responder pergunta à CPI. Sabe qual é minha resposta, pessoal? Caguei. Caguei para CPI. Não vou responder nada”, disse em sua live semanal, transmitida em suas páginas ofi-

ciais nas redes sociais.

Bolsonaro continuou criticando os congressistas que estão à frente da Comissão Parlamentar de Inquérito e repetiu que não responderá ao pedido oficial de comentário. “Querer decência por parte do G7 da CPI é perder tempo. Renan Calheiros, deita aí para tu

esperar minha resposta sobre as suas perguntas feitas para mim. Deita você, o Roldão e o Omar. Deita aí e dorme aí, fica esperando resposta. Não vou responder para gente sem qualificação como você”, declarou Bolsonaro.

A carta foi protocolada no Palácio do Planalto por um funcionário do Senado. “Rogamos a Vossa Excelência que se posicione, de maneira clara, cristalina, republicana e institucional, inspirando-se no Salmo tantas vezes citado em suas declarações, em jornadas pelo país: ‘Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’”, insistiram os senadores no documento.

*LEIA MAIS SOBRE A CPI NA PÁGINA 20

Cobrado pela CPI, Bolsonaro se negou a explicar denúncias sobre a Covaxin

MINISTÉRIO DA SAÚDE EXONERA DIRETOR

COMPRA DE VACINA O Ministério da Saúde demitiu ontem o diretor de Imunização e Doenças Transmissíveis, Laurício Monteiro Cruz. Em menos de dez dias, foi o segundo diretor a perder o cargo depois de denúncias de corrupção na compra de vacinas. Ele estava no cargo desde agosto do ano passado, nomeado pelo ex-ministro Eduardo Pazuello. Segundo a CPI da Covid, Laurício Monteiro Cruz deu aval para que o reverendo Amilton Gomes de Paula negociasse com a empresa Davati a compra de 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca em nome do governo brasileiro, mesmo sabendo que a empresa não é representante oficial do laboratório.

Laurício Monteiro Cruz permitiu que reverendo negociasse com a Davati a compra de 400 milhões de doses de vacina

PRECISA DIZ QUE JAMAIS OFERECERU COVAXIN POR US\$ 10

IMUNIZANTE A Precisa Medicamentos juntou uma peça ao processo no Tribunal de Contas da União sobre a compra da Covaxin em que argumenta que jamais ofereceu a dose da vacina por US\$ 10 ao Ministério da Saúde. Segundo a representante do laboratório Bharat Biotech no Brasil, a proposta comercial foi feita apenas em 12 de janeiro deste ano, ao valor de US\$ 15 a dose. Em um registro chamado “Memória da Reunião” com representantes da Precisa e do Bharat Biotech em 20 de novembro, funcionários do ministério anotaram que o valor da dose seria US\$ 10. O documento foi obtido pelos deputados federais Adriana Ventura (Novo-SP) e Tiago Mitraud (Novo-MG).

O ministro Marcelo Queiroga anunciou a suspensão do contrato da Covaxin em 29 de junho por recomendação da CGU

Das Agências

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

Salvador entra hoje na fase verde, a mais branda, da retomada econômica, anunciou ontem a prefeitura da capital. A decisão acontece quase dois meses após a cidade entrar na fase amarela, parcial. A decisão foi tomada após entendimento entre o prefeito Bruno Reis e o governador Rui Costa. A queda nas taxas de ocupação de UTIs (veja abaixo) e na pressão sobre gripários e UPAs motivou o avanço. As informações serão publicadas no Diário Oficial do Município (DOM).

A quantidade de pessoas acima de 18 anos que já tomou a primeira dose da vacina contra a covid-19 na capital também motivou a ativação da fase 3. Além disso, contribuiu para a ação o novo decreto estadual do toque de recolher, que passa a valer de 0h às 5h.

Na fase verde, já retomado ao funcionamento em horário livre e todos os dias, teatros, quadras e campos públicos municipais e parques de diversão. Os parques públicos podem funcionar, mas de segunda a sábado. As praias também serão abertas de segunda a sábado, sem restrição de horário, exceto o Porto da Barra, que estará aberta de terça a sábado.

CULTURA E COMÉRCIO

Também voltam a funcionar centros culturais, museus e galerias, das 10h às 20h; espaços de eventos sociais (casamentos, aniversários, bodas, formaturas, etc.), espaços de eventos infantis e circos, das 10h às 23h.

Terão novos horários o comércio de rua, das 9h às 19h; shoppings centers, centros comerciais e semelhantes, das 10h às 22h; e restaurantes, bares, pizzarias e similares, 11h às 23h30.

Com a fase verde, os eventos sociais e infantis devem ser promovidos com público limitado a 100 pessoas de 9 a 14 deste mês. A partir do dia 15, o público poderá ser de até 200 pessoas, desde que o percentual de ocupação de leitos de UTI Covid adulto esteja em patamar igual ou inferior a 60%.

FICA IGUAL

Prosseguem com abertura todos os dias e em horário li-



Shoppings passam a funcionar das 10h às 22h na fase verde

LUZ VERDE ACESA PARA SALVADOR

Prefeitura anuncia ativação da etapa branda da retomada econômica

vre os serviços de saúde públicos e pronto-atendimento; consultórios, clínicas particulares, odontológicas e de estética; supermercados, panificadoras, delicatessens, açougues e conveniências; farmácias e drogarias; bancos e lotéricas; laboratórios de análises clínicas; postos de combustíveis e pontos de vendas de gás de cozinha; call centers; oficinas e borracharias; cemitérios e serviços funerários; hotéis, pousadas e demais estabelecimentos de alojamento; academias e similares; cursos livres; templos religiosos e igrejas; indústria; funcionalismo público não essencial; centros e espaços de convenção; e clubes sociais, recreativos e esportivos. Funcionam também todos os dias: a construção civil, das 7h às 17h; escritórios administrativos (contabilidade, consultoria, etc.) e advocacia, das 10h às 19h; autoescolas, 10h às 20h; barberias, salões de beleza e similares, 9h às 20h; e os cinemas, 10h às 23h.

REPERCUSSÃO

Silvio Pessoa, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Salvador e Litoral Norte (SHRBS) comemorou a medida. Para o dirigente, o momento agora é de promover o turismo. "Finalmente a fase verde foi ativada, depois de 15 meses de restrições. Agora, vamos tentar equilibrar nossas contas. Agora é promoção e marketing para disputarmos os turistas nacionais. O turismo é a mola propulsora de nossa economia. Somos 400 hotéis e 12.000 bares e restaurantes, responsáveis por 25% do PIB de Salvador", disse.

Silvio, porém, criticou a manutenção do toque de recolher à meia-noite. Ele aponta que com a fase verde, o fechamento dos estabelecimentos deveria ocorrer 1h. "A fase verde prevê o fechamento a uma hora da manhã, o que não foi feito. O visitante tem que viver a cidade e aproveitar o melhor do destino. Este toque de recolher tem que deixar de existir".

Retorno teve fase roxa, vermelha e amarela

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, detalhou, no início de abril, a retomada escalonada das atividades econômicas na capital. O esquema contemplava quatro fases. Depois da fase roxa, quando só funcionaram atividades essenciais, a cidade entrou na fase vermelha, que permitiu a reabertura do comércio, bares e restaurantes de forma escalonada, com suspensão de alguns setores por dia e toque de recolher postergado das 18h para 20h.

Voltou a funcionar o comércio de rua (de 10h às 18h, sendo que aos sábados esses estabelecimentos ficaram livres para abrir em qualquer horário), shoppings centers, centros comerciais e semelhantes (de 10h às 19h, sendo que os prestadores de serviços localizados nesses locais deveriam obedecer ao horário dos centros de compras), barberias, salões de beleza e similares (10h às 18h).

Na fase vermelha permaneceram fechados os centros culturais, museus e galerias de arte, clubes sociais, recreativos e esportivos, cinemas, teatros, espaços de eventos sociais (casamento, aniversário, bodas, formatura e similares), espaços de eventos infantis, parques de diversão e parques temáticos, campos e quadras públicas, centros e espaços de convenções, praias e parques.

Ficaram liberados para abrir restaurantes e bares, das 10h às 19h. Os estabelecimentos instalados em shoppings deveriam obedecer ao fechamento dos centros de compras (19h), exceto quando houvesse entrada independente.

Na etapa amarela (anterior à verde anunciada agora), as atividades também seguiram escalonamento, mas o toque de recolher passou a iniciar às 23h.

A última fase, a verde, prevê o comércio funcionando em dias e horários específicos, com toque de recolher entre 0h e 5h.

Ocupação em UTI atinge menor taxa desde novembro

Salvador atingiu anteontem taxa de 52% na ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) - índice que só é maior do que o registrado no dia 16 de novembro (quando foi de 50%). O levantamento foi feito pelo CORREIO com base nas informações dos indicadores

da covid-19 da Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

As maiores taxas até então foram nos dias 6, 19 e 23 de maio de 2020, quando a capital baiana chegou a 89% e 90% dos leitos ocupados. Porém, naquele período, o número de leitos era bem menor, em torno de 270 a

350. Hoje, são 759 disponíveis em Salvador.

Os últimos 15 dias também têm sido de queda na ocupação das UTIs. Desde o São João, no dia 24 de junho, quando a taxa atingiu 77%, ela só tem reduzido - há 10 dias que está abaixo de 70%. Já nos últimos dois dias ela

se manteve abaixo de 60%.

Além desse índice, o professor do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Márcio Natividade, lembra que as hospitalizações, a mortalidade e o número de casos, que são os principais índices da pande-

mia, também têm tido redução. "Esses últimos uma redução mais discreta. Mas, principalmente nos últimos 15 dias, tem havido essa tendência de queda", disse ele. Para o professor da Ufba, é preciso esperar que essa tendência seja mantida por pelo menos, três semanas.

Tribuna

Guedes discute reforma do IR em almoço com empresários

EDUARDO RODRIGUES
ESTADÃO CONTEÚDO

Em meio à resistência do setor produtivo em relação à proposta do governo de reformulação do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas, empresas e investimentos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, almoça nesta quinta-feira, 8, com um grande grupo de empresários em São Paulo.

Entre os nomes estão Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho de Administração da Magazine Luiza; André Esteves, do BTG; Josué Gomes da Silva, eleito presidente da Fiesp e diretor presidente da Coteminas; e Rafael Furlanetti, sócio-diretor institucional da XP Investimentos.

Guedes busca apoio de todos os setores da economia para convencer o Congresso a cortar até R\$ 40 bilhões em subsídios a poucos conglomerados em troca de uma redução de até 10 pontos percentuais no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) para todas as empresas do País. A proposta original de reforma prevê uma queda de apenas 5 pontos percentuais no tributo em dois anos.

Na quarta-feira, 7, o setor

empresarial se uniu para tentar barrar a tramitação do projeto. Um grupo de mais de 120 entidades do setor empresarial enviou uma carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), alertando para impactos negativos da proposta e cobrando alterações no texto.

As associações empresariais - e não apenas as representadas na carta - pedem que o Congresso vote primeiro a reforma administrativa, que mexe nas regras para contratar, promover e demitir os servidores públicos, antes do texto que prevê, entre outros pontos, a volta da taxa de distribuição de lucros e dividendos - a mais polêmica medida incluída no projeto. A proposta entregue ao Congresso pelo ministro Guedes, no fim do mês passado, fixa em 20% a taxa de lucros e dividendos e extingue os juros sobre capital próprio, uma outra forma de remunerar os acionistas.

O texto também prevê reduzir a alíquota do IRPJ para 12% em 2022 e 10% em 2023. Hoje, é de 15% e há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil, que não seria alterada. Os empresários não acreditam nos números de que não haverá aumento da carga tributária.

Tribuna

IPCA: inflação da RMS fica em 0,86%

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Pressionado novamente pelo aumento no preço da gasolina e da energia elétrica, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Região Metropolitana de Salvador (RMS) ficou em 0,86% em junho, 0,26 ponto percentual abaixo da taxa de 1,12% registrada em maio, conforme divulgou ontem (8), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da desaceleração com relação ao mês anterior, o indicador da RMS segue entre os líderes na inflação nacional, inclusive, acima da média do mês no Brasil como um todo (0,53%). No ano, o IPCA da RMS acumula alta de 4,13%, também acima do índice nacional (3,77%). Nos últimos 12 meses o acúmulo é de 7,84%.

Segundo o IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito ti-

veram alta de preços em junho. O maior impacto, no entanto, veio do grupo transporte (1,46%) e habitação (1,36%) que foram influenciados pelo aumento da gasolina (2,22%), energia elétrica (2,49%) e o gás de botijão (2,41%). Para o cálculo do índice do mês, foram comparados os preços coletados entre 28 de maio e 28 de junho de 2021 (referência) com os preços vigentes entre 30 de abril e 27 de maio de 2021 (base). Além do IPCA, o IBGE divulgou o resultado para o mês do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Tanto o IPCA quanto o INPC tem por objetivo medir a variação – se aumentou ou diminuiu – de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população de um mês para o outro. A diferença, no entanto, é que o IPCA engloba uma parcela maior da população. Ele aponta a variação do custo de

vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários mínimos. “Ainda estamos com uma inflação elevada. Mais elevada do que no ano passado. Aqui na Região Metropolitana de Salvador tivemos uma aceleração maior que a média nacional e isso tem a ver com os produtos aumentando mais do que no país como um todo. As despesas com energia elétrica, gasolina e gás de cozinha, por exemplo, são despesas pesadas. Então, isso tudo influenciou para o resultado do mês”, destacou a analista da pesquisa, Mariana Viveiros ao lembrar que os preços dos alimentos também voltaram a acelerar em junho, na RMS, com alta de 1,02%, frente a 0,32% em maio. Carnes em geral (1,90%), aves e ovos (3,11%) e panificados (1,84%) foram os subgrupos de produtos consumidos em casa que mais puxaram o aumento dos alimentos em junho. Para

o economista Antônio Carvalho, a variação nos preços sempre resulta em prejuízos para as famílias. “Inflação é sempre um inimigo das famílias. Porque você não tem aumento de renda, mas existe um aumento contínuo dos preços. Por exemplo, energia e o gás de cozinha são essenciais e eles não têm substituto próprio. A pessoa pode até tentar economizar ocupando poucos cômodos ou eventualmente cozinhando em grande quantidade de uma só vez, mas não tem opção de deixar de usar”, disse o economista apontando para necessidade de poupar em outros itens.

“Uma boa estratégia com relação a alimentação, por exemplo, é pesquisar produtos mais baratos. Verifique todos os produtos da mesma categoria e veja qual tem a menor oferta. Em momentos de dificuldades e renda curta qualquer economia é salutar”, afirmou.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 09/07/2021	Página: 06

Tribuna

Bahia: safra de grãos deve ter recorde de 10 mi de toneladas

A Bahia deve alcançar 10,4 milhões de toneladas em 2021 na safra de cereais, oleaginosas e leguminosas. O resultado representa um aumento de 4,1% na comparação com a safra 2020, que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa. A análise e sistematização foram feitas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) nesta quinta-feira (8). Os dados são do sexto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A agricultura tem uma participação efetiva na economia baiana. A produção da lavoura de soja deve alcançar a máxima histórica este ano, sendo um destaque bastante positivo. Isso é motivo de comemoração. O agro foi um dos

grandes responsáveis por manter a balança equilibrada durante estes tempos difíceis da pandemia, mas que já sinalizamos melhoria”, declara o vice-governador João Leão, secretário do Planejamento.

Em relação ao levantamento do mês anterior, o resultado da estimativa não apresentou variação, mantendo-se, portanto, no mesmo patamar. A soja, cuja colheita praticamente já foi concluída, teve sua estimativa mantida em 6,8 milhões de t. - a maior da série histórica do levantamento -, alta de 12,6% em relação a 2020. A área plantada com a oleaginosa somou 1,7 milhão ha., que supera em 4,9% a de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura ficou em 4,0 t./ha. Por outro lado, as demais lavouras dos principais grãos deverão ter níveis de produção inferiores aos de 2020, em razão de fatores climáticos assim como de mercado.

Tribuna

Conder executa maior programa de contenção de encosta

São mais de R\$ 200 milhões em recursos para 109 áreas de risco e risco alto da capital baiana

Quando se trata de preservar vidas, a solução tem que ser definitiva. Esse é o diferencial que a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) vem colocando em prática desde 2014 ao iniciar o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais voltado para as áreas específicas de Salvador, onde se encontram encostas com grandes riscos de desabamento. Do total de 109 áreas mapeadas, 69 já foram concluídas, beneficiando um contingente de 156 mil pessoas. Trata-se do maior programa de estabilização em áreas de risco já realizado na capital baiana.

Os locais escolhidos foram mapeados de acordo com o Plano Diretor de Encosta (PDE), realizado pelo município, e tiveram como

foco as áreas de risco alto e risco muito alto e as regiões em que não cabem soluções paliativas como o uso de lonas ou mantas de concreto - conhecidas como geomantas - que devem ser utilizadas apenas em situação de emergência, por não terem durabilidade e, com isso, não assegurarem a estabilidade da encosta.

Inicialmente, foram garantidos valores na ordem de R\$ 156 milhões para 98 pontos da capital baiana. Contudo, o Governo do Estado estendeu os benefícios para mais outros 14 locais vulneráveis, sendo 3 em Candeias e mais 11 pontos de Salvador, onde há registros de ocorrências de deslizamentos de terra ou está sendo executado projeto de urbanização integrada, que incluem serviços de estabilização. Com esse acréscimo na quantidade de locais a serem beneficiados, foram captados mais R\$ 56 milhões em recursos.

TÉCNICAS UTILIZADAS

"A partir do diagnóstico contido no Plano Diretor do projeto, entramos em campo

para realizar um minucioso estudo do solo e da topografia, respeitando as características de cada local, inclusive da comunidade local", explica Maurício Mathias, diretor de Habitação e Urbanização Integrada da Conder.

De acordo com Mathias, o tipo de técnica escolhida é definido com base na característica de cada encosta e da sua extensão. As intervenções utilizam, principalmente em áreas extensas, a tecnologia conhecida como solo grampeado, com a instalação de grampos, aplicação de concreto e realização da drenagem. Mas, existem outras soluções, como a cortina atirantada, que tem grande aplicabilidade e consiste numa placa de contenção suportada por tirantes ancorados no maciço. Além disso, é utilizada também a alvenaria de pedra e o retaludamento com cobertura vegetal.

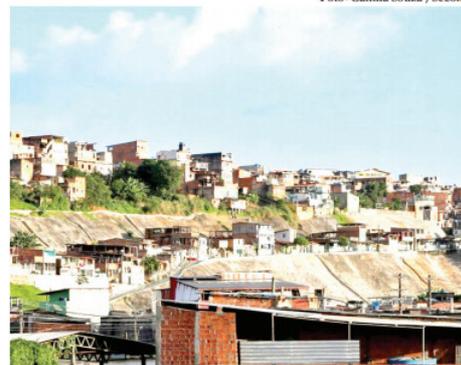
LOBATO

As áreas mais afetadas estão localizadas no miolo da cidade e no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Em 2016, por exemplo, a Conder

concluiu a contenção na Rua Carlos José da Silva, Alto do Cabrito/Bela Vista do Lobato, onde foram investidos R\$ 2,3 milhões para beneficiar mais de mil moradores. Três anos depois, em 2019, foi a vez da população da Alameda A-5, também em Bela Vista do Lobato/Alto do Cabrito, comemorar a estabilização que trouxe tranquilidade para mais de dois mil residentes, incluindo as áreas de seu entorno, com recursos de R\$ 3,4 milhões.

"Não se trata só de contenção de encostas. Executamos também toda uma infraestrutura para oferecer mais dignidade para essas famílias como drenagem, acessibilidade e urbanização, pavimentação de vias, implantação de escadarias, guarda-corpo, passeios e, quando possível, equipamentos comunitários, como praças, academias ao ar livre, quiosques e parque infantil. Hoje, mesmo com a quantidade de chuva que cai na cidade, nesta época do ano, com certeza essas pessoas estão dormindo com mais tranquilidade", declara Mathias.

Foto: Camila Souza / Secom



INVESTIMENTO

Foram gastos de início R\$ 156 milhões em obras

Serviços complementares

Para proporcionar estabilidade em uma encosta, é necessário tratar o problema como um todo, desde o detalhamento do projeto, passando pelo planejamento e operação, não só

combinando as técnicas estruturais, mas oferecendo um serviço que leve em consideração fatores como segurança e bem-estar da população, produtividade e preservação do meio ambiente.



Ficam convocados os associados da Associação Comercial da Bahia, com fundamento no Artigo 15, inciso II do Estatuto, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 15 de julho de 2021, quinta-feira, às 18:30h, em sua sede social, à Praça Conde dos Arcos, com o seguinte Orden de Dia: 1. Deliberação e votação dos Relatórios e Contas da Diretoria referentes ao biênio que ora se encerra. 2. Posse dos dirigentes eletos no biênio de 10 de junho de 2021.

Veículo: Tribuna On Line	Caderno: Cidade
Data 09/07/2021	



Polícia Civil fiscaliza infrações em postos de gasolina na Bahia

Operação Petróleo Real faz parte de mobilização nacional coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

Tribuna da Bahia, Salvador

09/07/2021 10:00 | Atualizado há 18 minutos



Foto: Divulgação SSP

A Coordenação de Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor-LD), da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap/Draco) deflagrou nesta quinta-feira (8) a Operação Petróleo Real, de fiscalização e combate a fraudes nos postos de gasolina, no âmbito do estado da Bahia. A operação também aconteceu nos outros Estados da federação.

Na Bahia, foram vistoriados 20 postos de gasolina de Salvador, Feira de Santana e Lauro de Freitas, do ponto de vista da qualidade do combustível, da validade dos produtos, da aferição das bombas de abastecimento, da transparência da composição dos preços ao consumidor e outras infrações. No estado, foram autuados vários estabelecimentos por bombas irregulares, conforme explicou a delegada Márcia Pereira.

"Após as verificações feitas pelo Draco, autuamos postos de diversas bandeiras em Salvador, Lauro de Freitas e Feira de Santana. Houve lacração de bombas por irregularidades, todas elas administrativas. Houve irregularidades sobre bombas e aferição de combustível, mas nada de adulteração e nenhum ilícito criminal", declarou.

A operação é coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria de Operações Integradas (Seopi) e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). Além da Polícia Civil, participaram da vistoria Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Instituto Baiano de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Ibmetro), Polícia Militar (PMBA) e Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon).



Safra de grãos na Bahia deve alcançar recorde de 10,4 milhões de toneladas este ano

8 julho 2021



Foto: Divulgação/Aiba

A Bahia deve alcançar 10,4 milhões de toneladas em 2021 na safra de cereais, oleaginosas e leguminosas. O resultado representa um aumento de 4,1% na comparação com a safra 2020, que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa. A análise e sistematização foram feitas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria Estadual do Planejamento (Seplan) nesta quinta-feira (8). Os dados são do sexto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A agricultura tem uma participação efetiva na economia baiana. A produção da lavoura de soja deve alcançar a máxima histórica este ano, sendo um destaque bastante positivo. Isso é motivo de comemoração. O agro foi um dos grandes responsáveis por manter a balança equilibrada durante estes tempos difíceis da pandemia, mas que já sinalizamos melhoria”, declara o vice-governador João Leão, secretário do Planejamento.

Em relação ao levantamento do mês anterior, o resultado da estimativa não apresentou variação, mantendo-se, portanto, no mesmo patamar. A soja, cuja colheita praticamente já foi concluída, teve sua estimativa mantida em 6,8 milhões de t. – a maior da série histórica do levantamento –, alta de 12,6% em relação a 2020. A área plantada com a oleaginosa somou 1,7 milhão ha., que supera em 4,9% a de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura ficou em 4,0 t./ha. Por outro lado, as demais lavouras dos principais grãos deverão ter níveis de produção inferiores aos de 2020, em razão de fatores climáticos assim como de mercado.

As áreas plantada e colhida ficaram ambas estimadas em 3,18 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma expansão de 2,2% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média estimada para a safra de grãos, no estado, foi de 3,28 t./ha, o que representa alta de 1,9% na mesma base de comparação.

A produção de algodão (caroço e pluma), em 2021, manteve-se projetada em torno de 1,2 milhão de t., que corresponde a retração de 16,5% na comparação anual. A área plantada (266 mil ha.) teve recuo de 15,6% em relação a 2020.

A expectativa para as duas safras anuais de milho totalizou 2,5 milhões de toneladas em 2021, o que corresponde ainda a uma retração de 3,1% na comparação anual. Com relação à área plantada (670 mil ha), o IBGE indica uma expansão de 7,5% sobre 2020.

Na atual temporada, a produção total de feijão deve somar 202 mil t., o que implica um recuo 30,3% em relação a 2020. O levantamento revela uma área plantada de 417 mil ha., cerca 1,7% inferior à verificada no ano passado. A má distribuição de chuvas é possivelmente o principal determinante do resultado da lavoura, cuja produção é predominantemente em área não irrigada.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estima 5,4 milhões de t., alta de 5,8% em relação à safra anterior. A estimativa de cacau ficou projetada em 106 mil t., queda de 106,1% na comparação com 2020. A estimativa deste ano para o café ficou em 218,2 mil t., 11,3% abaixo da produção verificada no ano passado. A safra do tipo arábica ficou projetada em 92 mil t., variação negativa anual de 23,7%, e a da canéfora, em 126,2 mil t., correspondendo a um ligeiro aumento de 0,5%, na mesma base de comparação.

As estimativas para as lavouras de banana (878,5 mil t.), laranja (634,3 mil t.) e uva (52,3 mil t.) registraram, respectivamente, variações positivas de 3,4%, 0,2% e 15,3%, em relação à safra anterior. As projeções ainda indicam uma produção de 861,5 mil t. de mandioca, 10,5% inferior à de 2020. A batata-inglesa teve sua produção estimada em 387 mil toneladas, crescimento interanual de 4,1%. O tomate teve queda nas projeções (13,7%), que ficaram estimadas em 208,2 mil toneladas.

Fonte: Ascom/SEI/Seplan

Guedes defende pagamento de imposto por mais ricos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

BRASÍLIA, Brasil, 07 July 2021 /PRNewswire Policy/ -- O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu hoje (7) o pagamento de imposto pelos mais ricos. Em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, ele reiterou o apoio à tributação dos dividendos (parcela do lucro das empresas distribuídas aos acionistas e sócios) em 20% e disse que a segunda fase da proposta de reforma tributária redistribui o peso dos impostos sobre a sociedade.

'Se reinvestir [o lucro], se [o lucro] ficar na empresa, o imposto deve ser baixo. Agora, se tirou para usufruto pessoal [sob a forma de dividendos], que é natural, não tem problema nenhum ser rico. Não pode ter vergonha de ser rico, tem que ter vergonha de não pagar imposto', declarou Guedes.

O ministro admitiu que a equipe econômica pode mudar a proposta para acelerar a redução de Imposto de

Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) em troca da tributação sobre os dividendos. O corte, que seria de 5 pontos percentuais (2,5 pontos em 2022 e 2,5 pontos em 2023), poderia ser reduzido em até 10 pontos percentuais no próximo ano, desde que haja medidas complementares que mantenham a **arrecadação** do governo.

'la reduzir 2,5 pontos [percentuais]? Reduz 5 [pontos]. Ainda está pesado? Reduz 10 [pontos]. Ainda está pesado? Reduz 15 [pontos]. Essa é a pista que nós estamos seguindo, e temos certeza que estamos no caminho certo, tributando os mais ricos com os dividendos, e desonerando os assalariados, principalmente os mais frágeis, lá embaixo', declarou.

Atualmente, as empresas pagam 15% de IRPJ para todo lucro até R\$ 20 mil por mês e um adicional de 10 pontos percentuais para todo lucro que passar esse limite, totalizando 25%. Além disso, pagam 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), chegando a uma tributação de 34% no total.

Segundo o ministro, a proposta de reforma tributária reduz a carga tributária para as empresas e os assalariados. Ele acrescentou que a tributação de dividendos e a retirada de alguns subsídios permitirão a diminuição de impostos para pessoas físicas e empresas.

'O Brasil é um país de baixa renda. Não adianta você jogar os impostos em cima de 30 milhões de brasileiros com renda relativamente baixa quando, do outro lado, 20 mil proprietários de capital receberam R\$ 400 bilhões de dividendos e tiveram isenção de R\$ 50 bilhões ou R\$

60 bilhões', justificou Guedes.

Declaração simplificada

Guedes também admitiu revisar o limite de renda para a declaração simplificada das pessoas físicas. A proposta enviada ao Congresso no fim de junho restringe a utilização do mecanismo a pessoas que ganhem até R\$ 40 mil por ano. Na avaliação do ministro, atualmente ocorrem abusos por parte de pessoas com renda mais alta.

'Se você é uma pessoa que recebe um salário um pouco mais alto, mostre pelo menos os recibos. O que estava acontecendo é o seguinte: por simplificação, muita

gente estava se beneficiando de um estímulo para pagamentos por problemas de saúde que o sujeito não teve', afirmou.

Guedes disse estar empenhado em corrigir excessos e aparar arestas da proposta enviada ao Congresso. Segundo ele, a equipe econômica e a Receita Federal têm se reunido com frequência com o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), relator do texto na Câmara.

Fonte: Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 09/07/21	



MUDANÇA NO IR PODE ELEVAR TRIBUTAÇÃO PARA MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS EM 71,5%



admin 9 Julho, 2021

Segundo cálculos do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), as mudanças propostas pelo governo poderiam aumentar a carga paga pelas médias e grandes empresas em até 71,5%, ao se considerar o lucro real. Para empresas com lucro presumido, esse aumento chegaria a quase 135%. Pela proposta do governo, haverá redução do IR de empresas em 2,5 pontos percentuais por dois anos, ao mesmo tempo que será colocada a taxa de 20% em lucros e dividendos.

A regra prevê isenção de IR sobre lucros e dividendos até o limite de R\$ 20 mil por mês, o que beneficiaria empresas de menor porte. Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, de pé, recebe pasta com a reforma tributária das mãos do ministro Paulo Guedes, de pé ao lado dele, segurando o documento

Para os cálculos foram considerados o IR atual, de 15%, que seria reduzido para 12,5% no ano que vem e 10% no ano seguinte, além do adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil por mês e 9% de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), explica o IBPT. Para a simulação com lucro real e sem juros sobre capital próprio (para médias empresas) se considerou uma empresa com faturamento de R\$ 1 milhão e custos e despesas de R\$ 900 mil —logo, com lucro antes do IRPJ (Imposto de Renda para Pessoa Jurídica) de R\$ 100 mil.

Antes da reforma, ela pagaria R\$ 28 mil no total tributos e passará a pagar R\$ 40,4 mil no ano que vem e R\$ 38,4 mil em 2023 (aumentos de 44,29% e 37,14%, respectivamente), sendo cobrados R\$ 14,9 mil de IR sobre distribuição de lucros em 2022 e R\$ 15,4 mil no ano seguinte. “É uma proposta cheia de pegadinhas, que aumenta a carga sem contrapartida e joga pacotes tributários dizendo que está gerando benefícios”, diz Gilberto Luiz do Amaral, do IBPT.

Ele avalia que o governo se equivoca ao propor a taxaço de lucros e dividendos nos termos do texto da reforma. “Ao se comparar com a cobrança de lucros e dividendos que existia formalmente até 1995, o governo não diz que a carga aumentou e que qualquer empresário trocava a carga atual pela de antes.”

No caso de uma empresa com o mesmo faturamento e também com apuração trimestral, só que com lucro real e juros sobre o capital próprio (geralmente as grandes empresas), foi feita uma simulação com despesas de R\$ 700 mil. Hoje, os tributos somam R\$ 87.450; com a mudança, somariam R\$ 149,9 mil em 2022 (+71,5%) e R\$ 144,7 mil em 2023 (+65,4%).

“Quando olhamos o texto, vimos que o objetivo era aumentar a arrecadação e jogar a opinião pública contra os empresários. Paulo Guedes se diz um ministro liberal, mas nem a esquerda quando estava no poder teve coragem de mandar um pacote desses”, diz Amaral. Para as empresas da indústria e do comércio que utilizam o lucro presumido (geralmente as de pequeno a médio porte), com o mesmo faturamento e despesas de R\$ 800 mil, o total de tributos pagos hoje seria de R\$ 24,8 mil. No ano que vem, esse valor saltaria para R\$ 58.240 (+134,84%) e R\$ 56.640 (+128,39%) no ano seguinte.

Quando se considera uma empresa de lucro presumido do setor de serviços, para o mesmo faturamento e despesas de R\$ 600 mil, o total de tributos passaria dos atuais R\$ 102.800 para R\$ 155.840 (+51,6%) e R\$ 149.440 (45,37%) em 2022 e 2023, respectivamente, já sendo considerado o IR sobre a distribuição de lucros proposta pela reforma. A proposta apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, enfrenta ampla resistência dos empresários e do mercado financeiro. Na quarta-feira (7), um grupo formado por 120 entidades empresariais enviou carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com críticas à reforma do IR.

Elas também pediram mais tempo para debater a proposta do governo e que seja criada uma comissão especial para analisar o projeto. Assinaram o documento a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) e Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), entre outras entidades. No mesmo dia, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, disse em entrevista que a reforma do governo conseguiu desagradar a todos os setores.

“Na nossa simulação, o imposto sobre dividendos pode representar R\$ 47 bilhões em arrecadação. Consideramos que a reforma não deve ser feita quando há escassez de recursos. A proposta da sociedade organizada era promover uma reforma administrativa primeiro, para reduzir gastos”, disse Skaf. “O projeto talvez venha a assinalar um fim de linha para a encarnação liberal do ministro Guedes”, diz relatório da Rio Bravo. “As ideias de tributar dividendos e de aperfeiçoar a tributação no mercado de capitais acabaram entrando no pacote

pela porta errada, com vistas a fechar a conta da bondade concedida no reajuste da tabela progressiva.”

“Não seria um problema se tivéssemos no país o retorno desses tributos e um ambiente seguro para se empreender, mas nas condições atuais é praticamente jogar contra o empreendedorismo brasileiro”, diz Richard Domingos, diretor da consultoria Confirp. Para tentar conter as críticas, Guedes sinalizou na quarta (7) que a redução do IR cobrado das empresas poderia passar dos 5 pontos percentuais sugeridos inicialmente para 15 pontos.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/07/21	



COMÉRCIO CRESCE 57,3% EM MAIO EM RELAÇÃO A 2020, APONTA FECOMÉRCIO-BA



admin 8 Julho, 2021

O comércio baiano registrou 9,7 bilhões de reais de faturamento no mês de maio, alta de 57,3% em relação a igual período de 2020, segundo levantamento da Fecomércio-BA com base nos dados da PMC, do IBGE.

O consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze comenta que essa variação não é a mais adequada por conta da base de comparação fragilizada, “pois nesse período do ano passado, o setor vivia o seu pior momento da pandemia do coronavírus, com restrições severas de funcionamento”.

“Mesmo assim, quando se realiza a comparação com maio de 2019, antes da pandemia e que havia condições normais, o faturamento atual é 7,9% superior ao registrado àquela época. Esse resultado supera as expectativas. A Fecomércio-BA havia projetado uma alta de 0,5% para alguns setores específicos relacionados ao Dia das Mães”, destaca Dietze.

Além do forte crescimento, é o melhor resultado para o mês de maio desde 2017. E das oito atividades analisadas pela Entidade, seis estão com faturamento superior ao pré-pandemia.

“O destaque, em termos de variação, é do setor de Eletrodomésticos e eletrônicos, com alta de 37,6% na comparação com 2019. As vendas atingiram dois bilhões de reais, o mais alto para o mês desde 2012, quando a Fecomércio-BA começou a analisar os números”, pontua o economista.

Destaca-se também o setor de materiais de construção com a elevação de 26,1% em relação ao pré-crise. Vale ressaltar que parte do aumento do faturamento está ligado ao aumento de preços desse segmento. Segundo o IBGE, o item Reparos, que trata de tintas, tijolos, revestimentos, entre outros, teve aumento médio nos preços de 12,5%, nos últimos 12 meses, na Região Metropolitana de Salvador.

“Os setores básicos de consumo, Supermercados e Farmácias, registraram crescimento de 1,4% e 6,5%, respectivamente. Embora seja uma variação mais modesta, são atividades que estão vendendo próximo dos níveis recordes históricos”, afirma o economista.

Além disso, segundo Guilherme Dietze as concessionárias de veículos também seguiram a tendência positiva quando comparado com 2019 e estão conseguindo se recuperar da pandemia com a alta de 14,3% e faturando 1,45 bilhão de reais, maior para o mês da série.

“Os custos de produção mais elevados, menor produção e maior demanda, é a combinação para que haja o aumento de preços na ponta para o consumidor que enfrenta, em alguns casos, espera para receber o seu veículo”, cita o consultor.

E por fim, ainda no campo positivo, o setor de móveis e decoração com crescimento de 7,9%. Setor impulsionado pelo setor imobiliário e construção civil.

No sentido oposto estão as lojas de roupas e calçados com queda de 17,9% e o grupo Outras Atividades com recuo de 10,4%. O setor de vestuário ainda não consegue encontrar o seu caminho de recuperação, pois sente o reflexo da menor necessidade de aquisição de roupas novas, além da maior dificuldade de inserção dos produtos no canal digital.

“Após um pequeno período no início do ano que indicava um cenário mais negativo, com a chegada do auxílio emergencial a partir de abril, trouxe uma nova perspectiva para o comércio daqui pra frente, sobretudo, com a sua prorrogação, a princípio, até outubro. Além disso, a vacinação está caminhando cada vez mais forte, aliado a abertura da economia com menos restrições de funcionamento”, esclarece Dietze.

Segundo o consultor econômico, as condições, em geral, serão melhores para o comércio, com a recuperação da confiança do empresário e, como consequência, uma maior intenção de gerar novos empregos.

“No entanto, para o consumidor, o quadro ainda é delicado no curto prazo, principalmente pela inflação de alimento e dos reajustes nos combustíveis e na tarifa de energia, que devem pressionar o orçamento das famílias”, destaca o economista.

Foto_ Rovená Rosa_Agência Brasil

Decisão do STF sobre ICMS de energia e telecomunicações deve gerar impacto para estados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma ação em tramitação no Supremo Tribunal Federal que teve início, a partir de uma disputa entre as Lojas Americanas e o Estado de Santa Catarina, pode ter grande impacto tributário e grande perdas financeiras para outras unidades da federação. O cerne da discussão é se a legislação estadual estabelecendo alíquotas maiores de **ICMS** (Impostos sobre Circulação de Mercadorias) para o fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicações fere os princípios da isonomia tributária e da seletividade previstos na Constituição Federal. Estima-se que a decisão do STF representaria uma perda de R\$ 26,7 bilhões anuais para os estados.

A Constituição é muito clara no sentido de que as alíquotas do **ICMS** só podem variar de modo inversamente proporcional à seletividade do produto ou serviço. Ou seja: quanto mais essencial o bem, menor deve ser a alíquota do **ICMS**. Ora, há clara violação dessa premissa quando os Estados optam por tributar o

consumo de energia elétrica e de serviços de telecomunicações com alíquota majorada, superior à ordinária.

Alguns estados chegam a exigir, sobre tais operações, o adicional de 2% previsto especificamente para produtos e serviços supérfluos no art. 82, parágrafo 1o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Trata-se, portanto, de uma total deturpação do texto constitucional, com finalidade exclusivamente arrecadatória.

Grandes consumidores têm questionado os percentuais sobrados por serem fixados patamar superior ou semelhante às alíquotas de produtos classificados supérfluos, a exemplo de bebidas alcoólicas. Até o momento, três votaram dos onze ministros do STF já no dia 11 de junho, quando o tema entrou na pauta, pela alíquota de 17%, que é aplicada de forma geral pelos governos. São eles o relator, ministro Marco Aurélio Mello, Dias Toffoli, que havia pedido vista no começo do ano, e Carmen Lúcia. Já o voto de Alexandre de Moraes foi a favor dos estados com relação às telecomunicações, mas contrário à cobrança sobre energia.

No dia 16 de junho, um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes interrompeu novamente o julgamento de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal que discute se legislação estadual estabelecendo alíquotas maiores de **ICMS** para o fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicações fere os princípios da isonomia tributária e da seletividade previstos na Constituição Federal.

Na ação que deu origem à toda a discussão, as Lojas Americanas S.A. questionam acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) que confirmou decisão de primeira instância pela constitucionalidade do artigo 19, inciso I, alínea "a", da Lei Estadual 10.297/1996. A lei prevê a alíquota de 25% relativa ao **ICMS** incidente sobre o fornecimento de energia elétrica e os serviços de telecomunicação.

Segundo o recurso, a lei ofende aos princípios da isonomia tributária e da seletividade do imposto estadual, previstos nos artigos 150, inciso II, e 155, parágrafo 2º, inciso III, da Constituição, em função da essencialidade dos bens e dos serviços tributados.

Por sua vez, os estados consideram que uma decisão contrária a eles, em meio a uma pandemia deve deixá-los em uma situação fiscal e financeira ainda mais complicada.

*Luiz Fernando Mathias é advogado tributarista

*Os artigos reproduzidos neste espaço não representam, necessariamente, a opinião do Bahia Notícias

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Maia prega cautela com reforma tributária após 'avalizar' trabalhista e previdenciária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ex-presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Rodrigo Maia (sem partido), pregou cautela com as mudanças propostas pelo governo federal na reforma tributária, engendrada pelo atual ministro da Economia, Paulo Guedes. Durante sua batuta, a Câmara aprovou reformas como a trabalhista e previdenciária.

"Acho que deveríamos focar na reforma dos impostos de consumo, entre eles: IPI, **ICMS**, ISS, PIS e Cofins, pois tem um impacto maior na competitividade das empresas brasileiras. Mesma dificuldade. É de maior impacto na vida dos brasileiros a tributação dos impostos de consumo", comentou ao Bahia Notícias.

Na época que era presidente, Maia tentou avançar com a reforma tributária que nasceu no Congresso, porém disse que faltava apenas acordo com o governo para que a reforma no sistema de impostos fosse apreciada

na Câmara. Após sua saída, o atual presidente da Casa, Arthur Lira, dissolveu a Comissão Especial, anulando o relatório. A reforma retornou então à estaca zero.

Segundo Lira, o prazo de conclusão dos trabalhos do colegiado teria expirado e, portanto, foi necessário seu encerramento para preservar a tramitação da reforma e evitar contestações judiciais no futuro. À época, Lira prometeu buscar o diálogo com o relator e líderes partidários da Câmara e do Senado para conseguir a tramitação da reforma tributária.

REFORMA ADMINISTRATIVA

O ex-presidente da Câmara também comentou sobre outra reforma que tramita na Casa: a administrativa. O parlamentar ressaltou que a atual reforma não atinge a expectativa.

Maia pontuou que a proposta ainda não irá solucionar questões fundamentais. "Acho que ela não enfrenta o problema. [Mas] o prazo curto para a reforma polêmica como está", comentou Maia ao Bahia Notícias.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Metro1	
Data: 08/07/21	



CIDADE

Gasolina em Salvador teve aumento de mais de 30% nos seis primeiros meses do ano

Segundo o IBGE, a alta no mês (2,22%) foi a segunda mais elevada do país, abaixo apenas da verificada na Região Metropolitana de Recife (4,92%)



Foto: Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

Por: Juliana Rodrigues no dia 08 de julho de 2021 às 11:50

Os dados do Índice de Preços Ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados nesta quinta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a gasolina acumula alta de 31,9% na Região Metropolitana de Salvador, apenas no primeiro semestre deste ano. No período de 12 meses encerrado em junho, o aumento foi de 41,57%.

Segundo o IBGE, a alta no mês (2,22%) foi a segunda mais elevada do país, abaixo apenas da verificada na Região Metropolitana de Recife (4,92%). No Brasil como um todo, a gasolina aumentou 0,69%. O combustível foi o [principal responsável pela inflação de 0,86% na RMS, observada pelo IBGE no mês de junho.](#)

Veiculo: Bahia.ba	
Data: 09.07.2021	

Publicado em 09/07/2021 às 10h01.

Bahia já vacinou 5,2 milhões de pessoas com a 1ª dose

Já foram aplicadas 7,4 milhões de doses no estado

O estado da Bahia já vacinou mais de 5,2 milhões de pessoas com a 1ª dose do imunizante contra a Covid-19. De acordo com um levantamento divulgado pelo Ministério da Saúde, na quinta (8), cerca de 47,5% da população vacinável já recebeu a primeira parcela da vacina no estado.

Ainda segundo o Ministério da Saúde, na Bahia cerca de 1,7 milhão de pessoas já finalizaram o esquema vacinal com as duas doses, ou receberam a vacina de dose única – cerca de 16% do público alvo.

No Brasil, mais de 79,5 milhões de pessoas receberam a primeira dose da vacina e 28,2 milhões já completaram o ciclo vacinal. Deste modo, mais da metade da população vacinável já recebeu pelo menos uma dose do imunizante. No país, considera-se público vacinável pessoas maiores de 18 anos, o que corresponde a cerca de 160 milhões de brasileiros.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 09.07.2021	

Publicado em 09/07/2021 às 06h15.

Decreto modifica horário de toque de recolher e libera eventos para até 100 pessoas

A partir desta sexta-feira (9), a medida passa a valer de 0h às 5h

Foto: Alberto Maraux/SSP-BA

O Governo da Bahia decidiu prorrogar a restrição de locomoção noturna até o dia 23 de julho, em todo o território baiano. A partir desta sexta-feira (9), a medida passa a valer de 0h às 5h. Além do toque de recolher, decreto publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), nesta sexta-feira (9), autoriza a realização de eventos e atividades com público inferior a 100 pessoas.

A partir de 15 de julho, os eventos com até 200 pessoas poderão ocorrer somente nos municípios integrantes de região de saúde em que a taxa de ocupação de leitos de UTI Covid permaneça, por cinco dias consecutivos, igual ou inferior a 60%. Os shows e festas, públicas ou privadas, independentemente do número de participantes, continuam proibidos até 23 de julho.

Também em toda a Bahia, os estabelecimentos comerciais que funcionem como restaurantes, bares e congêneres deverão encerrar o atendimento presencial às 23h, permitidos os serviços de entrega em domicílio (delivery) de alimentação até as 24h.

Espaços culturais

Os eventos desportivos coletivos e amadores estão autorizados, mas sem a presença de público. Já os espaços culturais como cinemas e teatros funcionarão obedecendo a limitação de 50% da capacidade do local.

Os museus, parques de exposições e espaços congêneres também podem funcionar, desde que seja garantido o distanciamento mínimo de 1,5m, sendo vedada a realização de excursões para visitas desses equipamentos.

O decreto mantém os atos religiosos litúrgicos com a ocupação limitada a 50% da capacidade do local. Academias também podem manter o funcionamento, desde que limitem a ocupação a 50% da capacidade.

Transporte

De 9 de julho até 23 de julho, a circulação dos meios de transporte metropolitanos fica suspensa no período das 0h30 às 5h. Também de 9 a 23 de julho, os ferry boats não circulam das 23h às 5h, respeitadas as normas editadas pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba).

Aulas

Conforme o decreto, as unidades de ensino públicas e particulares podem manter as atividades de forma semipresencial. Para que isso ocorra, é necessário que a taxa de ocupação de leitos de UTI Covid-19 esteja abaixo de 75%, por cinco dias consecutivos, nas regiões de saúde. A realização das atividades letivas semipresenciais fica condicionada à ocupação máxima de 50% da sala de aula.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 09/07/2021	Caderno: Economia



Bola rolando: uma analogia entre o futebol e a proposta de reforma tributária

REDAÇÃO

08 de julho de 2021 | 21h22

Ana Rita Silva Sacramento, Doutora em Administração (UFBA). Professora Adjunta da Escola de Administração (Ea) da UFBA. É líder do Observatório de Finanças Públicas (Ofip).

Denise Ribeiro de Almeida, Doutora em Administração (UFBA). Professora Associada da Escola de Administração (Ea) da UFBA. É vice-líder do Observatório de Finanças Públicas (Ofip).

Fabiano Maury Raupp, Doutor em Administração (UFBA). Professor Associado do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag) da Udesc. É líder do Núcleo de Estudos para o Desenvolvimento de Instrumentos Contábeis e Financeiros e membro do Observatório de Finanças Públicas (Ofip).

Elaine Cristina de Oliveira Menezes, Doutora em Sociologia Política (UFSC). Professora Adjunta do Curso de Administração Pública e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Membro do Observatório de Finanças Públicas (Ofip).

Não é de hoje que se discute o sistema tributário adotado no Brasil. Na verdade, o assunto nunca saiu da agenda, pois desde que entrou em vigor a Lei n. 5.172/1966 [1], que instituiu o Código Tributário Nacional, diversas reformas incrementais têm sido efetuadas no sistema. Nessas discussões, uma das ideias, a de que a parcela exigida de cada contribuinte deveria ser “justa”, remete-nos aos conceitos que estudiosos da Teoria da Tributação denominam por equidade e progressividade. Grosso modo, pode-

se dizer que esses são alguns dos pré-requisitos para que um sistema tributário possa ser definido como “ideal”, pois se leva em conta as diferenças dos indivíduos quanto à capacidade de pagamento [2].

Nesse artigo, utilizamos o futebol como analogia para proporcionar uma reflexão especificamente sobre o PL n. 2337/2021 [3], apresentado pelo Governo à Câmara dos Deputados no dia 25 de junho, que consiste na segunda fase da reforma iniciada em 2020 (PL n. 3887/2020 [4]). No país do futebol, tal escolha parece-nos apropriada, porquanto cada reforma tributária empreendida assemelha-se às fases de uma competição, cujos resultados têm sido até então frustrantes para a sociedade como um todo, dada a invencibilidade do seu oponente adversário, qual seja, a injustiça fiscal.

De forma sintética, a última proposta do governo contida no citado PL visa inovar em três frentes: (i) Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), mediante atualização da tabela; atualização do valor de imóveis e; tributação de lucros/dividendos; (ii) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), mediante redução da alíquota geral, vedação da dedução dos pagamentos de gratificações e participação nos resultados aos sócios e dirigentes feitos com ações da empresa como despesas operacionais etc. e (iii) Investidor, mediante o fim do escalonamento da alíquota em função da duração da aplicação em renda fixa, fim da isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de Fundos de Investimentos Imobiliários com cotas negociadas em bolsa a partir de 2022, etc.

Como no futebol, nessa “partida” importa também a identificação e posição de suas peças e que o “camisa 12” – a sociedade, aqui representando o “público pagante” (contribuintes) – acompanhe atentamente cada etapa da competição. Mas, afinal, qual a relação entre o futebol e a proposta de reforma tributária?

É sabido que, no Brasil, por determinação constitucional, o “dono da bola” das iniciativas de leis que versem sobre administração tributária é o chefe do Poder Executivo [5]. É ele um misto de “cartola” e “juiz” que, juntamente com um “comitê organizador”, propõe o conjunto de novas regras e autoriza o início de cada jogo da

competição. Tais regras serão debatidas no Poder Legislativo, efetiva sede da competição, composta por duas arenas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Os deputados e senadores, portanto, são os *players* que entrarão em “campo” para definição das futuras “regras do jogo”. Em rigor, são eles, os congressistas, que representam o nosso time. E é deles que se espera o “suor da camisa” para o “jogo de virada” contra a injustiça fiscal, nosso “time adversário”. No momento, a bola do jogo “quica” na Câmara dos Deputados; que dará o “passe” em seguida para o Senado Federal. A questão que não quer calar é, como assegurar que os esforços desses *players* sejam empreendidos para que as “marcações” sejam a favor, e não contra a sociedade que devem representar?

O que se sabe é que a movimentação fora de campo já se iniciou, as torcidas estão organizadas, e os patrocinadores, “jogadores de peso”, estão se manifestando. Uma dessas manifestações foi a carta das Associações Empresariais contra a citada reforma [6]. Nessa carta a Fiesp destaca que a prioridade do governo deveria ser a reforma administrativa, já a Fecomércio considera que o Brasil tem necessidades mais urgentes e a Feinfra destaca que este não é o momento de medidas políticas. Ou seja, a torcida que advém do mercado parece se opor à reforma. Já o Sindifisco Nacional – entidade sindical representativa dos Auditores Fiscais da Receita Federal, afirma que, não obstante ajustes a serem feitos, a proposta “caminha na direção certa, pois promove uma distribuição da carga tributária, de forma mais progressiva, e se alinha a preceitos consolidados nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)” [7].

Compreendemos que a tramitação das propostas de reforma tributária, assim como num campeonato, se apresenta como uma oportunidade de ouro para que o Congresso, os jogadores, promovam mudanças no Sistema Tributário Nacional. A partida está em curso, a bola quicando nos pés dos congressistas que devem aproveitar para analisar e corrigir os possíveis “erros” da proposta originária do Executivo. Como as torcidas estão a postos e por vezes apresentam interesses divergentes é fundamental que a sociedade como um todo esteja atenta e acompanhe todo o desenrolar da “partida”. Qual será o resultado da competição quando for dado o “apito final”?

Assim como nos revelava o milésimo gol do craque Pelé, há mais de 50 anos, em relação ao que o público queria num jogo de futebol – “as emoções de um grande show” -, o Brasil agora precisa de um grande show dos congressistas, mas um show que permita que a sociedade como um todo, e não grupos, seja beneficiada e que desenrolar do processo seja transparente e justo. Não esqueçamos que a partir desta reforma outras ações poderão ser desenvolvidas, e que as eleições, oportunidade de renovação dos *players* de cada arena, inclusive do próprio “dono da bola”, estão próximas.

[1] BRASIL. **Lei n. 5.172/1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm Acesso em: 08 jul. 2021.

[2] GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 5. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2016.

[3] BRASIL. **Projeto de Lei n. 2337/2021**. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2034420 Acesso em: 08 jul. 2021.

[4] BRASIL. **Projeto de Lei n. 3887/2020**. Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, e altera a legislação tributária federal. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1914962&filename=PL+3887/2020 Acesso em: 08 jul. 2021.

[5] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

[6] FERNANDES, A.; ASSIS, F. C. de; LAGUNA, E. Em carta a Lira, 120 associações empresariais se posicionam contra reforma do IR de Guedes. **ESTADÃO. Economia & Negócios**. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-a-lira-120-associacoes-empresariais-se-posicionam-contra-reforma-do-ir-de-guedes,70003771774?utm_source=estadao:twitter&utm_medium=link Acesso em: 08 jul. 2021.

[7] SINDIFISCO. **Sindifisco Nacional analisa PL 2337, que altera a tributação da renda.** Disponível em: <https://www.sindifisconacional.org.br/sindifisco-nacional-analisa-pl-2337-que-altera-a-tributacao-da-renda> Acesso em: 08 jul. 2021.

mercado

Mudança no IR pode elevar em 135% tributo de empresas, diz estudo

Proposta apresentada por Guedes enfrenta ampla resistência dos empresários e do mercado financeiro

Douglas Gavras

SÃO PAULO As mudanças no Imposto de Renda defendidas pelo governo têm provocado uma série de críticas por parte de empresários, tributaristas e agentes financeiros, que veem na proposta uma tentativa de aumentar a arrecadação pesando a carga sobre as empresas.

Segundo cálculos do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), as mudanças propostas pelo governo poderiam aumentar a carga paga pelas médias e grandes empresas em até 71,5%, ao considerar o lucro real. Para empresas com lucro presumido, esse aumento chegaria a quase 135%.

Pela proposta do governo, haverá redução do IR de empresas em 2,5 pontos percentuais por dois anos, ao mesmo tempo que será colocada a taxa de 20% em lucros e dividendos.

A regra prevê isenção de IR sobre lucros e dividendos até o limite de R\$ 20 mil por mês, o que beneficiaria empresas de menor porte.

Para os cálculos, foram considerados o IR atual, de 15%, que seria reduzido para 12,5% no ano que vem e 10% no ano seguinte, além do adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil por mês e 9% de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), afirma o IBPT.

Para a simulação com lucro real e sem juros sobre capital próprio (para médias empresas), considerou-se uma empresa com faturamento de R\$ 1 milhão e custos e despe-

sas de R\$ 900 mil — logo, com lucro antes do IRPJ (Imposto de Renda para Pessoa Jurídica) de R\$ 100 mil.

Antes da reforma, ela pagaria R\$ 28 mil no total tributos e passará a pagar R\$ 40,4 mil no ano que vem e R\$ 38,4 mil em 2023 (aumentos de 44,29% e 37,14%, respectivamente), sendo cobrados R\$ 14,9 mil de IR sobre distribuição de lucros em 2022 e R\$ 15,4 mil no ano seguinte.

“É uma proposta cheia de pegadinhas, que aumenta a carga sem contrapartida e joga pacotes tributários benéficos que está gerando benefícios”, diz Gilberto Luiz do Amaral, do IBPT.

Em sua avaliação, o governo não se equivoca ao propor a taxa de lucros e dividendos nos termos do texto da reforma. “Ao se comparar com a cobrança de lucros e dividendos que existia formalmente até 1995, o governo não diz que a carga aumentou e que qualquer empresário trocava

a carga atual pela de antes.”

No caso de uma empresa com o mesmo faturamento e também com apuração trimestral, só que com lucro real e juros sobre o capital próprio (geralmente as grandes empresas), foi feita uma simulação com despesas de R\$ 700 mil. Hoje, os tributos somam R\$ 87,450; com a mudança, somariam R\$ 149,9 mil em 2022 (+71,5%) e R\$ 144,7 mil em 2023 (+65,4%).

“Quando olhamos o texto, vimos que o objetivo era aumentar a arrecadação e jogar a opinião pública contra os empresários. Paulo Guedes se diz um ministro liberal, mas nem a esquerda quando estava no poder teve coragem de mandar um pacote desses”, afirma Amaral.

Para as empresas da indústria e do comércio que utilizam o lucro presumido (geralmente as de pequeno a médio porte), com o mesmo faturamento e despesas de R\$ 800 mil, o total de tributos pagos hoje seria de R\$ 24,8 mil. No ano que vem, esse valor saltaria para R\$ 58,240 (+134,84%), e, no ano seguinte, para R\$ 56,64 (+128,39%).

Quando se considera uma empresa de lucro presumido do setor de serviços, para o mesmo faturamento e despesas de R\$ 600 mil, o total de tributos passaria dos atuais R\$ 102,800 para R\$ 155,840 (+51,6%) e R\$ 149,440 (45,37%) em 2022 e 2023, respectivamente, já sendo considerada o Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros proposta pela reforma.

A proposta apresentada pelo ministro da Economia,

Entenda o que muda para empresas com a reforma do IR

Apuração trimestral*

Lucro real sem juros sobre o capital próprio, em R\$				
Como é/como fica	2021	2022	2023	
% do IRPJ	15%	12,50%	10%	
Faturamento	1 milhão	1 milhão	1 milhão	
Despesas	900 mil	900 mil	900 mil	
Valor IRPJ	15 mil	12,5 mil	10 mil	
Lucro líquido	72 mil	74,5 mil	77 mil	
IR sobre distribuição de lucros	0	14,9 mil	15,4 mil	
Total de tributos	28 mil	40,4 mil	38,4 mil	
Aumento de tributação	-	44,29%	37,14%	

Lucro real com juros sobre o capital próprio, em R\$				
Como é/como fica	2021	2022	2023	
% do IRPJ	15%	12,50%	10%	
Receita bruta	1 milhão	1 milhão	1 milhão	
Despesas	700 mil	700 mil	700 mil	
Total de tributos	80,7 mil	77,475 mil	70,85 mil	
IR sobre lucros e dividendos	0	37,505 mil	38,830 mil	
Total da carga tributária	87,4 mil	149,98 mil	144,68 mil	
Aumento de tributação	-	71,50%	65,40%	

Lucro presumido (setor comercial e industrial), em R\$				
Como é/como fica	2021	2022	2023	
% do IRPJ	15%	12,50%	10%	
Faturamento	1 milhão	1 milhão	1 milhão	
Despesas	800 mil	800 mil	800 mil	
IRPJ	12 mil	10 mil	8 mil	
Lucro líquido a distribuir	175,2 mil	177,2 mil	179,2 mil	
Total de tributos	24,8 mil	58,24 mil	56,64 mil	
Aumento de tributação	-	134,84%	128,39%	

Lucro presumido (prestadores de serviços), em R\$				
Como é/como fica	2021	2022	2023	
% do IRPJ	15%	12,50%	10%	
Faturamento	1 milhão	1 milhão	1 milhão	
Despesas	600 mil	600 mil	600 mil	
IRPJ	48 mil	40 mil	32 mil	
Lucro líquido a distribuir	297,2 mil	305,2 mil	313,2 mil	
Total de tributos	102,8 mil	155,84 mil	149,44 mil	
Aumento de tributação	-	51,60%	45,37%	

*Inclui deduções, como CSLL. Fonte: IBPT

“É uma proposta cheia de pegadinhas, que aumenta a carga sem contrapartida e joga pacotes tributários benéficos que está gerando benefícios”

Gilberto Luiz do Amaral
IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação)

Guedes enfrenta rebelião de auxiliares contra reforma de imposto

Bernardo Caram

BRÁSILIA Além da resistência de empresários e congressistas contra a reforma do IR (Imposto de Renda) proposta pelo governo, o ministro Paulo Guedes (Economia) está lidando com uma espécie de rebelião dentro da própria pasta.

Após o envio do texto ao Congresso, o clima de insatisfação se espalhou entre secretarias e o entorno do ministro. Membros da pasta afirmam que a reforma foi capturada pela Receita Federal, que não deu margem para participação e sugestões de outras áreas do ministério.

A avaliação desse grupo é que a reforma aumenta a tributação, é injusta com as empresas e amplia a burocracia do sistema.

Guedes sabe das insatisfações e ouviu reclamações diretamente de auxiliares. O ministro, que já reconheceu ter calibrado mal alíquotas da reforma, tenta reduzir as resistências internas e ainda segue atuando em defesa do texto.

De acordo com uma pessoa próxima a Guedes, o agendamento de conversas do ministro em São Paulo com grandes empresários é uma tentativa de convencê-lo a dar um passo atrás e ganhar tempo para reavaliar a medida com cautela.

Nesta quinta (8), o ministro se reuniu com representantes de incorporadoras imobiliárias e almoçou com nomes de peso do setor produtivo.

Na quarta-feira (7), um grupo de 120 entidades empresariais já havia enviado uma car-

tal informando que não se pronunciaria. O relator, por sua vez, disse que as alegações não são verdadeiras e que os críticos verão o resultado quando o parecer for entregue.

A principal reclamação dos auxiliares é sobre os níveis elevados das alíquotas que incidirão sobre as empresas.

O texto reinstalou no país a taxa de 20% sobre a distribuição de dividendos, com alíquota de 20%, e extinguiu o JCP (Juros sobre Capital Próprio), outro mecanismo de repasse de recursos a acionistas e que permite uma dedução de impostos pelas empresas.

Ao mesmo tempo, a medida propõe um corte de cinco pontos percentuais do IR da pessoa jurídica, sendo 2,5 pontos no primeiro ano e outros 2,5 no segundo.

Em mais de um relato, as queixas são que o fisco tem interesses que não coincidem com a visão da equipe de Guedes, como a busca por ganhos de arrecadação. Para interlocutores, o órgão fiscalizador também se beneficiaria de eventual aumento da burocracia estatal, o que demanda uma estrutura maior de auditores.

Técnicos dizem que o problema se intensificou após a escolha do relator da proposta na Câmara, Celso Sabino (PSDB-PA), que é auditor fiscal e estaria alinhado ao fisco.

Procurada, a Receita Fede-

ral informou que não se pronunciaria. O relator, por sua vez, disse que as alegações não são verdadeiras e que os críticos verão o resultado quando o parecer for entregue.

A principal reclamação dos auxiliares é sobre os níveis elevados das alíquotas que incidirão sobre as empresas.

O texto reinstalou no país a taxa de 20% sobre a distribuição de dividendos, com alíquota de 20%, e extinguiu o JCP (Juros sobre Capital Próprio), outro mecanismo de repasse de recursos a acionistas e que permite uma dedução de impostos pelas empresas.

Ao mesmo tempo, a medida propõe um corte de cinco pontos percentuais do IR da pessoa jurídica, sendo 2,5 pontos no primeiro ano e outros 2,5 no segundo.

A redução foi considerada tímida. Críticos argumentam que a análise agregada do projeto indica um aumento de tributação sobre as companhias.

Guedes tem afirmado que não tem compromisso com o erro e que o corte proposto foi realmente pequeno. Por isso, negocia uma redução maior das alíquotas com o Congresso, mas atrelou essa medida a um corte amplo de incentivos tributários de um pequeno grupo de empresas.

Membros do ministério também criticam a proposta de limitar o uso da tributação por lucro presumido, um mecanismo simplificado de apuração de imposto. Para eles, a medida dificulta a contabilidade das empresas e amplia o poder da Receita.

Segundo outra fonte, o IR

não é o principal alvo de reclamações, mas sim a burocracia. Por isso, na visão desse auxiliar, o ministério estaria fazendo de afogadilho uma reforma que não é prioritária para o setor privado e deixando de fazer o que é de fato importante, a simplificação do sistema de cobrança.

Um membro da pasta afirma que é muito difícil provar uma reforma estruturante no terceiro ano de mandato presidencial e que, por isso, o ideal seria criar uma comissão de alto nível para debater o tema e formular uma proposta a ser analisada pelo Congresso apenas no próximo governo.

Quando lhe foi perguntado sobre o resultado da proposta, o secretário especial de Produtividade, Empleo

Paulo Guedes, enfrenta ampla resistência dos empresários e do mercado financeiro. Na quarta-feira (7), um grupo formado por 120 entidades empresariais enviou carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com críticas à reforma do IR.

Elas também pediram mais tempo para debater a proposta do governo e que seja criada uma comissão especial para analisar o projeto.

Assinar o documento a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), a Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção), a Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), entre outras entidades.

No mesmo dia, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, disse em entrevista que a reforma do governo conseguiu desagradar a todos os setores.

“Na nossa simulação, o imposto sobre dividendos pode representar R\$ 47 bilhões em arrecadação. Consideramos que a reforma não deve ser feita quando há escassez de recursos. A proposta da sociedade organizada era promover uma reforma administrativa primeiro, para reduzir gastos.”

“O projeto talvez venha a assinalar um fim de linha para a encarnação liberal do ministro Guedes”, diz relatório da Rio Bravo.

“As ideias de tributar dividendos e de aperfeiçoar a tributação no mercado de capitais acabaram entrando no pacote pela porta errada, com vistas a fechar a conta da bonde concedida no reajuste da tabela progressiva.”

“Não seria um problema se tivéssemos no país o retorno desses tributos e um ambiente seguro para se empreender nas condições atuais e praticamente contra o empreendedorismo brasileiro”, diz Richard Domingos, diretor da consultoria Conifp.

Nesta quinta, um almoço com Guedes, empresários disseram ao ministro que a reforma do IR afasta investidores (leia à pág. A17).

Manifesto de partidos da terceira via ataca proposta do ministro

BRÁSILIA Presidentes de nove partidos que buscam construir uma terceira via para as eleições de 2022 lançaram nesta quinta-feira (8) um manifesto contra o projeto do governo que muda o Imposto de Renda para pessoas físicas e empresas e que tributa dividendos.

O documento é assinado por Luciano Bivar (PSL), Baleia Rossi (MDB), Bruno Araújo (PSDB), ACM Neto (DEM), Paulinho da Força (Solidariedade), Renata Abreu (Podemos), Eduardo Ribeiro (Novo), Roberto Freire (Cidadania) e José Luís Penna (PV). Juntos, os partidos têm 192 deputados.

No texto, os dirigentes afirmam que os “setores produtivos e a classe trabalhadora do Brasil não suportam uma proposta que aumenta a carga tributária, penaliza os investimentos e atrapalha a geração de empregos e renda”.

Elas dizem ser preciso “denunciar com vigor” que o único objetivo do atual governo na sua “antireforma” é “engordar os cofres públicos”. Danielle Brant



O ministro da Economia, Paulo Guedes, que quer reformar o IR Adriano Machado - 19 ago. 20/Reuters

Empresários dizem a Guedes que reforma do IR afasta investidor

Em almoço, ministro pede a executivos que enviem à sua equipe estudos sobre impacto da medida nos negócios

Daniele Madureira e Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Receosos, preocupados e desapontados. Esses foram os adjetivos usados por um executivo para descrever o estado de espírito dos empresários que participaram nesta quinta-feira (8) de um almoço com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em São Paulo. O executivo ouvido pela Folha, um dos participantes do encontro que prefere manter o anonimato, disse que o ministro chegou animado ao almoço, afirmando que muitos previam uma queda no PIB (Produto Interno Bruto) de 8% em 2020, mas o recuo ficou em 4%. E que zombaram quando ele, Guedes, indicou uma "recuperação em V" para a economia brasileira, mas é o que está acontecendo, disse, o que o faz entrever uma janela de oportunidades para o Brasil no cenário pós-pandemia. O retorno dos empresários foi cético, segundo este executivo. Ninguém acredita em crescimento com a atual proposta de tributação sobre o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica). A princípio, a proposta prevê uma redução gradual da alíquota, dos atuais 25% para 20% em dois anos, mantendo a taxa de 9% de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido).

Além disso, o governo propôs tributar em 20% os lucros e dividendos. No caso das companhias da categoria de lucro real, a alíquota subirá de 34% para cerca de 43%. Mas o maior problema da proposta que consta no projeto de lei 2.337/2021, disse o executivo, é taxar a distribuição de lucros e dividendos das empresas e tirar o direito ao lançamento de juros sobre capital próprio (JCP). A ideia é taxar em 20% os lucros e dividendos, com uma isenção de até R\$ 20 mil mensais para as micro e pequenas empresas. A proposta de reforma com isto, disse, compromete investimentos e empregos. A tributação do lucro acontece sobre a pessoa jurídica e a dos dividendos incide sobre o acionista ou quotista da empresa. Na opinião de contabilistas e advogados do setor, as mudanças no IR, entregues

- EMPRESÁRIOS QUE PARTICIPARAM DO ALMOÇO**
- Luiz Carlos Trabuco (Bradesco)
 - Vander Giordano (Multiplan)
 - Rafael Furlanetti (XP Investimentos)
 - Washington Cinel (Gocil Segurança e Serviços)
 - Jean Jereissati (Ambev)
 - Isaac Sidney (Febraban)
 - Michel Klein (família fundadora da Casas Bahia)
 - José Olympio Pereira (Credit Suisse)
 - Luis Henrique Guimarães (Abrasca, Associação Brasileira das Companhias Abertas) e Cosan

no final de junho por Guedes à Câmara, que compõem a segunda parte da reforma tributária, podem elevar os tributos pagos pelas empresas.

O empresariado não vai se animar a manter a empresa nestas condições, diz o executivo ouvido pela Folha. Na opinião dele, em vez de manter a empresa, o empresário vai preferir vender o negócio e viver de juros. Segundo ele, todo mundo se mostrou "indignado" com o fato de a proposta vir de um ministro liberal, formado pela Escola de Chicago.

Guedes, diz ele, se mostrou receptivo às queixas e disse querer uma reforma que traga equilíbrio — caso contrário, ele está fora do governo. Os representantes dos banqueiros na reunião reforçaram que a possibilidade de impedir o lançamento de juros sobre o capital próprio e tributar dividendos é muito ruim para o setor. Guedes, então, teria acenado com a possibilidade de uma "corporate tax" de 20%, ante a atual de 34% paga pelas companhias de lucro real.

Alguns empresários reclamaram da reforma tributária sem uma reforma administrativa ampla no governo. Sobre isso, diz o executivo, Guedes deixou claro que a administrativa só vai valer mesmo para os novos funcionários públicos, porque os atuais têm direitos adquiridos.

O ministro sugeriu que os empresários organizem, por setor, um estudo sobre os impactos econômicos das medidas e encaminhem, o mais rápido possível, os respectivos relatórios para a sua equipe técnica.

O almoço foi no apartamento do administrador do grupo de empresários Esfera Brasil, João Camargo, no Morumbi, zona oeste de São Paulo. Alguns nomes que haviam sido divulgados pelo Ministério da Economia, como Luiz Helena Trajano (Magazine Luiza), André Esteves (BTG), David Feffer (Suzano) e Flávio Rocha (Guararapes/Riachuelo), não estavam presentes.

Mas participaram Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Vander Giordano (Multiplan), Rafael Furlanetti (XP Investimentos), Washington Cinel (Gocil

Segurança e Serviços), Jean Jereissati (Ambev), Isaac Sidney (Febraban), entre outros.

Também estiveram presentes outros nomes que não estavam na lista, como o empresário Michel Klein (da família fundadora da Casas Bahia), o banqueiro José Olympio Pereira (Credit Suisse) e o presidente da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e da Cosan, Luis Henrique Guimarães.

Guedes fez questão de ressaltar que o Congresso trabalha alinhado ao governo e deu como exemplos a medida provisória que permitiu a privatização de Eletrobras, o novo marco do saneamento e a proposta de venda dos Correios.

Após o almoço, Guedes recebeu empresários ligados à construção e incorporação no escritório do Ministério da Economia, na região central da capital. Lá, durante pouco mais de um hora, ouviu dos participantes que, da maneira como está o projeto de lei da reforma, ele irá fragilizar e inviabilizar investimentos no setor.

Guedes disse aos empresários que a Receita Federal — onde veio o projeto de lei — talvez tenha errado na dosimetria das medidas e afirmou que a reforma será neutra, ou seja, não aumentará a carga tributária, apenas redistribuirá a cobrança.

"Pedimos ao ministro equidade para que não haja mais tributos. As pessoas jurídicas já são muito taxadas", diz Antonio Setin, da Setin Incorporadora. Na avaliação dele, Guedes é receptivo à ideia de que, ao reduzir o IRPJ, há um incentivo para que o dinheiro fique na atividade — no lugar de virar dividendo.

Segundo empresários que estiveram no encontro, havia muita apreensão antes da reunião. A conversa com o ministro da Economia teria conseguido acalmar os ânimos.

Basílio Jafet, presidente do Secovi-SP (sindicato da habitação), diz que Guedes assegurou que a reforma não vai desorganizar o sistema tributário, tampouco complicar a situação dos empresários, e ressaltou que é necessário aproveitar a janela atual para a aprovação do texto.



PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Contágio

A determinação de um reajuste negativo anunciada pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) nesta quinta (8) para os planos de saúde individuais e familiares vai aumentar a pressão para que os planos coletivos também segurem os preços, segundo as previsões de altos executivos do setor. Atualmente, o órgão não tem controle sobre os valores cobrados nos coletivos, que representam mais de 80% do mercado, mas há receio nas empresas de que a regulação avance sobre a categoria.

CALCULADORA Passa de 8% o desconto definido pela ANS para os individuais neste ano. O cálculo foi puxado pelos efeitos da pandemia, que adiou procedimentos eletivos, como cirurgias e exames sem urgência, derrubando a taxa de sinistralidade, o que beneficiou as operadoras em 2020. O reajuste negativo era previsto há meses e sofreu muita pressão contrária do setor.

CARTEIRA Reservadamente, alguns executivos admitem que aumentos acima de dois dígitos nos planos coletivos são impensáveis no cenário da pandemia. Uma parte do setor defende que as companhias façam um gesto aos consumidores e segurem os preços dos coletivos, até para evitar iniciativas de interferência do governo.

CALENDRÁRIO A sugestão dessa ala do mercado é aplicar correção de um dígito, ou nem elevar os preços dos coletivos neste ano, e fazer a reposição no ano que vem.

OZ A agência de viagens Agatur decidiu fechar sua sede no Jardim Europa, em São Paulo, e vai se mudar para Osasco. Aldo Leone, dono da empresa, diz que a sede, no bairro mais nobre da capital paulista, é cara e nenhum de seus concorrentes está na cidade. Segundo ele, a Agatur vai se reciclar, com novos modelos de trabalho e atendimento.

MAPA Em um dos setores mais afetados na pandemia, o empresário afirma que a retomada do mercado de viagens internacional tem sido pautada pela demanda para países como México, Estados Unidos, e agora Suíça, que anunciou reabertura das fronteiras para brasileiros vacinados, além de Marrocos e Egito.

RESERVA O nível de atividade do setor hoteleiro nos Estados Unidos começa a superar patamares anteriores à pandemia no país. A receita por quarto disponível, que combina ocupação e preços, aumentou 5,7% na semana de 27 de junho a 3 de julho em relação ao mesmo período de 2019, de acordo com dados da empresa de análise de hospedagem STR com quase 70 mil hotéis americanos.

CHAVE Fortaleza teve a maior alta nos registros de compra e venda de imóveis (122%) entre janeiro e maio deste ano em relação ao mesmo período de 2020, segundo levantamento do RIB (Registro de Imóveis do Brasil) com dados de cartórios. Ribeirão Preto, Florianópolis, Santos, Joinville e São Paulo tiveram crescimentos acima de 50% no período.

CONTRATO Nos últimos 12 meses, cinco dos municípios (São Paulo, Campo Grande, Santos, Joinville e Maringá) registraram avanço nas transferências superiores ao número de melhor desempenho antes da pandemia. O destaque foi Maringá, com mais de 15 mil em 2014. O total de registros inclui também doações, heranças, permutas e outros.

CANCELA O vereador PSOL quer pedir na Câmara Municipal de São Paulo o cancelamento do título de cidadão paulistano recebido em 2006 pelo empresário Samuel Klein, antigo dono das Casas Bahia, que morreu em 2014.

PASSADO Vespoli diz que a legislação prevê honrarias a pessoas que tenham prestado serviços relevantes ao município, mas que Klein seria desqualificado pelas acusações de crime sexual contra ele. Procurados pelo Painel S.A., membros da família Klein não comentam.

ESTRADA Às vésperas de iniciar uma agenda de viagens pelo país em busca de apoio nas prévias do PSDB, João Doria voltou a se reunir com centrais sindicais nesta quinta (8). As entidades saíram do encontro dizendo que esperam uma expansão do vale-gás e novas antecipações das vacinas.

PORTA Segundo João Carlos Gonçalves, o Juruena, secretário-geral da Força Sindical, a nova reunião com Doria sobre emprego e renda dos jovens ficou marcada para o final do mês. Representantes das centrais dizem que têm observado uma tentativa do governador adversário político de Bolsonaro, de manter o diálogo com as entidades mais abertas do que o governo federal, que tem relação conturbada com os sindicatos.

Primeira negra na diretoria da IFI defende equilíbrio fiscal com melhora de políticas sociais

Fábio Pupo

BRASÍLIA Filha de um pescador e de uma gari, a economista Vilma da Conceição Pinto será a primeira mulher negra a integrar a diretoria da IFI (Instituição Fiscal Independente), braço do Senado que monitora as contas públicas, desde a criação do órgão há quatro anos e meio. A chegada dela adiciona diversidade aos quadros de um órgão dominado por homens brancos. Apenas uma mulher figurava até agora entre os oito diretores e analistas da equipe. "Uma coisa que me chamou muita atenção durante a minha trajetória profissional, desde a graduação até o mestrado e minha atuação profissional, foi a baixa representatividade das mulheres na profissão", disse ela em entrevista à Folha publicada neste ano. "Felizmente, sinto que isso



Vilma da Conceição Pinto, mestre em economia empresarial e finanças pela Escola Brasileira de Economia (EPGE), da FGV Eduardo Anzilini - 3.0x4.1/9/Folhapress

vem mudando aos poucos." A economista traz também o olhar de quem não teve referências de economistas na família ou entre os amigos e diz ter tido como uma das inspirações os problemas sociais.

"De onde surgiu a ideia de estudar economia? Desde pequena sempre tive curiosidade de entender algumas questões sociais, além de gostar bastante de números", disse. "Ao assistir à TV, passei a observar as análises dos economistas sobre a conjuntura econômica e isso me fascinou. Foi aí que comecei a pesquisar e a me interessar pela profissão."

Ela começou sua trajetória profissional quando ainda estava na faculdade de ciências econômicas, ao ser contratada como estagiária pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Passou a ser funcionária do Ibre em 2012, quando conviveu com economistas como José Roberto Afonso, consultor da IFI. Foi responsável por fazer projeções e análises e escrever mensalmente artigos sobre conjuntura fiscal.

Concluiu a graduação pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2014. Em 2018, virou mestre em economia empresarial e finanças pela Escola Brasileira de Economia (EPGE), da FGV. Em ambos os casos, fez trabalhos de conclusão ligados à política fiscal.

Em 2020, passou a assessorar o secretário de Fazenda do Paraná, René Garcia Junior, e a administração do governador Ratinho Júnior (PSD).

A economista foi aprovada pelo Senado nesta semana, na quarta-feira (7), e vai ocupar o lugar de Josué Alfredo Pellegrini.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS		IMPOSTO DE RENDA		
Jun., em % ao mês	Mínimo Máximo	Em R\$ Até	Aliquota, em % Deducir, em R\$	
7,73	8,00	1.903,98	7,5	142,80
			15	354,80
			22,5	636,13
			27,5	869,36
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA Competência junho Autônomo, empregador e facultativo Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00 Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71				
O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 jul.				
MEI (Microempreendedor) Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00				
Assalariado Até R\$ 1.100 7,5% De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9% De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12% De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%				
O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 jul. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.				
EMPREGADOS DOMÉSTICOS Considerando o piso na capital e Grande SP R\$ 1.296,32 Valor, em R\$ Empregado 116,66 Empregador 259,26				
O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 jul. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para o salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.				

Discussão sobre imposto global mistura esperança e ceticismo

Tributação mínima para empresas multinacionais levanta dúvidas sensatas sobre viabilidade política

Ministros da economia e presidentes de bancos centrais do G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, debatem hoje e amanhã em Veneza (ou remotamente) temas como revolução digital, produtividade e ajuda aos países mais pobres em tempos de pandemia. Um dos assuntos mais relevantes é o acordo que prevê a criação de um imposto mínimo global para empresas multinacionais. Entre os principais alvos estão as gigantes do setor de tecnologia, como Apple, Google e Facebook.

O objetivo dessa espécie de reforma tributária global, proposta pelos americanos, é bloquear o caminho usado por multinacionais para tentar pagar menos impostos, a proverbial “engenharia tributária”. Com isso, espera-se que as grandes empresas mantenham menos operações fora de seus países de origem e tragam de volta os empregos que foram embora com a globalização. Outro benefício seria coibir o uso dos paraísos fiscais e dar mais transparência aos investimentos globais. Essa é a teoria.

Na prática, a iniciativa partiu dos países mais ricos, o G7. Aquilo que parecia impensável poucos anos atrás aconteceu em junho: eles selaram um acordo sobre o local de tributação de lucros. Deixaria de ser onde as empresas têm sede — muitas vezes paraísos fiscais ou países com alíquotas baixas — e passaria para o local de venda. Na eventualidade de uma multinacional continuar desviando parte dos lucros para pagar menos impostos, seu país de origem poderá cobrar a diferença até alcançar um patamar mínimo de 15% (seria um piso global para os impostos sobre o lucro, hoje de 34% no Brasil). No início do mês, 130 países — entre eles, Brasil, China, Índia e Rússia — assinaram um acordo preliminar similar.

A expectativa é que as negociações sejam finalizadas até o final do ano e que as regras sejam aplicadas a partir de 2023. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, Pascal Saint-Amans, diretor do Centro para Política Fiscal e Administração da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), disse que o Brasil pode-

rá arrecadar entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões a mais por ano.

Mas será que um acordo tributário global dessa natureza tem mesmo chance de prosperar? Uma sondagem da Universidade de Chicago ouviu 75 dos maiores economistas do mundo sobre a medida, entre eles o Nobel Angus Deaton, da Universidade de Princeton, Daron Acemoglu e David Autor, do MIT, Barry Eichengreen, da Universidade da Califórnia, o brasileiro José Scheinkman, de Columbia, e Olivier Blanchard, ex-FMI atualmente no Peterson Institute. Para 94%, a criação de um piso global para o imposto seria eficaz para limitar os benefícios de buscar países com alíquotas menores. A maioria também diz que a medida é factível.

Porém 25% dos europeus e 45% dos americanos têm dúvidas ou acham que não dará certo. Kenneth Judd, da Universidade Stanford, resume a preocupação central sobre o imposto global: “Espero que possa ser alcançado, mas é sempre preciso manter o ceticismo sobre a capacidade de os processos políticos resultarem em decisões racionais”.

ROGÉRIO
FURQUIM
WERNECK

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

Tumulto tributário

Tendo sabotado por dois anos e meio uma reforma abrangente da tributação indireta no País, o governo, agora, quer aprovar a toque de caixa no Congresso um desconjuntado pacote de mudanças radicais na tributação direta, que já vem tendo efeitos paralisantes sobre decisões de investimento, justo quando a economia parecia ter entrado em delicada retomada do nível de atividade.

O que agora se anuncia é um pacote com inspiração e *timing* claramente populista. Preocupado com as eleições de 2022, o

Planalto quer viabilizar um programa de renda básica que possa chamar de seu e uma redução do IRPF pago por contribuintes enquadrados em faixas mais baixas de rendimento tributável. O que se contempla é que tudo isso seja bancado, com folga, por elevação da tributação sobre lucros e aplicações financeiras.

Limitações de espaço impedem que aqui se analise o amplo leque de mudanças propostas, que afetam empresas sujeitas à tributação pelos regimes de lucro real e de lucro presumido, aplicações financeiras em geral, fundos de investimento e investimentos no exterior. No que se segue, a análise estará restrita a efeitos que poderão decorrer da taxaço de dividendos de empresas sujeitas à tributação pelo regime de lucro real.

A tributação de lucros comporta uma variedade de arranjos distintos. Um arranjo possível é o que se tem no país há cerca de 25 anos, em que todo o lucro, inclusive o que for distribuído aos acionistas ou sócios, seja taxado na empresa. Nesse arranjo, acionistas não pagam Imposto de Renda sobre dividendos porque, supostamente, o imposto devido sobre o lucro distribuído já foi retido e pago na empresa. Mas é também perfeitamente possível um arranjo alternativo em que parte da taxaço de lucros seja paga pela

empresa e outra parte pelos acionistas, por meio da taxaço dos dividendos por eles recebidos.

Há prós e contras a considerar na escolha do melhor arranjo, dadas as circunstâncias diversas de diferentes países. O que é fundamental nessa escolha, contudo, é assegurar que os dois níveis de taxaço sejam cuidadosamente integrados, tendo em mente que a carga tributária total sobre os lucros será composta de duas partes, a que for paga pela empresa e a que for cobrada dos acionistas.

Governo tenta salvar seu desconjuntado pacote com o suposto truque de economia política do lobby contra lobby

passar a taxar dividendos, o governo adiantou que a taxaço de lucros no nível da empresa seria devidamente ajustada para baixo. Mas o que se viu, afinal, no pacote enviado ao Congresso, foi gritante desproporção entre a alíquota de 20% que passaria a incidir sobre dividendos e a redução de não mais que 5 pontos percentuais, distribuída em dois anos, na alíquota incidente sobre os lucros da empresa.

Sob a capa de uma alegada neutralidade, a mudança implicaria elevação substancial

da taxaço de empresas sujeitas ao regime de taxaço pelo lucro real. Não é surpreendente que a proposta esteja enfrentando uma barragem cerrada de críticas.

Tendo, afinal, percebido a seriedade da resistência encontrada, o Ministério da Economia saiu-se com uma piraeta política. Anunciou que o governo está disposto a concordar com reduções adicionais da alíquota na pessoa jurídica, se o Congresso aprovar cortes entre R\$ 20 bilhões e R\$ 40 bilhões em renúncias fiscais variadas, com beneficiários que vão da indústria química à Zona Franca de Manaus.

Salta aos olhos que esse suposto truque de economia política, já pomposamente rotulado de "lobby contra lobby", não é sem risco. Envolve, de um lado, o reconhecimento pelo governo da sobrecarga tributária que o pacote imporia às empresas submetidas ao regime de taxaço pelo lucro real. E, de outro, a explicitação do resgate que tais empresas deveriam providenciar para se livrar de tal sobrecarga.

Junte-se a isso a fragilidade do governo e o fato de que as negociações políticas relevantes terão de ser feitas com profissionais do Centrão, e já se tem material suficiente para que aprendizes de feiticeiro possam sair seriamente chamuscados ao final da esperteza.

Inflação avança, e folga fiscal pode cair até R\$ 7,4 bi

Aumento da energia elétrica e dos combustíveis deve manter índice de preços subindo mais que o esperado no fim do ano, diminuindo o espaço dentro do teto de gastos para mais despesas, como Bolsa Família mais robusto

CAROLINA NALIN, FERNANDA TRISOTTO E JOÃO SORIMA NETO
economista@oglobo.com.br
RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA

EVOLUÇÃO DO IPCA

Índice acumulado em 12 meses (em %)



Índice mês a mês (em %)



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

Impulsionado pelos aumentos em energia elétrica e combustíveis, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,53% em junho, segundo informou ontem o IBGE. Em 12 meses, acumula alta de 8,35%, a maior desde setembro de 2016. Como é esse índice que vai reajustar o Orçamento da União no ano que vem, o governo vai poder gastar mais R\$ 124 bilhões em 2022, uma folga estimada hoje de mais de R\$ 30 bilhões. Já as despesas devem subir menos, porque espera-se que a inflação no fim do ano já esteja mais baixa.

Mas a inflação tem surpreendido para cima. A crise hídrica fez subir a conta de luz, o petróleo não para de subir no mundo, o que aumenta preços da gasolina, diesel, gás de cozinha. Com isso, economistas avaliam que a sobra no Orçamento do ano que vem será mais estreita entre R\$ 4 bilhões e R\$ 7,4 bilhões.

José Mácio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, calcula que a folga para gastos pode cair de R\$ 34,9 bilhões para R\$ 27,5 bilhões, se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechar 2021 em 6,5%, ao invés dos 6% esperados. Uma queda de R\$ 7,4 bilhões no gasto em 2022.

O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) Daniel Couri explica que, embora o teto de gastos seja reajustado pela inflação acumulada em

12 meses até junho, a maior parte das despesas — salário mínimo e benefícios previdenciários — é corrigida pelo INPC de janeiro a dezembro.

— Se a inflação do final do ano ficar mais baixa, vai ter essa folga. Mas isso não é dado. As expectativas de inflação do fim do ano estão crescendo: quanto maior ela for, menor será esse espaço fiscal, o que recomenda certa prudência para o governo — observa, lembrando que a última projeção da IFI apontava para um espaço de R\$ 47 bilhões.

Para o economista da Tendências Consultoria, Fabio Klein, a folga pode chegar a cair de R\$ 33 bilhões para R\$ 29 bilhões, nos seus cálculos, que também consideram as

BCE abre espaço para estímulo fiscal

> O Banco Central Europeu (BCE) anunciou ontem uma mudança em sua política monetária, a fim de acomodar uma inflação um pouco mais alta. Isso permitirá a manutenção das medidas de estímulo à economia em um cenário de recupe-

ração ainda frágil.

> O objetivo do BCE será manter a inflação da Zona do Euro em 2% no médio prazo substituindo a meta atual, de "abaixo, mas perto de 2%". É a primeira mudança na estratégia do BCE desde 2003, quando foi fixada uma meta de inflação.

> O BCE informou que, quando as taxas de juros

estiverem perto de seu limite inferior efetivo, como agora, a economia precisará de estímulos monetários "especialmente vigorosos" que podem "implicar um período transitório em que a inflação está moderadamente acima da meta".

> — Anova formulação remove qualquer ambiguidade possível e transmite

resolutamente que 2% não é um teto. O que queremos fazer é evitar o desvio negativo que consolidará as expectativas de inflação — disse a presidente do BCE, Christine Lagarde, em entrevista coletiva.

> O BCE disse que vai incluir considerações sobre mudanças climáticas na política monetária. (Da Bloomberg News)

despesas que serão reajustadas pela inflação de 2022. Uma queda de R\$ 4 bilhões:

— Isso força o governo a fazer escolhas. Mesmo assim, dá

para aumentar o Bolsa Família, dar algum reajuste ao servidor e fazer obras de infraestrutura que têm efeito eleitoral importante.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, diz que manterá o padrão dado pelo teto de gastos (que limite o crescimento da despesa à inflação do ano anterior):

— Estamos indo para mais um ano sem aumento real. Vamos gastar no ano que

vem o que gastamos nesse ano. A distribuição entre (despesas) obrigatórias e discricionárias (livres, como investimentos) depende do INPC, que corrige parte expressiva das despesas obrigatórias do governo, e é de janeiro a dezembro. É por isso que é fundamental continuarmos com a nossa estratégia de consolidação fiscal e reformas, porque é isso que vai levar a trajetória da

inflação para baixo ao longo do ano.

Dos nove grupos acompanhados pelo IBGE, oito tiveram alta em junho. O maior impacto veio do grupo Habitação, que avançou 1,1%, principalmente, por causa do aumento da energia elétrica.

INFLAÇÃO RESISTENTE

Para analistas, o comportamento dos preços mostra uma inflação persistente. Itens como energia e combustíveis tendem a pressionar com mais força o indicador entre julho e agosto. Será quando os efeitos do recente reajuste da Petrobras, nos preços da gasolina, diesel, gás de botijão e gás canalizado, e do reajuste de 52% no valor da bandeira tarifária de energia pela Aneel, começam a chegar ao consumidor.

A subida recente do dólar, na contramão do que esperava o mercado, depois que o Banco Central subiu os juros de 2% para 4,25% ao ano, é outra fonte de preocupação. Ruidos políticos fizeram o dólar voltar ao patamar de R\$ 5,30, depois de ter caído abaixo de R\$ 5.

Para Andrea Damico, economista-chefe da gestora Armor Capital, a inflação deve ficar em 0,75% em julho e chegar perto de 9% entre julho e agosto, no acumulado em 12 meses. Além das pressões já citadas, ela diz que os bens industriais continuam ficando mais caros e os serviços podem ser o "novo foco de inflação":

— Tem um componente inercial de serviços, que vai continuar nos próximos meses, e tem inflação da reabertura ainda que temporária.

O risco de piora da inflação no quarto trimestre do ano pode até forçar o Comitê de Política Monetária (Copom) a elevar a taxa Selic para 8,5% no início de 2022, diz Andrea:

— Ter uma inflação mais de três pontos percentuais acima do centro da meta (3,75%) tem implicações para 2022. A nossa projeção de 4,2% para o IPCA no ano que vem é efeito da inflação deste ano.

Colaborou Cássia Almeida

Não existe planeta B. Cuide do planeta A.



ambipar.com

PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - GGOOL / CCPLÉ VII
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 0045.2021.CCPLÉ-VILPE.0041.SAD.SERES - Em razão da necessidade de alteração do termo de referência, com fundamento no § 2º do art. 20 do Decreto Estadual nº 32.529/2008, comunicamos aos interessados que a sessão de abertura prevista para 09/07/2021 fica adiada "in fine", Jonathan Maiko, Pregoeiro CCPLÉ VII.

Guedes promete corrigir 'distorções' na reforma

Em encontro com empresários em São Paulo, parte dos nomes de peso do PIB previstos na agenda da pasta não compareceu. Ministro afirmou que proposta não vai aumentar carga tributária das companhias

HENRIQUE GOMES BATISTA
E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
SÃO PAULO E BRASIL

Um dia após 120 associações empresariais criticarem a proposta de reforma tributária apresentada pelo governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu ao empresário, em almoço em São Paulo, corrigir "distorções" no texto. O projeto corrige a tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas e prevê a tributação sobre dividendos, até então isentos. Guedes afirmou que vai perseguir a "neutralidade tributária", ou seja, garantir que o projeto não gere aumento da carga tributária. O encontro, porém, não contou com parte dos nomes de peso do PIB nacional que constavam na agenda do ministro, disponível no site do Ministério da Economia.

Interlocutores afirmam que a viagem do ministro a São Paulo foi motivada, em parte, à reação do empresário ao texto. Da lista de 33 convidados, nomes importantes não compareceram, como Luiza Helena Trajano (Magalu), Carlos Jereissati (Iguatemi), André Esteves (BTG), Benjamin Steinbruch (CSN), David Feffer (Suzano), Bruno Blatt (Qualicorp), Flávio Rocha (Riachuelo), além do novo presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva (Coteminas) e de Washington Cinel (Gocil).

Entre as justificativas para as ausências, foi citado o prazo exíguo para o encontro, marcado na véspera de um feriado em São Paulo, o que teria dificultado a tarefa de conciliar agendas. Mas parte dos interlocutores citou a resistência ao projeto. A carta divulgada na

quarta-feira com o posicionamento de entidades dos mais diversos setores da economia afirma que a discussão não pode ocorrer de forma açodada e que o texto, tal como chegou ao Congresso, pode reduzir a atração de capitais e desestimular o investimento produtivo, dificultando o crescimento econômico.

No encontro, enquanto lidava com o ceticismo de parte dos presentes em relação ao texto, o ministro lembrou que esta é uma "oportunidade única" de aprovar a reforma. Segundo Guedes, o cenário político com Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara dos Deputados favorece a tramitação da proposta. Segundo interlocutores do ministro, ele afirmou que o deputado "é um trator" e tem "grande base parlamentar" para aprovar as modificações na cobrança de impostos no país.

'JANELA DE OPORTUNIDADE'

No almoço, Guedes foi enfático ao afirmar que o país não pode "perder a janela de oportunidade" de fazer uma reforma tributária agora. O ministro reafirmou compromisso de que a reforma tem que ser e será neutra e que não aceitará o aumento de carga tributária. Ele disse que, se alguns poucos benefícios para alguns forem derrubados, indicando corte em subsídios, será possível derrubar "fortemente" impostos para todas as empresas.

Estiveram presentes nomes como os do ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida (pelo BTG), Alberto Saraiva (Habib's), Isaac Sidney (presidente da Febraban), José Berenguer (XP) e Luiz Carlos Trabuco



Interlocução. Guedes defendeu que fim de alguns benefícios torna possível reduzir impostos para todas as empresas

O ministro e o canal com a 'base da pirâmide'

> Duas semanas após seu primeiro encontro oficial no cargo com um representante do setor sindical, Paulo Guedes recebeu, ontem, representantes da Central Única das Favelas (Cufa) e outras lideranças sociais. No encontro, que ocorreu no escritório do Ministério da Economia na

Avenida Paulista, Guedes mais ouviu que falou, e prometeu um "canal aberto" com entidades sociais para tratar dos temas mais ligados às classes econômicas menos favorecidas:

> — A gente bateu este papo, junto com outras organizações, como Mulheres Empreendedoras, com o representante do canal Favelado Investidor, para dialogar a

retomada da economia a partir da agenda econômica da favela — afirmou Preto Zezé, presidente nacional da Cufa.

> Ele afirmou que foram apresentados dados que comprovam a importância do que chamam de "a base da pirâmide", que, de acordo com Zezé, movimenta R\$1,7 trilhão e o que pode ser feito, em um diálogo institucional. Segundo Zezé, ele ficou

impressionado com os números e, com o assessor Afif Domingos, foram debatidos temas como a abertura de crédito, desburocratização, acesso a recursos, qualificação e educação financeira.

> Grupos de trabalho sobre estes pontos podem ser abertos, segundo o presidente da Cufa, que marcou encontros com outros nomes, como Ciro Gomes e Lula. (H.G.B.)

(Bradesco), entre outros.

O ministro teve reuniões com representantes da construção civil e com entidades ligadas à economia das favelas. Em todas estas agendas, que foram fechadas para a imprensa, Guedes indicou que o grande problema da reforma

é de "dosimetria".

Basilio Jafet, presidente do Secovi-SP (Sindicato das empresas de imóveis), que esteve no encontro com o setor imobiliário, afirmou que a promessa do ministro de não ter aumento de carga gerou alívio: — A ideia é aperfeiçoar a

proposta. Nós estávamos muito, muito preocupados. Agora, se realmente as coisas andarem pelo caminho que o ministro está mostrando, se as distorções todas foram corrigidas e houver uma neutralidade em termos de arrecadação, não tem porque não estarmos

do lado do Brasil — disse.

Luiz França, presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), se disse otimista:

— A sociedade precisa ser ouvida em um projeto que muda estruturalmente o país, tem muitos impactos de longo prazo.

LIMITES DA PROPOSTA

Segundo presentes ao encontro, Guedes estabeleceu limites. Ele disse que fará uma reforma que reduza tributos de empresas e que cobre imposto sobre dividendos e lucros, colocando estes pontos como um conceito do qual o governo não abre mão. Ele afirmou, contudo, que ajustes podem ser feitos para equilibrar os números.

Por outro lado, Guedes ouviu de diversos empresários a pergunta se o projeto da reforma "era para valer" e se é possível corrigir os problemas. Entretanto, alguns presentes relataram que o tom foi mais ameno do que o esperado e atribuem isso à formalização das críticas na carta divulgada na véspera e ao fato de o ministro ter reconhecido que alguns pontos da proposta podem passar por mudanças.

A proposta divide opiniões até na equipe econômica. Em mensagem enviada a um grupo de WhatsApp do Ministério da Economia em dezembro, Isaías Coelho, assessor especial do ministro Paulo Guedes, defendeu a realização de estudos detalhados sobre a taxação de dividendos antes da adoção da medida. Procurado nesta semana, Coelho disse que vários estudos foram feitos de dezembro até agora, mas não os apresentou.

Novo Bolsa Família terá R\$ 53 bi em 2022, 51% a mais que a versão atual

Valor deve constar da proposta para o Orçamento do próximo ano, que deve ser entregue ao Congresso em agosto

GERALDA DOCA E JUSSARA SOARES
econormia@oglobo.com.br
BRASILIA

O novo programa social que Jair Bolsonaro pretende lançar em substituição ao Bolsa Família vai custar R\$ 53 bilhões em 2022, ano de eleições e no qual o presidente pretende concorrer a um segundo mandato.

A cifra será 51,4% maior que a reservada ao programa neste ano. A verba, segundo uma fonte do alto escalão do governo, será prevista na proposta de Orçamento para a União no próximo ano, que será encaminhada ao Con-

gresso em agosto.

Na nova versão do Bolsa Família, o valor médio do benefício, que está em R\$ 189, deve ficar em torno de R\$ 270. Além da mudança nas faixas de valores, o governo pretende incluir cerca de três milhões de famílias, alcançando 17 milhões no total.

Bolsonaro pretende mudar o nome do programa, criado na gestão do ex-presidente Lula, para transformar o novo Bolsa Família em uma das principais vitrines da campanha à reeleição em 2022.

O projeto será enviado ao Congresso até agosto para começar a rodar em novem-

bro, quando está prevista a saída de cena do pagamento do auxílio emergencial, que foi prorrogado até outubro.

Neste ano, o Ministério da Cidadania terá uma sobra de recursos devido à migração de parte dos beneficiários do Bolsa Família para o auxílio emergencial. O orçamento inicial para este ano foi de R\$ 35 bilhões.

RECURSOS DA REFORMA DO IR

Para fechar os R\$ 53 bilhões necessários em 2022 será preciso cortar despesas e rever investimentos. Caso o projeto de reforma do Imposto de Renda seja aprovado, o tíque-



Prazo. Fila para receber o auxílio emergencial: após fim do benefício, novo Bolsa Família deve começar em novembro

te médio do benefício poderá ultrapassar R\$ 300, estima o governo internamente.

A equipe econômica já sinalizou que pretende usar uma parte da arrecadação obtida com as mudanças nas regras, como taxaço de dividendos, por exemplo, para reforçar o programa social.

Na nova versão, vários programas sociais do governo serão abrigados sob o guarda-chuva do novo Bolsa Família, como construção de cisternas, apoio à primei-

ra infância, programa de aquisição de alimentos, qualificação, dentre outros.

A ideia é incluir portas de saída para que as pessoas possam se emancipar e não fiquem dependentes do programa, disse a fonte.

Será também uma forma de o governo tentar reduzir o mal-estar que a crise representa para os mais pobres, com a alta da inflação concentrada em alimentos e itens básicos e a queda da renda com o alto desemprego.

Quem conseguir emprego com carteira assinada não perderá o benefício. E, caso fique desempregado, também não terá que ir para o fim da fila.

Também fará parte do novo programa a concessão de microcrédito para famílias que moram nas áreas urbanas, crédito consignado, concessão de voucher para creche e outros serviços para mães com filhos pequenos, além de premiação em dinheiro para alunos que tiram boas notas e se destacam em atividades esportivas.

‘Riscos políticos e fiscais justificam redução da aposta no real e na bolsa’

Apesar de fundamentos continuarem favoráveis, ordem agora é cautela, diz Fabricio Taschetto, da Ace Capital

Por Lucinda Pinto e Marcelo Osakabe — De São Paulo

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Fabricio Taschetto, da ACE Capital: até o fim do ano, fundamentos favoráveis ainda podem voltar a prevalecer — Foto: Claudio Belli/Valor

Os fundamentos continuam favoráveis a um dólar abaixo de R\$ 5, e podem voltar a prevalecer até o fim do ano. Mas, para as próximas semanas, a ordem é cautela. Para Fabricio Taschetto, diretor de investimentos e sócio fundador da ACE Capital, a discussão sobre o Orçamento de 2022, a reforma tributária e a CPI da Covid, com potencial impacto sobre a popularidade do governo, formam um ambiente muito mais instável, que justifica posições menos otimistas tanto no câmbio quanto na bolsa.

O risco de um impeachment também começa a se colocar, avalia, mas ainda é pequeno. Ele observa que esse cenário teria, inicialmente, um efeito negativo por trazer muita insegurança. Mas, em um segundo momento, poderia ser positivo por abrir espaço para uma terceira via.

“

Continuo achando o Brasil barato, especialmente a moeda, mas, no curto prazo, estou menos animado”

Valor: *Essa piora recente dos ativos indica que a onda positiva no mercado passou?*

Fabricio Taschetto: Nos próximos dois meses, vamos ter que lidar com a questão do Orçamento de 2022, que começou a ser negociado em um momento em que sai uma pesquisa mostrando queda grande de popularidade do presidente. Vamos ter sempre a ameaça de furar o teto, fazer coisas fora do teto... E tem o presidente mais fragilizado pela popularidade menor e pela CPI. Então, acaba ficando, sim, um certo risco e o medo do mercado de que venha algo para tentar aumentar a popularidade do presidente. Não diria que virou o quadro estrutural. A gente continua achando o Brasil barato no relativo, especialmente a moeda, mas, no curto prazo, um, dois meses, estou menos animado.

Valor: *O ruído de curto prazo muda as posições? As apostas mais favoráveis podem se reverter?*

Taschetto: Acho que provoca uma diminuição [nas posições a favor de ativos brasileiros]. E acho que ainda tem uma sequência dessa redução de exposição nos próximos 15, 20 dias. A gente fez aqui uma pequena redução, por causa desse quadro. A reforma tributária não foi bem recebida pelo mercado; houve fatos novos na CPI; o presidente está mais fraco... E aí começa a discussão do Orçamento. Esta semana saiu a notícia de que recomeçou a velha batalha entre Paulo Guedes e Rogério Marinho. A gente viu que no ano passado isso se estendeu por meses. Como a definição do Orçamento é em agosto, acredito que isso deva se estender por algum tempo. No curto prazo, vale uma redução nas posições otimistas, em câmbio e também na bolsa. Na parte de juros, que normalmente é a mais impactada (por discussões sobre o teto), a gente já tem até posição pessimista, tomada [aposta na alta das taxas]. A reforma tributária também afeta bastante a bolsa. Vamos ver como fica o texto final, mas o inicial parece mais um pacote de arrecadação, não uma reforma estrutural.

Valor: *O risco da CPI para o mercado é de elevar a chance de medidas populistas ou o risco de impeachment também está colocado?*

Taschetto: Acho que o primeiro risco é maior, mas também não acho que dê para descartar o segundo. Não acho que o impeachment vale zero, principalmente se a popularidade dele cair. Com a popularidade atual, acho que sim, o impeachment vale zero, mas é que a dinâmica não está muito boa.

Valor: *E de que forma um impeachment atingiria o mercado?*

Taschetto: Talvez, para o longo prazo, especialmente para a eleição, o mercado pode entender até como melhora. Só que, em um primeiro momento, é uma insegurança, a gente sabe como começa mas não sabe onde termina, o que o presidente pode fazer no meio do caminho. Mas, em um segundo momento, pode ajudar a clarear a eleição ano que vem, que caminha para ser bem polarizada. No caso de um impeachment, a terceira via teria bastante chance. Até acho que a terceira via seria até favorita no caso de um impeachment.

Valor: *O mercado está antecipando o risco eleitoral?*

Taschetto: O mercado não vai 'operar' a eleição agora. É um tema para março, abril. Até lá, tem que entender se será Bolsonaro contra Lula, se uma terceira via é viável... Hoje tem 40% dos votos que são o "nem-nem", não querem nem Bolsonaro, nem Lula. No entanto, hoje nenhum outro candidato consegue aglutinar 25%, 30% para passar ao segundo turno. Em abril, talvez a gente enxergue quem consiga fazer isso. Podemos ter tantos caminhos diferentes que é muito improvável que o mercado se preocupe com isso agora. A gente não sabe nem quem será a equipe do Lula, se ele será o "Lula paz e amor" ou o Lula querendo revanche.

Valor: *O "Lula paz e amor" tranquilizaria o mercado?*

Taschetto: Acho que uma boa parte do mercado, sim, vai aceitar. Mas talvez não a maior parte.

Valor: *O ambiente de maior cautela e dólar forte pode colocar em questão o ritmo de altas de juros?*

Taschetto: O Banco Central escreveu, nas últimas vezes que se comunicou com o mercado, que estava de olho na pesquisa Focus para 2022 e um pouco também nas inflações implícitas. A Focus faz duas semanas que está bem estável e, por essa comunicação, me parece que ele não aumentaria o ritmo de altas. No entanto, acho que o BC, depois daquela confusão com a Petrobras em fevereiro, ficou mais preocupado com o câmbio. E, também olhando que vai ter uma inflação esse ano perto de 7%, o que vai indicar se ele acelera o ritmo ou não, muito mais que a própria Focus, é como o câmbio vai chegar na reunião de agosto. Na semana passada, quando o câmbio estava em torno de R\$ 5, apostaria que viria uma alta de 75 pontos-base. Se ela fosse ontem, apostaria que seria 100 pontos-base.

Valor: *E qual é o seu cenário para o câmbio até o fim do ano?*

Taschetto: Passado esse período até agosto, setembro, se resolver a questão do Orçamento, não houver quebra do teto, tenho uma visão construtiva até o fim do ano. O país está crescendo bastante e, num cenário internacional sem grandes novidades, três eventos podem ajudar nesse sentido. Um é o fim da CPI da Covid, outro é a resolução do Orçamento e o terceiro é a pandemia, que deve ter um quadro muito mais positivo daqui a uns dois meses. Além disso, embora hoje o cenário de curto prazo esteja mais nebuloso, é também melhor. Dois meses atrás, tínhamos uma projeção de PIB de 3,5%, contra os atuais 6%. As commodities continuam com preço alto e a Selic, que era de 2%, agora deve chegar a 7% no fim do ano. Então, acredito que vamos ver, sim, o câmbio novamente abaixo de R\$ 5, talvez R\$ 4,70 ou até R\$ 4,50 seja possível.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Essa máscara pode ser essencial nesse momento

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

A empresários, Guedes nega alta na carga de impostos

Ministro almoça com representantes das áreas produtiva e financeira

Por Mônica Scaramuzzo, Talita Moreira e Chiara Quintão — De São Paulo

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



O ministro da Economia, Paulo Guedes, almoçou ontem com empresários e banqueiros em São Paulo, num aceno aos setores produtivo e financeiro, que têm feito fortes críticas à proposta de reforma tributária. O encontro foi na casa do empresário João Camargo, que está à frente do movimento Esfera Brasil.

Guedes pediu para Camargo reunir em sua casa pesos pesados da indústria e da Faria Lima, mas boa parte da elite do PIB não compareceu. No almoço, reforçou que não haverá aumento de carga tributária. Mas deixou claro que vê uma janela de oportunidade neste momento e que pretende usá-la para aprovar a mudança. Guedes disse que a oportunidade para promover a reforma está na presidência de Arthur Lira (PP-AL) e na solidez da base aliada do presidente Jair Bolsonaro no Congresso.

Nomes como André Esteves, fundador do BTG Pactual; Benjamin Steinbruch, presidente da CSN; Carlos Jereissati, do Iguatemi; David Feffer, da Suzano; José Isaac Perez, da Multiplan; Josué Gomes, da Coteminas e novo presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp); e Luiza Trajano, do Magazine Luiza, que constavam da lista liberada pelo ministério da Economia como convidados, não foram. Os executivos Bruno Blatt, presidente da Qualicorp, e Candido Vieira da Hapvida, também não participaram, ao contrário do que foi divulgado.

Aos empresários e executivos presentes - o encontro reuniu cerca de 50 pessoas - Guedes disse que não quer demorar muito nas discussões e vai trabalhar para aprovar o texto até o fim deste ano. Ele chegou ao almoço acompanhado de Guilherme Afif Domingos, assessor especial do Ministério da Economia, e ficou cerca de duas horas e meia. Uma parte dos presentes já vacinada não usou máscara, segundo uma pessoa que esteve no almoço.

Segundo relato de participantes, Guedes mostrou-se disposto a dialogar. Um dos presentes descreveu o tom do ministro como "PG paz e amor". Apesar disso, Guedes deixou bem claro que vão vai recuar da ideia de tributar dividendos, um dos pontos da proposta rejeitados por grande parte das empresas. O temor é o de que a medida reduza o apetite de investidores pelas ações e encareça o acesso das companhias a capital.

Outra questão sensível é que, ao contrário do que alega o ministro, as empresas entendem que haverá aumento de carga tributária caso o texto seja aprovado.

O ministro foi sabatinado pelos empresários e banqueiros, que sugeriram a possibilidade de o governo promover antes a reforma administrativa. Mas, segundo Guedes relatou aos presentes, "o bonde que está andando é a tributária, que deve ser aprimorada e aprovada". Participaram desse debate o presidente do conselho do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, Daniel Goldberg, do fundo Farallon, José Olympio Pereira, do Credit Suisse, Alberto Saraiva, do Habib's, e Lírio Parisotto, da Innova-Videolar, apurou o **Valor**.

Empresários e mercado financeiro foram surpreendidos com a reforma apresentada há duas semanas. Um dos presentes ponderou que a reforma tributária não é neutra como o governo sugere e que os tributos indiretos oneram o setor produtivo. “O governo corre o risco de aprovar uma reforma do Imposto de Renda, não a tributária”, disse outra fonte presente.

Depois do almoço, o ministro se reuniu com representantes do mercado imobiliário. Basilio Jafet, presidente do Secovi-SP, e Luiz Antonio França, presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), disseram ao **Valor** que Guedes deixou claro que não quer, de maneira nenhuma, quer atrapalhar os setores industriais.

França ponderou que há ajustes a serem feitos no projeto de lei. “Mas o governo está disposto a olhar para os pontos de melhoria.” Segundo Jafet, o setor se comprometeu a enviar “sugestões concretas”, nos próximos dias, e o ministro assumiu o compromisso de analisá-las.

Um dos pontos previstos nas mudanças de regras questionados pelo setor é o fim da isenção da tributação de Imposto de Renda para pessoas físicas nos fundos imobiliários. **(Colaborou Beth Koike)**

Saiba Mais

[Mudança em dividendos pode estimular 'pejotização' e reorganizações societárias](#)

[Auditores fiscais defendem IR sobre ganhos de acionistas](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

Atraso em 5G gera perda de R\$ 2,8 bi a cada mês

Ministro das Comunicações diz que certame será realizado neste ano

Por Rafael Bitencourt, Fabio Murakawa e Cristiano Romero — De Brasília

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Fábio Faria, ministro das Comunicações: "O TCU já está nos momentos finais da análise e preparação do relatório" —
Foto: Cleverson Oliveira/MCom

O atraso na implantação da tecnologia 5G, a mais recente fronteira do desenvolvimento do serviço móvel de telecomunicação, começa a gerar prejuízo financeiro para o Brasil a partir deste mês. A estimativa, feita pela consultoria Telecom Advisory no estudo "O Valor da Transformação Digital por meio da Expansão Móvel na América Latina", é de uma perda de US\$ 534,79 milhões (cerca de R\$ 2,8 bilhões) por mês.

"Para se ter uma ideia do potencial de retorno econômico do 5G, o estudo estima que a implantação das redes 5G resultaria em crescimento acumulado de cerca de US\$ 104 bilhões no Produto Interno Brasileiro (PIB) brasileiro, medido a preços de 2019", disse, em entrevista ao Valor, o ministro das Comunicações, Fábio Faria.

"Além de efeitos associados diretamente ao aumento dos investimentos na construção e instalação das redes, a consultoria indica que o efeito sobre o PIB decorreria do aumento da demanda por bens e serviços, de ganhos de eficiência das atividades produtivas e da criação de novos mercados", acrescentou o ministro, que tem dedicado tempo integral para assegurar que o leilão da rede 5G seja realizado antes do fim do ano. Nos últimos dias, ele se reuniu, pessoal e virtualmente, com todos os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), que tem prazo de 90 dias para avaliar o edital do leilão.

Na quarta-feira, Faria teve longa conversa com o relator da matéria no tribunal, ministro Raimundo Carrero. O ministro recebeu o Valor após esse encontro. "Tenho total convicção e confiança de que o TCU já está nos momentos finais da análise e preparação do relatório. Eles sabem da importância do 5G para o Brasil e trabalharão para acelerar os prazos, estão prestes a votar o relatório", afirmou. Em outras palavras, Faria sustentou que o TCU não usará o prazo de 90 dias para dar seu parecer.

O leilão de 5G já deveria ter ocorrido há um bom tempo. Segundo a minuta do edital aprovada pela Anatel, as empresas de telecomunicação que vencerem terão que iniciar a operação das redes de 5G em 31 de julho de 2022 e, depois, expandi-las gradualmente até 31 de dezembro de 2029. O cálculo do prejuízo financeiro é feito a partir desse prazo.

"Cada mês de atraso para o início desse cronograma significaria diferir no tempo a realização de um ganho econômico substantivo. Considerando a estimativa da consultoria [Telecom Advisory] e a taxa social de desconto utilizada pelo Ministério da Economia em análises de custo-benefício de projetos de investimento em infraestrutura, especialistas estimam que cada mês de atraso no início da operação do 5G estaria associada a uma perda de US\$ 534,79 milhões em termos de valor presente de crescimento de PIB", explicou Fábio Faria, que, antes de se tornar ministro, foi eleito quatro vezes consecutivamente deputado federal pelo Rio Grande do Norte, a primeira vez aos 29 anos.

Filiado ao PSD, o ministro integra o fechado núcleo do poder de Bolsonaro. Em vez de ocupar o velho prédio da Pasta das Comunicações na esplanada dos ministérios em Brasília, Faria ocupa gabinete no terceiro andar do Palácio do Planalto a poucos metros da sala do presidente. Seus interlocutores sabem que conversar com o ministro é saber esperar. Os colóquios são interrompidos todo o tempo por mensagens de WhatsApp e ligações vindas do gabinete vizinho.

Dedicar-se à materialização do leilão de 5G, embora consuma a maior parte do tempo disponível do ministro, aparenta ser sua tarefa menos espinhosa, apesar das dificuldades impostas pelos órgãos reguladores. É na política onde a coisa pega. Faria é um dos principais articuladores de Bolsonaro no Congresso.

Ao falar de 5G, o ministro mostra a desenvoltura de um especialista. "O 5G é o mais recente padrão tecnológico para o serviço móvel. Devido às suas características, que incluem altas taxas de transmissão de dados e baixa latência (tempo de resposta), oferece ampla gama de possibilidades de uso por pessoas e também por máquinas", explica com naturalidade, lembrando que a velocidade de transmissão da tecnologia 5G é 100 vezes superior à da 4G.

"Por meio da difusão de aplicações avançadas de Internet das Coisas (IoT), a tecnologia 5G propiciará a transformação digital de todos os setores produtivos, da agropecuária à indústria, sendo determinante para a trajetória futura o desenvolvimento socioeconômico dos países", observou, enfatizando que o avanço maior ocorrerá nos processos industriais.

"Em 2019 o Brasil tinha 48,5 milhões de pessoas sem internet, isso é maior do que a população da Espanha. Então, a gente quer aproveitar o leilão para quê? Para levar a internet a todos os brasileiros. Não dá, numa hora como essa, numa pandemia como veio, com as pessoas trabalhando e estudando de casa e as pessoas sem internet. Não é inclusão digital, é inclusão social. A internet virou igual água, ninguém vive sem. Então, a gente aproveitou o leilão para que a gente pudesse pegar todos os investimentos necessários para fazer isso", defende.

Segundo o ministro, logo após o leilão, os investimentos em 5G serão feitos em todo lugar. "Até porque a gente pediu que em todas as capitais tenham o 5G 'stand-alone' [sistema autônomo] funcionando até julho de 2022. Isso está na obrigação do leilão. Já no dia seguinte ao leilão, no day after, eles já vão estar correndo para colocar em diversos setores, como o agronegócio", disse. Ao contrário das tecnologias anteriores, a rede 5G exige equipamentos e antenas compactos.

A competitividade e a perspectiva de crescimento sustentável da economia brasileira, assinala Faria, ficam comprometidas pelo fato de o Brasil, ao contrário de outros países, ainda não ter dado a largada na corrida pela implantação das redes 5G. Mais de 50 economias já implantaram a nova tecnologia.

"Vai ser o maior leilão de telecomunicação da história do Brasil", prevê o ministro. A estimativa é que o leilão movimente R\$ 45 bilhões. Deste valor, apenas de 5% a 10% vá para o Tesouro Nacional a título de outorga. O restante será investido

obrigatoriamente pelas empresas na implantação da rede. "É um leilão que vai ser mais de 90% não arrecadatório para que a gente possa eliminar o nosso deserto digital, levar internet para 40 milhões de brasileiros que não têm".

Saiba Mais

Com 3G e 4G, brasileiros enfrentam internet lenta e com turbulências

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Redes e cadeiras de balanço feitas artesanalmente em Minas Gerais.

EMPÓRIO VÓ OLÍVIA

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Essa mesa e cadeira é tudo que você precisa para viagens e passeios

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Dê o primeiro passo para ter a sua casa própria

CONSÓRCIO ITAÚ



COMENTÁRIOS

Audidores fiscais defendem IR sobre ganhos de acionistas

Um trabalhador que ganha entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil ao mês é mais tributado que o empresário com rendimentos mensais de R\$ 352 mil

Por Beatriz Olivon — De Brasília

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Kleber Cabral: grandes acabam fugindo da tributação por causa dos dividendos — Foto: Divulgação

Estudo do Sindifisco Nacional, entidade que representa os auditores fiscais da Receita Federal, mostra que uma pessoa física que ganha entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil por mês é mais tributada que o sócio de uma empresa com rendimentos (pró-labore e dividendos) de 320 salários mínimos por mês, o equivalente a R\$ 352 mil. O cálculo é usado pela entidade para justificar a defesa pela tributação dos dividendos.

O Sindifisco apoia a proposta apresentada pelo governo, o Projeto de Lei nº 2.337, de 2021. Porém, entende que devem ser aplicadas alíquotas progressivas para a tributação dos dividendos - usados como forma de pagamento de pequenos empreendedores e também por profissionais liberais, além de sócios e empresários.

Estudo publicado pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal (Cetad) e citado pelo Sindifisco, indica que cerca de 200 mil médicos

declararam ter recebido em 2018 um total de R\$ 50 bilhões em dividendos. E aproximadamente 100 mil advogados, R\$ 30 bilhões. Todos isentos.

No estudo, a entidade mostra, por meio de exemplo, como se chega à diferença de tributação entre um assalariado e um sócio de uma empresa, de forma legal. Para pagar menos, de acordo com o Sindifisco, um sócio pode declarar que ganha R\$ 1,9 mil por mês como pró-labore, na faixa de rendimento isento do Imposto de Renda, e receber alguns milhões de reais por ano de lucro distribuído pela empresa, também isento.

“É muito comum que um empresário que ganhe milhões de reais por ano não pague um centavo de Imposto de Renda, enquanto um empregado seu que tenha auferido, por exemplo, R\$ 4,7 mil por mês tenha seus rendimentos tributados à alíquota de 27,5%”, afirma o estudo.

Dos 30 milhões de brasileiros que entregaram a declaração do IRPF em 2019, um total de 3,2 milhões indicou ter recebido lucros e dividendos ou rendimentos como titular de microempresa. Naquele ano, um recorde de R\$ 359,15 bilhões foram pagos em dividendos a sócios pessoas físicas de empresas no lucro presumido ou real, e mais de R\$ 120,51 bilhões em rendimentos de sócios de microempresas ou optantes pelo Simples, totalizando R\$ 479,66 bilhões isentos.

Com base nos números da Receita, o Sindifisco indica que a alíquota efetiva de IRPF por faixa de renda total começa a se diferenciar entre assalariados e quem recebe dividendos justamente na faixa de 3 a 5 salários mínimos por mês (R\$ 3,3 mil a R\$ 5,5 mil). Nesse caso, o IRPF é de 2,1% e, no dividendo, 0,5%.

A maior alíquota de quem recebe dividendos é de 5,9%, para ganhos entre 40 e 60 salários mínimos (R\$ 44 mil e R\$ 66 mil). O assalariado, na mesma faixa de renda, paga 21,3% no IRPF. O cálculo leva em conta o contribuinte que recebe parte em rendimento tributável e parte em dividendos isentos. Se fossem apenas dividendos, a alíquota seria zero.

“Os grandes acabam se escondendo da tributação por causa dos dividendos”, afirma Kleber Cabral, presidente do Sindifisco. Ele acrescenta que o assalariado pagar mais do que quem recebe dividendos é uma “injustiça notória”, um tratamento muito diferenciado entre tributação sobre o trabalho e sobre o investimento.

Alessandro Borges, tributarista do Benício Advogados, entende que a proposta do governo se equivoca ao “colocar todo mundo na mesma panela”. De acordo com ele, a diferença de tributação se dá porque quem recebe por dividendos assume o risco do negócio.

Ele considera que a faixa de isenção de até R\$ 20 mil mensais não é razoável. E entende que a alíquota também deveria ser calibrada. “O empresário não é afetado só pelo dividendo. Tem juros sobre capital próprio e outras mudanças de tributação que farão as empresas pagarem mais tributos.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

Bolsa Família vai ampliar valor e público

De olho em 2022, Bolsonaro quer manutenção do benefício para quem conseguir emprego formal

Por Edna Simão, Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro — De Brasília

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

De olho na reeleição em 2022, o presidente Jair Bolsonaro pretende permitir que quem recebe Bolsa Família mantenha metade do benefício mesmo após conseguir um emprego com carteira assinada. Além disso, caso seja demitido, poderá retomar o valor integral sem precisar entrar novamente na fila do programa, que hoje é de 1,1 milhão de pessoas. Outro ponto em discussão no governo é a possibilidade de permitir que o beneficiário comprometa até 30% de seu auxílio com crédito consignado.

As medidas estão sendo discutidas entre técnicos dos ministérios da Economia, da Cidadania e da Casa Civil. Bolsonaro quer reformular totalmente o programa e renomeá-lo a tempo de entrar no período eleitoral já tendo uma marca social bem definida para o seu governo. No momento, as mudanças no programa ainda ajudariam a melhorar a popularidade de Bolsonaro e a amenizar o desgaste causado pela CPI da Covid-19 devido, principalmente à suspeita de irregularidades na compra de vacinas.

Também será mudado o nome Bolsa Família, criado no governo do ex-presidente Lula, principal rival de Bolsonaro no pleito do ano que vem. O novo nome ainda está em discussão, mas Renda Brasil e Renda Cidadã continuam no páreo. Para que estejam em vigor em 2022, as mudanças precisam ser aprovadas pelo Congresso até o fim deste ano. Assim, uma medida provisória com as alterações deverá ser editada até a volta do recesso parlamentar, em agosto.

Segundo fontes do governo, a continuidade dos pagamentos a quem consegue um emprego será temporária. O objetivo é ajudar na saída gradual do Bolsa Família e evitar situações em que a pessoa consiga um trabalho, mas não queira ser registrada para não perder o benefício social.

Para turbinar o programa em período eleitoral, o governo vai ampliar seu orçamento dos cerca de R\$ 44 bilhões reservados para este ano para R\$ 53 bilhões em 2022. Isso vai possibilitar um aumento do valor do benefício de R\$ 190 para algo entre R\$ 270 e R\$ 300. “Nas equações, ninguém vai receber menos do que recebe hoje”, disse um interlocutor do alto escalão do governo. Não está claro como será feito o remanejamento de recursos para garantir o reforço orçamentário.

Com mais recursos, também será ampliado o número de atendidos, que saltará de 14,7 milhões para cerca de 17 milhões. O novo programa visa ainda ajudar a zerar até o fim de 2022 a fila de pessoas que estão aguardando para ser integradas ao programa. Essa não é a primeira vitrine do governo petista que foi alterada. O programa habitacional Minha Casa Minha Vida foi alterado e ganhou o nome de Casa Verde Amarela.

A ideia de pagar a metade do benefício para a pessoa do Bolsa Família que encontrar emprego formal tem como base o auxílio-inclusão. Esse programa, que começa a vigorar a partir de outubro, possibilita que as pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ganhem meio salário mínimo caso se inseriram ao mercado de trabalho. No caso de perda de emprego ou renda, ela volta automaticamente para o BPC. “O governo quer trazer para o Bolsa Família o auxílio-inclusão do BPC”, afirmou o interlocutor do governo.

Diante da restrição fiscal, ainda será definido por quanto tempo seria pago a metade do valor do benefício social para o integrante do Bolsa Família que encontrar um emprego formal.

Um dos pontos que ainda estão sendo discutidos é a possibilidade de comprometimento do benefício com crédito consignado. O governo está fazendo um estudo para avaliar o endividamento dos beneficiários do Bolsa Família.

Dados preliminares mostram, no entanto, que um patamar bastante elevado estariam nas mãos de agiota. A percepção é de que o crédito consignado, que tem taxas menores, poderia contribuir para mudar esse cenário. Ainda não foi batido o martelo sobre o assunto devido ao temor de aumento do endividamento.

Pelas análises até o momento a taxa de juros para o beneficiário do Bolsa Família não ultrapassaria a marca de 1,2% ao mês. A expectativa é que com a competição entre os bancos essa taxa possa ser ainda menor. Porém, é fato que a Caixa Econômica Federal, que já paga o Bolsa Família, pode concentrar o serviço. Se a

proposta prosperar, também será oferecida educação financeira para os beneficiários.

O Bolsa Família reestruturado deve agregar outros programas sociais do governo como o Programa Primeira Infância e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No caso do PAA, deve ganhar o nome de Alimenta Brasil.

Também deve ser criada linha de microcrédito para as famílias da área urbana para ajudar na abertura de um pequeno negócio ou ampliar alguma atividade existente. No caso das famílias rurais, será uma operação complementar ao PAA dando condições para a família começar a produzir.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Beba 12 gotas pela manhã e veja sua gordura queimar descontroladamente!

LIPOFINAX

LINK PATROCINADO

Cabe no porta-mala: Mesa dobrável com banco por R\$99

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em fevereiro

MERCEDES-BENZ VANS

 **COMENTÁRIOS**

Com alta, teto de gasto avança para R\$ 1,6 tri em 2022

Questão agora será o comportamento da inflação no segundo semestre, que vai determinar o espaço líquido para a expansão de despesas de livre escolha do governo

Por Fabio Graner — De Brasília

09/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Com a alta de 8,35% no IPCA em 12 meses até junho divulgada ontem pelo IBGE, o limite de despesas do teto de gastos do ano que vem subirá para R\$ 1,610 trilhão. O número foi calculado pelo **Valor**, mas confirmado com fonte da área econômica. Neste ano, o teto de gastos está em R\$ 1,486 trilhão.

Dessa forma, a expansão de despesas autorizada para o próximo ano vai ser de R\$ 124 bilhões, mas a maior parte disso tende a ser consumida por despesas

obrigatórias. O valor do teto será confirmado no envio do projeto de lei orçamentária, que tem que ser feito até 31 de agosto.

A questão agora será o comportamento da inflação no segundo semestre, que vai determinar o espaço líquido para a expansão de despesas de livre escolha do governo, as chamadas discricionárias. É que os índices de preços, principalmente o INPC (que mede melhor a inflação da baixa renda), corrigem uma série de despesas obrigatórias, como aposentadorias e BPC.

Se eles desacelerarem, liberam espaço para o governo gastar mais livremente com programas que tenham maior interesse político, especialmente para um ano de eleições, como em investimentos de infraestrutura e o reforço no valor do benefício e no alcance do programa Bolsa Família, que está em fase final de preparação e cujo orçamento deve subir cerca de R\$ 20 bilhões em relação ao previsto para 2021.

Entrou no radar do governo até a possibilidade de eventualmente elevar salários de servidores públicos, que estão congelados há alguns anos, embora essa hipótese seja tecnicamente indesejada na área econômica por elevar um gasto obrigatório, reduzindo no futuro o espaço para outras despesas, e com pouco efeito multiplicador (aquele que gera crescimento adicional) no nível de atividade econômica.

Mas o espaço livre é uma incógnita que não estará resolvida até o envio do Orçamento de 2022, em agosto. Cálculos da equipe econômica apontavam que a diferença entre a inflação de agora em 12 meses abriria um espaço líquido entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões, números que já podem estar menores com a piora do quadro inflacionário à frente.

No time do ministro Paulo Guedes fontes explicam que a leitura é de que essa folga tem grande chance mesmo de acabar ficando menor. O cenário de inflação pressionada incomoda e há temor de que as ações no setor elétrico em decorrência da crise hídrica mantenham os índices mais altos do que originalmente projetados, reduzindo esse espaço para novos gastos.

Recentemente, o ex-secretário do Tesouro e economista-chefe do BTG, Mansueto Almeida, calculou em R\$ 31,1 bilhões, número que foi visto no Ministério da Economia como o mais próximo da realidade entre as projeções do mercado. Mansueto disse ao **Valor** que a piora no cenário prospectivo de preços já fez essa estimativa cair para cerca de R\$ 23 bilhões. Ele trabalha com um IPCA de 6,7% no fim do ano.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, aponta que no ano que vem deve haver um espaço relevante para elevar gastos, mas há risco de o governo ir longe demais na ampliação de despesas.

“Como a IFI já previa, o aumento do teto será expressivo no ano que vem. Mas as despesas também crescerão, sendo influenciadas pela inflação do fim de 2021. Mesmo assim, haverá folga no teto do ano que vem. O que importa não é o crescimento nominal do teto, mas a diferença entre esse aumento e a alta projetada para as despesas”, afirmou ao **Valor**. “Mesmo com inflação alta no fim deste ano, a folga será relevante. O risco é o governo contar com o ovo antes mesmo de a galinha botar. Já se planeja gastar por conta”, criticou o economista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

Comitê mostra perda de patrimônio em fundos constitucionais

Avaliação encontra redução de R\$ 78,3 bilhões em 15 anos

Por Fabio Graner — De Brasília

09/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Nos últimos 15 anos, houve uma redução significativa, em termos reais, no patrimônio dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), segundo avaliação do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP). O material obtido pelo **Valor** e que está prestes a ser publicado mostra que, no fim de 2019, o patrimônio dos três era de R\$ 153,6 bilhões, mas considerando atualização pelo IPCA dos valores em 15 anos, além de transferências pelo Tesouro, o patrimônio era para estar em R\$ 231,9 bilhões. Ou seja, houve perda patrimonial de R\$ 78,3 bilhões.

Segundo o relatório, a sustentabilidade financeira dos fundos é impactada negativamente pelo desequilíbrio entre suas receitas - os encargos cobrados dos tomadores de crédito - e despesas como taxa de administração, del credere (que é um pagamento para o intermediário dar garantia na operação), bônus de adimplência e renúncias de renegociação.

O documento foi produzido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sob supervisão da Secretaria de Avaliação, Energia e Loterias (Secap) do Ministério da Economia. O texto sugere medidas para redução desses custos por parte do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que gerencia esses fundos, e da própria Economia, que tem responsabilidade em algumas regras de operacionalização deles.

Uma das propostas é estabelecer um teto mais baixo para a cobrança do del credere, que representou em média 31% das despesas por exemplo do FNE, embora não entre em valores. “[O MDR e o Ministério da Economia devem] redefinir o teto de pagamento do del credere pelos FCF com previsão de regulamentação mediante instrumento infralegal que assegure a consistência entre os valores pagos e os riscos assumidos pelas instituições financeiras na operação das respectivas carteiras de crédito, considerando o perfil de risco decorrente das programações financeiras, as metas de adimplência previstas e, se for o caso, a incidência dos tributos sobre os valores recebidos e os respectivos custos de capital”, aponta o texto.

Titular da Secap, Gustavo Guimarães destacou ao **Valor** que o objetivo da avaliação foi verificar a sustentabilidade financeira desses fundos, que recebem recursos de tributos como Imposto de Renda e IPI.

Ele destacou que o estudo revela pontos de atenção importantes na questão dos fundos constitucionais avaliados pelo CMAP. Segundo ele, problemas como a calibragem errada das taxas envolvidas “acabam por transferir parte dos recursos que poderiam ir para a própria política pública para as instituições financeiras [que operam os fundos]”.

Em resposta aos avaliadores, o MDR disse que vai submeter ao CMN proposta com o objetivo de estabelecer novos percentuais de del credere a ser deduzido dos encargos pactuados nas operações de crédito com recursos dos FCF, levando em consideração outros fatores da operação. A ideia é que uma medida provisória defina novas regras para isso, bem como deixe claro que o risco dessas operações deveria ser assumido integralmente por essas instituições.

A pasta comandada por Rogério Marinho também informou que estão sendo realizados estudos para uma proposta de corte nas taxas de administração e de bônus de adimplência, que também estão pesando nas contas dos fundos, o que demanda também alteração legal. “Outro item proposto ao ME seria (...) no sentido de reduzir já para o segundo semestre de 2021 a taxa de administração devida aos bancos administradores de 2,1% ao ano a 0,5% anual. Isso porque observou-se que a redução incluída pela Lei nº 13.682/2018, prevista para ocorrer até 2023, não tem representado redução de despesas para os fundos se comparada com o valor apurado no exercício anterior”, destaca.

O MDR também sugere no relatório a regulamentação de uma taxa por performance, “que poderia se mostrar bem mais interessante do que um fator que leve em consideração somente a adimplência observada nos FCF”. O ministério também quer aumentar remuneração dos fundos quando os recursos não estiverem emprestados, corrigindo pela taxa Selic, e não pela do chamado extra-mercado, igual a 95% da Selic.

O relatório de avaliação também constata problemas na distribuição geográfica dos recursos. “As alocações dos recursos do FCF no período 2007-2017 favoreceram as

microrregiões classificadas como alta renda e estagnadas, em detrimento das áreas dinâmicas e de baixa renda”, diz o documento apontando ainda alta concentração de volumes de financiamento em poucas microrregiões e falta de correlação significativa entre montantes anuais de empréstimos e os indicadores de desempenho.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em fevereiro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Essa mesa e cadeira é tudo que você precisa para viagens e passeios

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Conheça o holofote solar que tem deixado as companhias elétricas preocupadas

WWW.IZILIFE.COM.BR

Conteúdo Publicitário

Novo Ford Maverick perde V8, mas tem motor híbrido e caçamba para brigar com Fiat Toro

UM SÓ PLANETA

Carro da JAC feito com a Volkswagen será o elétrico mais barato do Brasil

UM SÓ PLANETA



Por Claudia Safatle

Trabalhou na Gazeta Mercantil por 18 anos, foi repórter espe... ver mais

Governo considera retirar o PL do IR

Arminio Fraga defende os juros sobre o capital próprio que, na sua visão, é um instrumento que induz a redução da dívida

09/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O governo considera a possibilidade de retirar da Câmara o projeto de lei 2.337/2021 da reforma do Imposto de Renda e enviar um outro, depois de consultar os setores mais importantes da economia. A rejeição ao projeto é enorme, e o temor é de que ela seja crescente. Ontem houve um primeiro encontro do ministro da Economia, Paulo Guedes, com os dirigentes das incorporadoras imobiliárias, setor que é um dos mais afetados pelo projeto.

A proposta de mudanças no Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas foi elaborada pela equipe da Receita Federal que, como resumiu um graduado assessor do ministro da Economia, “fica à espera da oportunidade de tirar das gavetas as maldades que eles têm urdidas contra o contribuinte”.

I Isenção de fundos fechados “tem que acabar”, diz Arminio

Guedes, pressionado inclusive pelo Legislativo a apresentar uma proposta de reforma, confiou-a a técnicos do fisco. “O Paulo é uma pessoa que olha a floresta, mas não enxerga a árvore”, definiu um assessor próximo ao ministro. Ele viu que tinha a tributação de dividendos e a redução da alíquota do IRPJ e considerou que estava bem. Conservadores por ofício, os técnicos da Receita têm que pensar na arrecadação de impostos para financiar o Estado. O resultado foi um pacote com 68 artigos capaz de desorganizar a produção em um momento que o país precisa de mais investimentos. “Erramos e temos que consertar esse erro. Primeiro vamos ter que ouvir interlocutores que nos tragam o contraditório”, comentou o assessor.

Arminio Fraga, que tem defendido o aumento da tributação sobre os ricos como uma maneira de reduzir as desigualdades monumentais que o país carrega, vê um aspecto que deveria ser preservado no pacote do IR na medida em que ele aumenta a carga dos mais ricos para distribuir aos mais pobres, mas vê, também, imperfeições técnicas, erros na calibragem e na coordenação do IRPJ e do IRPF, assim como dos investimentos financeiros.

Na discussão do imposto sobre as empresas e a tributação dos dividendos há bitributação. “Não é correto dizer que o capital é isento, se ele é taxado na empresa”, assinala. Arminio não é contra tributar dividendos desde que seja de uma maneira integrada à taxaço da empresa. É preciso que ele guarde coerência com o imposto sobre ganho de capital e com o Imposto de Renda, advoga.

O projeto de lei institui alíquota de 20% sobre lucros e dividendos recebidos de participação societária em empresas, com uma isenção para até R\$ 20 mil por mês para micro e pequenos negócios. A empresa vale os dividendos que ela vai distribuir ao longo da vida, o valor presente do fluxo que ela gera. Se você aplica uma alíquota de 20% de Imposto de Renda, a empresa valerá 20% menos, lembra Arminio. A proposta eleva a alíquota de 34% de tributos sobre a renda da pessoa jurídica, sendo 25% de IRPJ mais 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), para uma alíquota composta de 43,2% com a adição da tributação de dividendos, em uma empresa no regime de lucro real.

“É muito complicado você entrar em uma reforma desse porte sem ter claros os princípios que a norteiam”, diz. Para ele, rendas semelhantes devem ter tributação igual. Deve-se corrigir a tributação da renda e do capital, hoje regressivas, para progressivas.

“Sou a favor de acabar com os regimes especiais de tributação, mas os dividendos não são o maior problema. Eles esqueceram de acabar com o lucro presumido, que tem um subsídio bem relevante para empresas com faturamento de até R\$ 70 milhões, e essas empresas, com uma margem alta, a exemplo dos grandes escritórios, pagam uma mixaria de impostos”, disse ele. “Acho que fazer a tributação só na empresa é melhor. Taxar os dividendos não é tão bom e configura uma bitributação”, indica. Ele concorda com a tributação dos fundos de investimento fechados - “essa é uma moleza que tem que acabar”, diz - e defende a extinção dos regimes especiais “tanto das empresas quanto dos dividendos e dos investimentos financeiros”. A rigor, Arminio deixaria um único regime especial temporário para empresas novas.

Ele também não acabaria com a figura dos juros sobre capital próprio. “Sou fã dos juros sobre capital próprio, porque tende a reduzir o endividamento, e é motivo de inveja de muitos países.”

A reação de cerca de 120 entidades de classe empresarial, divulgada na quarta-feira, foi dura. Ela diz que “é inaceitável que, sob a intenção de melhorias no sistema tributário, se promova uma reforma que onere ainda mais quem investe em atividades econômicas, puna de forma desequilibrada os profissionais liberais, desorganize as estruturas empresariais e afugente o capital financeiro”.

Sobre a queixa dos empresários em relação à pesada carga tributária que incide sobre os seus negócios, aí a discussão é outra e tem a ver com o tamanho do Estado no Brasil e sobre o que ele deve entregar à população. O texto do ofício assinado pelas entidades empresariais e enviado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diz que é necessário realizar urgentemente uma reforma administrativa que permita uma inflexão no aumento de gastos do Estado.

Enfim, há muitos aspectos a serem corrigidos no projeto de lei. O fato é que a proposta não está discutida e o próprio ministro da Economia reconheceu que há erros no PL 2.337/21.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Junte tudo em uma tela só. Sua SmartTV com multitela

SAMSUNG

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

IPCA sobe menos, mas núcleos da inflação permanecem pressionados

Para analistas, indicador ainda não dá sinais de arrefecimento

Por Anaïs Fernandes e Lucianne Carneiro — De São Paulo e do Rio

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Apesar da desaceleração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) em junho, os núcleos de inflação seguem pressionados, os serviços avançam e o quadro tende a ser desfavorável no curto prazo, com preços mais elevados de energia, combustíveis e alimentos em julho.

A inflação oficial brasileira passou de 0,83% em maio para 0,53% em junho, divulgou ontem o IBGE. A taxa ficou abaixo da mediana das projeções colhidas pelo Valor Data, de 0,59%. Em 12 meses, o indicador acelerou de 8,06% até maio para 8,35% em junho, o resultado mais elevado desde setembro de 2016 (8,48%). O índice está muito acima do teto da banda de tolerância da meta de inflação para o ano, que é de 3,75%, com possibilidade de 1,5 ponto para mais ou para menos.

A maior contribuição altista em junho veio do grupo habitação, que subiu 1,1%. A alta foi menor do que em maio, principalmente pela desaceleração da energia elétrica (1,95%, contra 5,37%). Ainda assim, a energia representou o maior impacto individual no IPCA do mês, com a passagem da bandeira tarifária vermelha um para dois. Em julho, a energia deve voltar a acelerar, porque o valor da cobrança extra foi reajustado em 52%. A LCA Consultores projeta alta de 5,43% no preço da energia elétrica residencial em julho.

A situação é parecida com os combustíveis. A inflação no grupo de transportes passou de 1,15% em maio para 0,41% em junho, contribuindo para a surpresa baixista do IPCA no mês. Houve desaceleração nos preços da gasolina (2,87% para 0,69%), etanol (12,92% para 2,14%) e diesel (4,61% para 1,1%). Ainda assim, transporte teve o segundo maior impacto entre os grupos, empatado com alimentação e bebidas, que avançou 0,43%.

Em julho, ambos os grupos devem ficar mais pressionados. No caso dos transportes, a LCA captou um aumento de 17,5% nas passagens aéreas. Além disso, a gasolina e o diesel devem subir, ainda que moderadamente - 1,8% e 1,5%, na ordem, segundo a LCA -, ao incorporar os aumentos anunciados pela Petrobras nesta semana. Assim, o grupo de transportes avançaria 1,09% em julho, enquanto alimentação e bebidas ganharia 0,48%. Alimentos "in natura" como frutas e hortaliças costumam ser prejudicados pelo clima mais frio. A LCA prevê um IPCA de 0,73% em julho.

Como as surpresas temporárias de junho vieram desses itens que não estão nos núcleos (medidas que tentam suavizar o efeito de preços mais voláteis), a avaliação é que a inflação continua com uma cara ruim. A média dos cinco principais núcleos acompanhados pelo Banco Central oscilou de 0,55% em maio para 0,53% em junho, de acordo com a MCM Consultores. No acumulado em 12 meses, porém, passou de 4,56% para 5%.

“Mesmo quando surge um número abaixo do esperado no mês, não é uma notícia tão boa”, afirma Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco. Ela destaca que a inflação de bens industriais subjacentes acelerou, em 12 meses, de 5,7% em maio para 6,7% em junho. Na série anualizada e dessazonalizada, roda perto de 9%. O Itaú projeta IPCA entre 0,8% e 0,9% em julho. “Um alívio nos núcleos deve ficar para o último trimestre do ano”, diz Julia.

Economistas destacam também a inflação de serviços, que saiu de queda de 0,15% em maio para alta de 0,23% em junho. Em 12 meses, foi de 1,74% para 2,24%. Considerando os serviços subjacentes - medida que exclui itens como cursos e turismo e concentra aqueles mais sujeitos ao ciclo econômico -, houve aceleração de 0,32% em maio para 0,44% em junho, com o acumulado em 12 meses indo de 3,54% a 3,89%, segundo a MCM.

Para Roberto Secemski, economista-chefe para o Brasil do Barclays e que acertou a previsão para o IPCA de junho, a alta nos serviços subjacentes sugere “pouco a nenhum espaço” para absorver novas pressões que possam vir da reabertura da economia, conforme a vacinação avance.

Entre os itens que chamaram a atenção pela alta nos serviços subjacentes, João Leal, economista da Rio Bravo, destaca aluguel de veículo, cafezinho, mudança, depilação, manicure e conserto de bicicleta e de refrigerador. “São sinais de reabertura e retomada de demanda”, aponta. “E essa aceleração está só começando, já que ainda temos limites para o funcionamento das atividades”, afirma Leal, estimando 0,80% no IPCA de julho.

Para André Almeida, técnico do IBGE, contudo, ainda não é possível afirmar que há pressão de demanda no índice. “O acumulado em 12 meses da inflação de serviços ainda está bem abaixo do IPCA geral”, pondera.

Antes de a inflação começar a melhorar, ela vai piorar, adianta Fábio Romão, da LCA. No acumulado em 12 meses, ele projeta 8,75% em julho e 8,77% em agosto, perdendo força a partir de setembro, com 8,35% (valor de junho), e indo abaixo de 8% de outubro em diante, até encerrar 2021 em 6,4%. “A gente vê desacelerando um pouquinho até o fim do ano, mas fecha com uma pressão ainda muito

significativa”, diz Andrea Damico, economista-chefe da Armor Capital, que prevê alta de 7% no IPCA deste ano.

Algumas casas aproveitaram a divulgação de ontem para revisar suas estimativas de IPCA em 2021. Citando crescimento da atividade e preços mais altos do petróleo, o Itaú ajustou de 5,5% para 6,1%. Já o J.P. Morgan elevou de 6,1% para 6,5%. Embora algumas pressões sejam temporárias, incluindo a normalização dos serviços, “elas duraram mais do que o previsto”, avaliam os economistas Cassiana Fernandez e Vinicius Moreira.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em fevereiro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador

ACTIVEGPS+

LINK PATROCINADO

Conheça o holofote solar que tem deixado as companhias elétricas preocupadas

WWW.IZILIFE.COM.BR



COMENTÁRIOS

Ministro sinaliza regra de transição para JCP e taxaço de dividendos

A empresários Guedes diz ainda estar disposto a negociar redu o de medidas que fecham o cerco a planejamentos tributários

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto — De Brasília

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou ontem em reunião/almoço com empresários que vai estudar a possibilidade de estabelecer regras de transi o para algumas medidas da reforma tributária, como o fim da dedutibilidade do Juros sobre Capital Próprio (JCP) e a taxaço de dividendos, apurou o **Valor**. E que também está disposto a negociar uma redu o de medidas que fecham o cerco a planejamentos tributários que não seriam centrais ao texto.

Guedes, de acordo com relatos de participantes, disse que vai avaliar sugestões como um processo de redução parcial da dedutibilidade do JCP no início do processo, apresentada pelos bancos, bem como a possibilidade de subida mais cautelosa na taxa a ser criada para os dividendos -por exemplo cobrando inicialmente 15% e depois 20%. O ministro defende enfaticamente os 20%, que é o piso praticado por países na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Guedes deixou claro também, segundo relato de participantes da reunião, que pretende ousar na redução de alíquotas do IRPJ/CSLL, mas pediu apoio no combate aos subsídios como o Reiq (indústria química). No encontro, os empresários apontaram que há problemas graves de calibragem na proposta, ainda que não se oponham diretamente à tese central de reduzir a tributação de IRPJ/CSLL e taxar os dividendos das pessoas físicas.

Representares do setor privado também ponderaram ao ministro que há exagero de medidas do interesse da Receita, que teria aproveitado o projeto para tentar fechar brechas de planejamento tributário e retomar outras medidas que aumentariam custos e complexidade do sistema tributário.

Participantes do encontro ouvidos pelo **Valor** destacaram que Guedes se mostrou muito aberto ao diálogo, abrindo o canal do ministério inclusive para que problemas setoriais da reforma fossem levados à análise dos técnicos e para as negociações com o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Um dos pontos críticos levantados é sobre a distribuição de dividendos entre empresas e as novas regras para tributação de holdings de shoppings e sociedades de propósito específico (SPE).

Guedes enfatizou no encontro que não aceitará aumento de carga, quer reduzir ao máximo o IRPJ e afirmou que o país está diante de uma oportunidade rara de se avançar em tema tão importante.

Apesar disso, as resistências do setor privado já ecoam mais claramente no Congresso. Nove partidos que costumam votar a favor da agenda econômica de Bolsonaro, mas articulam candidaturas alternativas à Presidência em 2022, divulgaram ontem nota conjunta contra a proposta do governo.

“Os setores produtivos e a classe trabalhadora do Brasil não suportam uma proposta que aumenta a carga tributária, penaliza os investimentos e atrapalha a geração de empregos e renda”, afirma nota assinada pelos presidentes do PSL, PSDB, MDB, DEM, Solidariedade, Podemos, Novo, Cidadania e PV. Na Câmara, esses partidos somam 190 deputados - um deles, inclusive, é o relator Celso Sabino. Com a oposição, que conta com mais 130 deputados, haveria maioria folgada para derrotar a proposta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador

ACTIVEGPS+

Mudança em dividendos pode estimular ‘pejotização’ e reorganizações societárias

Tributarista Tathiane Piscitelli defende a incidência de Imposto de Renda, mas critica a proposta do governo federal

Por Laura Ignacio — De São Paulo

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Tathiane Piscitelli: forma de implementação da medida precisa ser debatida — Foto: Claudio Belli/Valor

Professora de direito tributário e finanças públicas da Escola de Direito de São Paulo da FGV, Tathiane Piscitelli é favorável ao Imposto de Renda sobre dividendos. Defende que a tributação mais pesada das camadas mais ricas da sociedade é uma demanda constitucional. Mas, do modo como foi proposta pelo governo federal, segundo ela, poderá estimular o que se buscava combater: pejetização e reorganizações societárias com o único fim de reduzir a carga tributária.

“A forma de implementação dessa medida precisa ser debatida”, diz. Pelo Projeto de Lei nº 2.337, apresentado pelo governo federal, haverá alíquota de 20% sobre os

dividendos. A isenção ficaria limitada a R\$ 20 mil por mês.

Em entrevista ao **Valor**, Tathiane destaca ainda outro problema, que afetará a classe média: a limitação do desconto simplificado do IRPF. Segundo a proposta do governo, a alíquota de 20% só poderá ser aplicada por quem ganha até R\$ 40 mil por ano. Para ela, o aumento da faixa de isenção para renda de R\$ 2,5 mil não deverá compensar essa mudança.

“Seria fundamental que houvesse melhor comunicação, por parte do governo federal, dos impactos concretos de todas as alterações propostas”, diz a tributarista. A seguir, os principais pontos da entrevista:

Valor: *Essa segunda fase da reforma tributária acaba tributando “mais a nós mesmos e menos os mais pobres”, como disse o ministro da Economia, Paulo Guedes?*

Tathiane Piscitelli: De início, é importante dizer que a tributação mais pesada das camadas mais ricas da sociedade é uma demanda constitucional. Atualmente, no entanto, o sistema tributário brasileiro faz o oposto disso: concentra a tributação no consumo, que é inerentemente regressiva, e tributa pouco renda e patrimônio. Uma proposta de reforma tributária deveria, então, enfrentar todos esses pontos e, portanto, reavaliar todas as bases tributárias. Da perspectiva da renda, ainda que o projeto preveja a tributação de dividendos, demanda antiga que, de fato, melhora as

características distributivas da tributação nacional, há problemas nas alterações propostas para as pessoas físicas, especialmente para a camada da população que deixará de se beneficiar do desconto simplificado do Imposto de Renda.

Valor: *A limitação do uso da declaração simplificada do IRPF prejudicará a classe média?*

Tathiane: Sim. Com a limitação do desconto para os rendimentos tributáveis até o limite de R\$ 40 mil, contribuintes que não possuam despesas dedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda terão um aumento de tributação significativo. A medida impacta diretamente a classe média e a classe média baixa: contribuintes sem despesas com saúde, educação ou dependentes (porque, por exemplo, se valem da rede pública) serão significativamente mais tributados.

Valor: *O aumento da faixa de isenção do IRPF não compensaria essa medida?*

Tathiane: Não compensará. Em verdade, mês a mês, o assalariado irá notar um acréscimo no valor líquido de sua remuneração, mas, no momento da entrega da declaração anual, aqueles que ganham mais de R\$ 40 mil e não possuem deduções a realizar experimentarão aumento significativo na tributação. A criação de um regime que obriga o contribuinte a declarar no modelo completo, haja vista seu nível de renda, sem a possibilidade de dedução de despesas, contraria, a meu ver, o conceito constitucional de renda e a base de cálculo possível do imposto.

Valor: *Deveria ser ampliada essa faixa de isenção?*

Tathiane: Sim. A tabela do IRPF não sofre correção desde 2015 e a que foi proposta é inferior às perdas inflacionárias. Segundo o sindicato dos auditores fiscais [Sindifisco], para suprir a defasagem atual, a isenção deveria ser de, ao menos, R\$ 4 mil. É evidente que a faixa de R\$ 2,5 mil beneficia um número importante de pessoas. O governo federal fala em 16,3 milhões. Isso, por si só, já revela medida importante de justiça tributária, mas, combinada com outros pontos, como a limitação do desconto simplificado, o impacto da correção da tabela pode ficar mitigado para quem está fora do limite da isenção.

Valor: *O IR sobre dividendos e a tributação mais alta dos fundos exclusivos e holdings é uma forma de se fazer justiça social?*

Tathiane: A ausência da tributação de dividendos é uma distorção relevante do nosso sistema tributário que precisa ser corrigida, pois resulta na regressividade da tributação da pessoa física, já que as altas rendas são pouco tributadas. Contudo, a forma de implementação dessa medida precisa ser debatida. No projeto do governo, prevê-se isenção dos dividendos distribuídos por microempresas e empresas de pequeno porte até o limite de R\$ 20 mil por mês. A medida pode estimular um dos efeitos que se pretende combater, que é a pejetização e reorganizações societárias com o único fim de reduzir a carga tributária.

Valor: *Sem mexer na tributação do consumo, se a reforma do IR ficar como está, reduz o peso do sistema regressivo sobre os mais pobres?*

Tathiane: Alterações na tributação do consumo são necessárias para mitigar a regressividade do sistema tributário nacional como um todo. Atualmente, essa regressividade é potencializada pela inadequada tributação da renda das pessoas físicas, que decorre tanto da ausência de correção da tabela do Imposto de Renda quanto da baixa tributação das altas rendas. Alterações no consumo seriam bem-vindas para reduzir a complexidade dessa tributação, sem perder de vista a necessidade de assegurar a menor tributação a bens essenciais, ao lado de políticas de transferência direta de renda.

Valor: *Qual sua opinião sobre a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)?*

Tathiane: A CBS tem muitos problemas que precisam ser enfrentados no Legislativo. A delimitação dos créditos é um deles, ao lado da identificação precisa do fato gerador da contribuição - nos termos do PL 3887/2020. Tal limitação coloca em xeque a não cumulatividade ampla defendida pelo projeto. Além disso, haverá aumento significativo da carga sobre o setor de serviços, muito penalizado pela pandemia.

Valor: *É possível que a proposta de reforma do governo aumente a desigualdade social?*

Tathiane: É difícil afirmar categoricamente que sim, mas posso dizer que discussões que envolvem alterações tributárias devem ser feitas do modo mais transparente possível, com a identificação, pelos agentes dessa mudança, de quem são os afetados pelas novas regras. Afinal, a tributação distribui ônus e bônus entre cidadãos e empresas e todos devem ter clareza de quem serão os ganhadores e perdedores.

Valor: *A desigualdade de gênero foi negligenciada pelo governo?*

Tathiane: Sim, não há qualquer consideração nesse sentido. Aliás, seria importante que o governo considerasse a hipótese de a limitação do desconto simplificado inserir elemento de discriminação implícita na tributação da renda das mulheres, especialmente aquelas com filhos. As mulheres ganham, em média, 77,7% do salário de um homem e as deduções concentram-se, via de regra, na declaração do homem.

Valor: *Quais mudanças podem ser feitas no Congresso?*

Tathiane: A manutenção da tributação de dividendos, ainda que com eventuais ajustes, seria medida importante de realização de justiça tributária. De outro lado, a eliminação da proposta que limita o uso do desconto simplificado mostra-se fundamental. Mais adequado seria, nesse caso, limitar a dedução das despesas com saúde. Nesse aspecto, a correção da tabela do IRPF também poderia ser mais considerável, mas há, naturalmente, restrições orçamentárias. Outra medida possível seria a criação de uma alíquota adicional para as rendas mais altas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

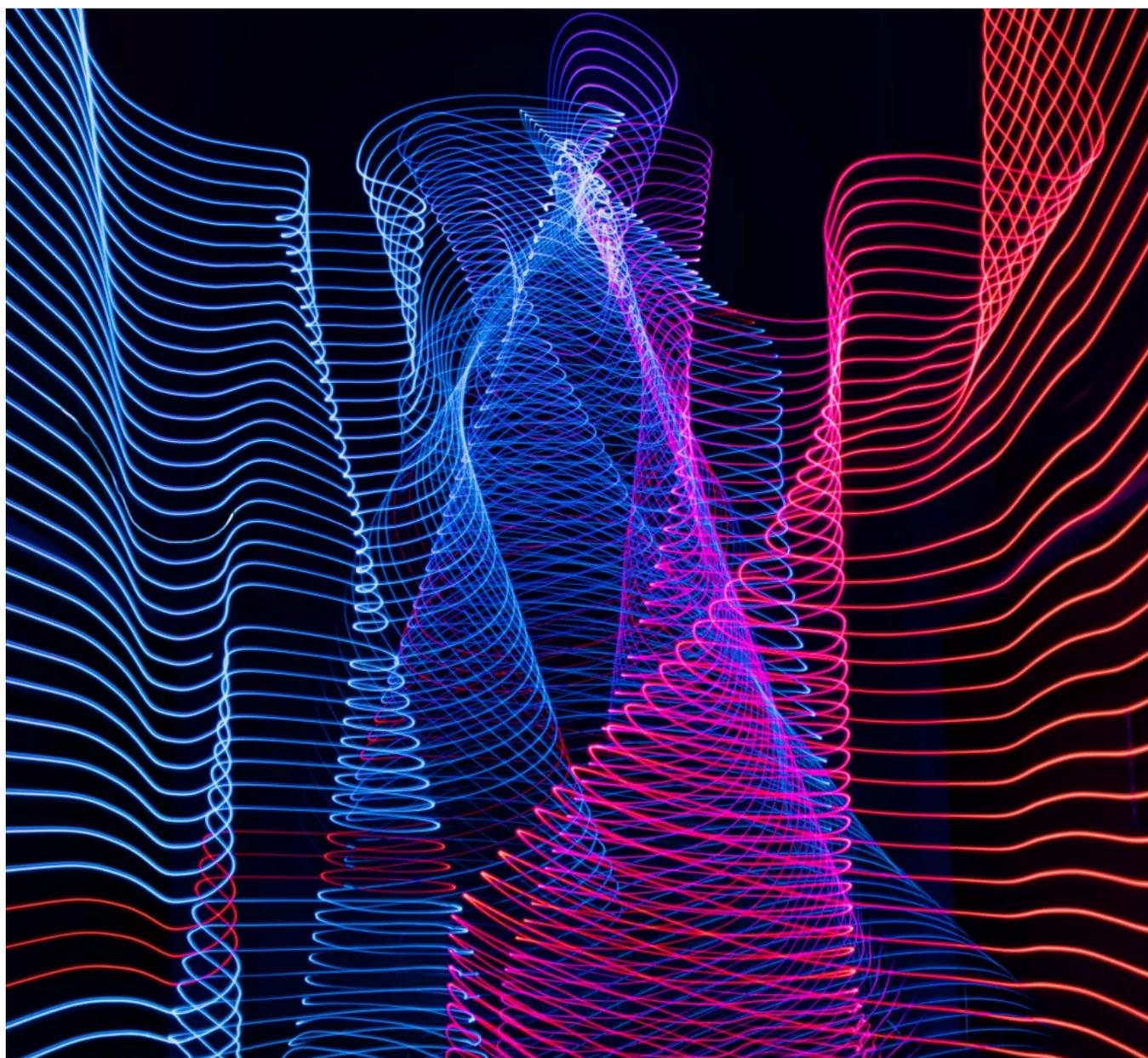
DUBAI STORE

O imposto de renda e os desafios no mundo digital

O mundo mudou e hoje a riqueza pertence a quem tem um grande volume de dados

Por Angelo Ambrizzi

09/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



O G-7, que reúne representantes dos governos da Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Canadá, Japão e Estados Unidos, reacendeu as discussões sobre a reforma tributária global, que pretende tributar o lucro das empresas multinacionais com alíquota mínima de 15%. O projeto ainda será submetido ao G-20, mas tem grandes chances de aprovação.

O fato nos faz lembrar as três grandes revoluções econômicas pelas quais o mundo passou. Entre os séculos XV e XVII, a riqueza era de quem detinha terras. Não à toa, a Europa protagonizou a era das expedições, buscando novos territórios para explorar. Já no século XVIII, entramos na era da revolução industrial, onde a riqueza passou para as mãos dos detentores dos meios produtivos. O foco era a produção de manufaturados em larga escala.

Um modelo é a tributação compartilhada, ficando a maior parte no endereço do prestador, que é onde a riqueza está sendo gerada

No entanto, no século XXI vivemos uma nova realidade. Hoje, a riqueza pertence a quem tem um grande volume de dados. É quem coleta, processa e os manipula que

detém o poder. Logo, a proposta de tributação global muito preocupa as gigantes da tecnologia, que costumam se aproveitar de paraísos fiscais.

Hoje, as BigTechs, basicamente, concentram os lucros de todas as suas unidades de negócios espalhadas pelo mundo em países com baixa ou nenhuma tributação, como Suíça, Luxemburgo e Irlanda. Dessa forma, os países onde os lucros são gerados deixam de arrecadar bilhões em impostos.

Pelas simulações do Observatório da Tributação da União Europeia, a aprovação da alíquota de 15% pode gerar uma arrecadação extra de mais de €48,3 bilhões para a União Europeia; €40,7 bilhões aos Estados Unidos e €900 milhões por ano ao Brasil, o equivalente a R\$ 5,58 bilhões.

A proposta parece bastante adequada ao momento econômico atual. Cabe lembrar que, no passado, quando vivenciamos a era da globalização e o aumento exponencial das exportações, foi estabelecida a neutralidade tributária, onde os produtos que são exportados se mantêm livres de impostos. Apenas quando chegam ao país de destino é que sofrem a incidência da carga tributária por meio da nacionalização do produto. É por isso que muitos dos produtos que o Brasil exporta possuem preços menores do que os vendidos no mercado interno. Isso significa que a carga tributária do país importador, em regra, é menor que a nossa.

No que tange a exportação e importação de produtos, temos uma barreira física, as alfândegas. Quando uma mercadoria chega a um porto, ela passa por uma verificação e é ali que acontece a tributação.

Contudo, outro grande desafio nos dias atuais é a fiscalização e a tributação de serviços. Atualmente, não há uma regra clara se os impostos devem ser pagos no local de origem da empresa prestadora ou na tomadora de um serviço. Municípios, Estados e Nações possuem regras próprias que acarretam, muitas vezes, em bitributação ou mesmo em sonegação fiscal.

Na era da digitalização, uma empresa pode prestar serviços a pessoas físicas ou jurídicas de qualquer parte do mundo. O conceito de barreira geográfica simplesmente não existe mais. E os pagamentos por esses serviços podem acontecer por meio não detectáveis pelas regras dos Bancos Centrais, como por exemplo, a utilização de criptoativos, que possuem pouca ou nenhuma regulamentação nos governos.

Soma-se a isso as mudanças no próprio conceito jurídico sobre a definição de serviços. Pela doutrina civilista, cuja matriz está no direito romano, serviço é considerado “obrigação de fazer”. Dessa forma, presume-se um esforço humano, de uma atividade material ou imaterial. A tributação parte da ideia de intangibilidade como critério para a classificação dos bens, dividindo-os em bens corpóreos e incorpóreos, dada a inexistência física.

Entretanto, com a revolução tecnológica, novos paradigmas estão sendo quebrados no Direito, inclusive, a alteração do conceito de serviço para fins de tributação pelo Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, em que se considera serviço o oferecimento de uma utilidade para outrem.

Esse movimento culminou no Convênio 106/2017, que criou o conceito de “mercadoria digital”, autorizando a instituição de ICMS sobre “operações com bens e mercadorias digitais”, tais como softwares, programas, jogos eletrônicos, aplicativos, arquivos eletrônicos e congêneres, que sejam padronizadas, ainda que tenham sido ou possam ser adaptados, comercializados por meio de transferência eletrônica de dados”.

Entre o ISS, tributo municipal cuja alíquota máxima é de 5% e o ICMS, cuja alíquota modal é de 18%, os contribuintes, obviamente, defendem a incidência do primeiro. Por isso, a criação de uma nova diretriz mundial se faz tão necessária, a fim de estabelecer regras que atendam às demandas atuais da sociedade.

Além disso, a alteração do conceito de serviço somada aos avanços tecnológicos, permitem tanto a importação quanto a exportação de serviços à praticamente todas as partes do mundo e esta modalidade de negócios provoca desafios para a área tributária, principalmente para evitar a bitributação, que ocorreria se o prestador e o tomador do serviço fossem tributados de forma isolada em seus países. Este desafio se assemelha muito ao do IR.

Não há como negar que há uma dificuldade crescente no controle fiscal das operações de prestação de serviços e uma preocupação crescente dos países em estabelecer regras de tributação, seja para tributar o prestador do serviço (exportador) ou o tomador do serviço (importador).

Um possível modelo é a tributação compartilhada entre os países prestadores e tomadores de serviço, ficando a maior parte no endereço do prestador, que é onde a riqueza está sendo gerada.

Embora não seja possível no Brasil pela legislação existente, é necessário se pensar em alíquotas de ISSQN importação ou exportação progressivas e essenciais. Por exemplo, serviços de saúde, educação e comunicação devem ter uma tributação inferior. Por outro lado, serviços menos essenciais, como os de entretenimento, podem ter alíquota maior, chegando ao valor de 15% indicado na proposta.

De modo geral, a discussão é pertinente e extremamente relevante. Estamos diante de uma importante decisão tributária e, cabe às instituições públicas, privadas e acadêmicas de cada país, fomentar o diálogo sobre a proposta.

O mundo está deixando de ser físico para se tornar digital/virtual. No Direito, primeiro temos o fato e depois o tributo. Há uma modificação social e, aí sim, é criada uma legislação sobre ela. A tributação só pode acontecer após a estabilidade social e econômica sobre os fatos e, a realidade tecnológica mundial já está mais do que estabelecida.

Angelo Ambrizzi é advogado especialista em Direito Tributário pelo Ibet, Apet e FGV com extensão em Finanças pela Saint Paul e em Turnaround pelo Insper e líder da área tributária do Marcos Martins Advogados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Dê o primeiro passo para ter a sua casa própria

CONSÓRCIO ITAÚ

LINK PATROCINADO

Em Salvador as pessoas estão usando o Consórcio Itaú

CONSÓRCIO ITAÚ

LINK PATROCINADO

Sensacional: Você vai adorar sair do banho com essa toalha felpuda

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Bolsas europeias operam em alta; impacto da pandemia segue no foco

Investidores acompanham ainda possíveis movimentações de bancos centrais

Reunião do Mercosul ressalta divisão entre Brasil e Argentina

Bolsonaro cobra pressa, enquanto Fernández defende consenso

Por Mariana Ribeiro e Fabio Murakawa — De Brasília

09/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Os impasses entre os países do Mercosul ficaram claros durante a reunião da cúpula de chefes de Estado do bloco, realizada ontem. No encontro virtual, que marca a passagem da presidência temporária da Argentina para o Brasil, os presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández demonstraram que estão em lados opostos no que diz respeito às principais discussões em curso: a redução da Tarifa Externa Comum (TEC) e a maior liberdade para negociações fora do bloco.

Bolsonaro disse que o Mercosul não pode continuar sendo visto como sinônimo de “ineficiência, desperdício de oportunidades e restrições comerciais” e que o Brasil seguirá buscando sua modernização. Ele também criticou o período em que a Argentina esteve à frente do bloco. “O semestre que se encerrou deixou de corresponder às expectativas e necessidades de modernização do Mercosul.”

Já Fernández frisou que “o consenso é a coluna vertebral constitutiva” do bloco e que é através de mais integração regional, e não de menos, que o bloco estará em melhores condições de produção, comércio, negociação e competição. O presidente argentino disse que as negociações devem “começar e terminar de maneira conjunta”. “Nossa posição é clara, cremos que o caminho é cumprir com o Tratado de Assunção [pilar jurídico do bloco, de 1991], negociar juntos com terceiros países ou blocos e respeitar a figura do consenso.”

A reunião ocorre em um momento de forte discordância dentro do bloco. O Brasil vem defendendo a flexibilização das regras atuais para liberar a negociação de acordos comerciais com países de fora do bloco. Hoje, é exigido consenso. O governo insiste ainda em um corte linear da TEC - a ideia é promover dois cortes de 10% neste ano. Na quarta-feira, o Uruguai anunciou que pretende negociar acordos fora do Mercosul, acirrando a crise. A Argentina se opõe frontalmente aos parceiros.

“O Brasil tem pressa. Ministros e negociadores do Mercosul estão cientes de nossa sede por resultados”, disse Bolsonaro. “A persistência de impasses, uso da regra do consenso como instrumento do veto e apego a visões arcaicas de viés defensivo terão o único efeito de consolidar sentimento de ceticismo e dúvida quanto ao verdadeiro potencial do bloco”, completou.

Em seu discurso, o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, disse que acredita na regra do consenso e que a decisão do país de negociar acordos por fora não viola as normas do bloco. O mundo, afirmou, se entrelaça comercialmente e é nessa direção que vai o Uruguai. “Esperamos ir todos juntos.”

Fernández afirmou que a crise da covid-19 acelerou a reorganização das cadeias globais de valor e que o resultado desse processo não será necessariamente uma reversão da globalização, mas uma economia mundial mais regionalizada. “Não há Mercosul sem um ouvido atento ao mundo social e produtivo regional”, disse.

Em relação à TEC, afirmou que a revisão deve preservar setores sensíveis. Reforçou a proposta argentina de aceitar uma redução de 10% sobre 75% dos produtos - e não um corte linear, como deseja o Brasil. “Não é um número baixo, é uma base importantíssima”, disse, acrescentando que a proposta tem como foco a busca por mais competitividade.

Ao final de sua fala, Bolsonaro usou um tom mais leve ao falar com Fernández, fazendo uma referência à Copa América, que terá uma final entre Brasil e Argentina. Ele disse que o Brasil ganhará a partida por 5 a 0. “A única rivalidade entre nós vai acontecer no próximo sábado no Maracanã.” O brasileiro disse ainda ter certeza de que, no fim deste ano, o Mercosul estará “livre de algumas amarras, mais ágil, mais próspero”.

Menos enfático que os parceiros no discurso, o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, afirmou que os princípios fundamentais do Mercosul seguem vigentes e necessários e os membros devem buscar o consenso. O bloco disse, não é de dois ou três países, mas de todos. Abdo disse que a reunião não pode representar um retrocesso e que está certo de que os membros vão encontrar uma maneira de continuarem avançando juntos. Para o paraguaio, o Mercosul tem que ser uma plataforma econômica pós-covid-19.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador

ACTIVEGPS+

LINK PATROCINADO

Essa mesa e cadeira é tudo que você precisa para viagens e passeios